



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**



**JAN CARLOS DIAS DE SANTANA**

**OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS ANGOLANO:  
DESCRIÇÃO E ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA**

O presente trabalho foi realizado com o apoio da  
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de  
Financiamento 001.

Feira de Santana-BA  
2024

**JAN CARLOS DIAS DE SANTANA**

**OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS ANGOLANO:  
DESCRIÇÃO E ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

**Orientadora:** Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araujo

Feira de Santana-BA  
2024

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó – UEFS

S223o

Santana, Jan Carlos Dias de

Objeto direto anafórico no português angolano: descrição e análise  
sociolinguística / Jan Carlos Dias de Santana – 2024

160 p.: il.

Orientadora: Silvana Silva de Farias Araujo.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Feira de Santana,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Feira de Santana, 2024.

1. Sociolinguística . 2. Variação linguística. 3. Português angolano.  
I. Araujo, Silvana Silva de Farias, orient. II. Universidade Estadual de Feira  
de Santana. III. Título.

CDU 801:30

## TERMO DE APROVAÇÃO

### TESE DE DOUTORADO

#### OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS ANGOLANO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE SOCIOLINGUÍSTICA

JAN CARLOS DIAS DE SANTANA

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, área de concentração Linguagem e Sociedade, Linha de Pesquisa Variação e Mudança Linguística no Português, como requisito para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos.

Aprovada em 26 de março de 2024.

#### BANCA EXAMINADORA:



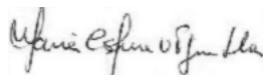
Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araujo  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
Orientadora



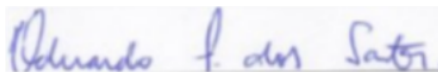
Profa. Dra. Norma Lucia Fernandes de Almeida  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
Examinadora Interna



Prof. Dr. Alexandre António Timbane  
Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGEL/UEFS)  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Examinador Interno



Profa. Dra. Maria Cristina Vieira de Figueiredo Silva  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Examinadora Externa



Prof. Dr. Eduardo Ferreira dos Santos  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Examinador Externo

Aos meus pais;

À Profa. Eliana Pitombo, querida mestre  
e amiga;

Ao Povo Angolano, com toda minha  
admiração e respeito, dedico esta tese.

## AGRADECIMENTOS

O processo de escrita desta tese se deu lutando comigo e com as palavras. Eu, que já me vi pelo lado avesso, tive novamente essa experiência, (re)vivendo momentos caóticos. Finalizo esta etapa rasgado, remendado, no entanto, ainda com o sangue correndo em minhas veias... e *o pulso ainda pulsa*. Já me disseram que *o que a vida quer da gente é coragem*, então, resolvi ser um pouco mais corajoso porque este momento poderia não ter chegado para mim.

Agradeço, primeiramente, ao Divino Pai Eterno por ter me sustentado até aqui, dando-me força, renovando a minha fé e me possibilitando sempre voltar ao início para que eu pudesse recomeçar. Muito obrigado, Deus!

Ao meu Anjo da Guarda, que ultimamente está sem sossego, agradeço por ter demonstrado ser um zeloso guardador.

À minha orientadora Profa. Dra. Silvana Silva de Farias Araujo, pelo profissionalismo e, sobretudo, pela paciência e pela atenção a mim dispensadas, porque foi muito compreensiva e solidária em meus momentos mais críticos.

À Coordenação e Vice-coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UEFS), assim como à Secretaria, pelo trabalho cuidadoso e efetivo na administração.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de pesquisa concedida para produção desta pesquisa.

Aos professores com os quais cursei disciplinas, ou participei de cursos e seminários no PPGEL/UEFS, pelos momentos enriquecedores com o partilhar de saberes, em especial: Juliana Ludwig Escalier Gayer, Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, Alícia Duhá Lose, Liliane Lemos Barreiros, Norma Lúcia Fernandes de Almeida, Mariana Fagundes de Oliveira, Josane Moreira de Oliveira, Patrício Nunes Barreiros, Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz e Carla Luzia Carneiro Borges.

Aos meus colegas mestrandos e doutorandos da Turma 2019 do PPGEL/UEFS, pelo compartilhar da caminhada, em especial a Mercedes Rodriguez, a Marcelo Santos e a Dayane Lemos pelo apoio mútuo e pela amizade.

Aos funcionários da Biblioteca Central Julieta Carteador da UEFS, especialmente Nina, Telma e Ricardo, pelos atendimentos sempre solícitos na localização de referências para o realizar da pesquisa.

Aos Professores Dra. Cristina Figueiredo (UFBA), Dra. Huda Santiago (UEFS) e Dr. Alexandre Timbane (UNILAB) e sou muito grato pelas contribuições no Exame de Qualificação. Além desses citados, também agradeço à Dra. Norma Lucia Almeida (UEFS) e ao Dr. Eduardo Ferreira (UNILAB) pela disponibilidade, aceitando, gentilmente, o convite para participar da Banca Examinadora.

À D. Branca, por sempre zelar pelo prédio da pós-graduação e todos que ali frequentam.

À minha mãe Vanilda (*in memoriam*), sou grato pelo amor incondicional que me nutre. *Dos nossos planos é que tenho mais saudade, quando olhávamos juntos na mesma direção. Onde está você agora além de aqui dentro de mim?*

À minha tia-mãe Vanda, sou muito grato por ser minha outra fonte de amor materno. Atualmente, está acometida pelo mal de Alzheimer e interage com o menino Jan que já existiu e se encontra presente em sua memória. *Quando eu era menino, falava como menino, pensava como menino e raciocinava como menino. Quando me tornei homem, deixei para trás as coisas de menino.* Mas, ela me faz lembrar que um dia fui criança com direito a sonhar.

Ao meu pai Josenaldo, um homem afetuoso e amigo, agradeço por sempre ser compreensível mesmo quando alguns momentos se tornam incompreensíveis.

Minha admiração, respeito e carinho pela Profa. Dra. Eliana Pitombo são enormes. A nossa relação rompeu as barreiras acadêmicas, tornando-nos amigos especiais ao longo dos anos de graduação e de pós-graduação. Agradeço por sempre me acolher de braços abertos.

Aos meus familiares, pelo apoio nesta jornada desafiadora que foi para mim e por *todo o amor que houver nesta vida.*

À minha madrinha Néia Dias, pelas mensagens fortalecedoras com palavras de incentivo durante este período de formação.

Àqueles amigos e amigas *guardados no lado esquerdo do peito*, a minha gratidão é incomensurável pelas palavras de incentivo. Agradeço, especialmente, a Iann Dias, Paulo Fabrício Reis, Jairo Oliveira, Nilcleide Coelho, Aline Santos e Janivam Assunção, por estarem mais próximos, dando-me ombro para acalmar meu desespero, suportando minhas crises existenciais, oferecendo-me algum tipo de ajuda ou, simplesmente, para me ouvir falar sobre usos do objeto direto anafórico nas falas diárias, em filmes e séries, programas de TV, em notícias de jornais, panfletos, em letras de músicas.

Dentre os colegas e amigos do grupo de pesquisa da professora Silvana Araujo, agradeço pelas parcerias e troca de experiências. Destaco Juliete Macedo, Josimar Santana, Manoel Silva e, em especial, Paula Freitas e Kialunda Kialanda.

À equipe psiquiátrica da Clínica em Saúde Mental e Desenvolvimento, pelo acolhimento e acompanhamento médico humanizado, pois tem me ajudado a prosseguir.

Ao meu terapeuta, pela ajuda que tem dado para me fazer enxergar que *além do horizonte deve ter algum lugar bonito para viver em paz, onde eu possa encontrar a natureza, a alegria e a felicidade, com certeza!*

Ao médico clínico geral Dr. José Fransmir Junior, agradeço imensamente o cuidado. Seu comprometimento e dedicação ao bem-estar de seus pacientes são de um verdadeiro guardião da saúde.

Aos meus queridíssimos Eduardo Nunes, Nilda França, Késia Passos, Vânia Lima e Eliene Machado (*in memoriam*) pela amizade que desfrutávamos, pelos bons momentos divididos e pelas conversas agradáveis que sempre tivemos, mas *no meio do caminho teve uma pandemia do Coronavírus, teve uma pandemia no meio do caminho. Nunca me esquecerei deste acontecimento, nunca me esquecerei que no meio do caminho teve uma pandemia* com situações de isolamento, distanciamento social, *lockdown* e nesse contexto se foram...

A todos, os meus sinceros agradecimentos e, por fim, ressalto que estes cinco anos foram marcados por momentos de luz e de sombras, de perdas e de ganhos, de atravessamentos e de autocuidado, além de muitas descobertas e de aprendizagem. Conheci proeminências da sócio-história de Angola e aprendi mais detalhes sobre o tema da pesquisa, sobretudo no contexto angolano. Assumo aqui, confessadamente, a responsabilidade pelos eventuais erros e lacunas que não foram preenchidas neste trabalho.



“Eu não sou Africano por ter nascido em  
África, mas porque África nasceu em mim.”

Kwame Nkrumah

## RESUMO

Esta pesquisa baseia-se nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista e teve como principal objetivo descrever a configuração do objeto direto anafórico no português angolano. São analisadas amostras de fala, totalizando 903 ocorrências extraídas de 36 entrevistas divididas pelo sexo do falante, escolaridade e faixa etária. Além disso, por considerar o contexto multilíngue e o grande fluxo migratório em território angolano, as entrevistas ainda são estratificadas no que tange à origem do falante (se nasceu na capital luandense ou se é oriundo de outras províncias do país) e quanto ao estatuto do português L1/L2. Os dados são quantificados por meio do programa estatístico GoldVarb X. Portanto, os resultados mostram que o *clítico acusativo* de terceira pessoa, considerado a variante padrão no português, apresentou uma frequência de 3%. É constatada uma alta frequência do *objeto nulo* (51.7%) e do *SN anafórico* (41.5%), com uma frequência de apenas 1.2% para o *pronome pleno*. Também é atestada outra variante no português vernacular angolano: o *lhe* acusativo anafórico (2.5%), variante não encontrada em estudos anteriores do português brasileiro e do português europeu. Por fim, são identificados quais fatores linguísticos e sociais condicionam o uso do objeto nulo em relação às outras estratégias de objeto direto anafórico.

**Palavras-chave:** Variedade africana do português; Português angolano; Objeto direto anafórico; Clítico acusativo; Objeto nulo.

## ABSTRACT

This research is based on the assumptions of Variationist Sociolinguistics and had as its main objective to describe the configuration of the anaphoric direct object in the Angolan Portuguese. Speech samples are analyzed, totaling 903 occurrences extracted from 36 interviews divided by the speaker's gender, education and age group. In addition, considering the multilingual context and the large migratory flow in Angolan territory, the interviews are still stratified with regard to the origin of the speaker (whether he was born in the capital of Luanda or if he comes from other provinces of the country) and the status of the L1/L2 Portuguese. The data are quantified using the statistical program GoldVarb X. Therefore, the results show that the third-person accusative clitic, considered the standard variant in the Portuguese, presented a frequency of 3%. There was a high frequency of the null object (51.7%) and the anaphoric SN (41.5%), with a frequency of only 1.2% for the full pronoun. Another variant in the Angolan vernacular Portuguese is also attested: the anaphoric accusative (2.5%), a variant not found in previous studies of the Brazilian Portuguese and the European Portuguese. Finally, it is identified which linguistic and social factors condition the use of the null object in relation to the other anaphoric direct object strategies.

**Keywords:** African variety of Portuguese; Portuguese Angolan; Anaphoric direct object; Accusative clitic; Null object.

## RESUMEN

Esta investigación se basa en los supuestos de la Sociolingüística Variacionista y tuvo como objetivo principal describir la configuración del objeto directo anafórico en el portugués angoleño. Se analizan muestras de discurso, totalizando 903 ocurrencias extraídas de 36 entrevistas divididas por género, educación y grupo de edad del hablante. Además, teniendo en cuenta el contexto multilingüe y el gran flujo migratorio en territorio angoleño, las entrevistas siguen estando estratificadas en cuanto al origen del hablante (si nació en la capital de Luanda o si procede de otras provincias del país) y la situación del portugués L1/L2. Los datos se cuantifican utilizando el programa estadístico GoldVarb X. Por lo tanto, los resultados muestran que el clítico acusativo en tercera persona, considerado la variante estándar en portugués, presentó una frecuencia del 3%. Hubo una alta frecuencia del objeto nulo (51,7%) y del SN anafórico (41,5%), con una frecuencia de solo el 1,2% para el pronombre completo. También se atestigua otra variante en el portugués vernáculo angoleño: el acusativo anafórico (2,5%), una variante no encontrada en estudios previos del portugués brasileño y del portugués europeo. Finalmente, se identifican qué factores lingüísticos y sociales condicionan el uso del objeto nulo en relación con las otras estrategias anafóricas de objeto directo.

**Palabras clave:** Variedad africana del portugués; portugués angolano; Objeto directo anafórico; Clítico acusativo; Objeto nulo.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 - Distribuição dos reinos históricos de Angola .....	28
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Divisão dos antigos reinos no atual território angolano .....	28
Quadro 02 - Classificação das línguas bantu existentes em Angola .....	39
Quadro 03 - Critérios do Projeto “Em Busca das Raízes do Português Brasileiro” para seleção dos entrevistados .....	84
Quadro 04 - Entrevistados com escolaridade baixa ou nula .....	86
Quadro 05 - Entrevistados com Ensino Médio completo .....	87
Quadro 06 - Entrevistados com nível universitário .....	88
Quadro 07 - Distribuição geral das entrevistas por sexo, faixa etária, escolaridade e origem do entrevistado .....	89
Quadro 08 - Variáveis selecionadas no cômputo geral dos dados de fala analisados .....	142

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Estimativa da população de Angola de 1845 a 1970 .....	36
Tabela 02 - Índice de proficiência em português (áreas rurais em Angola) .....	36
Tabela 03 - Frequência de uso do português (áreas rurais em Angola) .....	36
Tabela 04 - Objetos nulos no tempo .....	48
Tabela 05 - Distribuição das ocorrências de objeto nulo vs preenchido .....	49
Tabela 06 - Realização do ODA por falantes portugueses lisboetas de nível universitário .....	50
Tabela 07 - Realização do ODA por falantes portugueses em entrevistas veiculadas em programas de auditório .....	52
Tabela 08 - Frequência de uso de objeto nulo vs objeto pronominal no PE a partir do cruzamento entre animacidade e especificidade do antecedente .....	53
Tabela 09 - Realização do ODA por falantes portugueses (Oeiras e Cacém) .....	54
Tabela 10 - Realização do ODA por falantes paulistanos .....	58
Tabela 11 - Realização do ODA por falantes brasileiros nas três capitais da região Sul .....	59
Tabela 12 - Realização do ODA por falantes com Ensino Superior de cinco capitais brasileiras .....	61
Tabela 12 - Realização do ODA por falantes de Alto Araguaia-MT .....	65
Tabela 14 - Realização do ODA na fala tefeense (AM) .....	66
Tabela 15 - Frequência de uso das variantes segundo o traço de animacidade do antecedente .....	66
Tabela 16 - Realização do ODA por falantes moçambicanos .....	70
Tabela 17 - Realização do ODA por falantes são-tomenses .....	72
Tabela 18 - Realização do ODA no português vernacular luandense .....	73
Tabela 19 - Distribuição geral das variantes de ODA nos dados analisados .....	116
Tabela 20 - Distribuição das ocorrências das variantes nas subamostras .....	117
Tabela 21 - Frequência de uso das variantes em relação ao sexo do falante na amostra angolana .....	122
Tabela 22 - Frequência de uso das variantes em relação à escolaridade na amostra angolana .....	122
Tabela 23 - Frequência de uso das variantes em relação à escolaridade na amostra angolana .....	123
Tabela 24 - Frequência de uso das variantes em relação à profissão/ocupação na amostra angolana .....	124
Tabela 25 - Frequência de uso das variantes em relação à origem na amostra angolana .....	124
Tabela 26 - Frequência de uso das variantes em relação à zonalidade dos migrantes na amostra angolana .....	125
Tabela 27 - Frequência de uso das variantes em relação à língua materna na amostra angolana .....	126
Tabela 28 - Frequência de uso das variantes em relação à língua de intercomunicação na amostra angolana .....	127
Tabela 29 - Cômputo da rodada Objeto Nulo x Pronome Acusativo Anafórico .....	128
Tabela 30 - Realização do objeto nulo em relação ao traço de animacidade do antecedente .....	128
Tabela 31 - Realização do objeto nulo em relação ao traço [±específico] do antecedente .....	130

Tabela 32 - Realização do objeto nulo em relação à função sintática do antecedente .....	133
Tabela 33 - Realização do objeto nulo em relação à origem do falante .....	133
Tabela 34 - Realização do objeto nulo em relação à forma verbal .....	136
Tabela 35 - Cômputo da rodada Objeto Nulo x SN Anafórico .....	136
Tabela 36 - Realização do objeto nulo em relação ao traço [ $\pm$ específico] do antecedente .....	137
Tabela 37 - Realização do objeto nulo em relação à forma verbal .....	138
Tabela 38 - Realização do objeto nulo em relação à estrutura sintática da sentença.	142



## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Localização de Angola em África .....	22
Mapa 02 - Províncias angolanas e suas capitais .....	23
Mapa 03 - Expansão territorial do grupo etnolinguístico bantu .....	26
Mapa 04 - Províncias de origem dos migrantes angolanos considerados na pesquisa e a localização da cidade de Luanda em destaque .....	91

## LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ANG	Angolano(a)
CA	Clítico Acusativo
N°	Número de ocorrências
OD	Objeto direto
ODA	Objeto direto anafórico
ODA(SN)	Objeto direto anafórico sintagmático
OI	Objeto indireto
ON	Objeto nulo
PA	Português angolano
PB	Português brasileiro
PE	Português europeu
PM	Português moçambicano
PST	Português são-tomense
PP	Pronome pleno
PPP	Pronome pleno preposicionado
PR	Peso relativo
PERG	Pergunta
RESP	Resposta
S	Sentença
SN	Sintagma nominal
V	Verbo
∅	Objeto nulo
%	Frequência bruta

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>2</b>	<b>ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA .....</b>	<b>22</b>
2.1	PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO .....	22
2.2	SITUAÇÃO (SOCIO)LINGUÍSTICA ANGOLANA .....	33
<b>2.2.1</b>	<b>A variedade angolana do português .....</b>	<b>41</b>
2.3	A CAPITAL <i>LUANDA</i> : CARACTERÍSTICAS GERAIS .....	43
<b>3</b>	<b>O FENÔMENO EM ESTUDO: A REALIZAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO .....</b>	<b>47</b>
3.1	O OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS .....	47
<b>3.1.1</b>	<b>O que revelam os estudos linguísticos .....</b>	<b>47</b>
3.1.1.1	O fenômeno na perspectiva diacrônica .....	47
3.1.1.2	Objeto direto anafórico em variedades do português .....	49
<b>4</b>	<b>PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>76</b>
4.1	A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA .....	76
4.2	METODOLOGIA .....	82
<b>4.2.1</b>	<b>As amostras de fala utilizadas e organização do <i>corpus</i> para a pesquisa .</b>	<b>83</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Direcionamentos para o levantamento e codificação dos dados .....</b>	<b>92</b>
4.2.2.1	A variável dependente .....	92
4.2.2.1.1	<i>Critérios para a seleção de dados</i> .....	94
4.2.2.1.2	<i>Critérios para exclusão de dados</i> .....	95
4.2.2.2	As variáveis independentes consideradas .....	97
4.2.2.2.1	<i>Caracterização das variáveis linguísticas</i> .....	98
4.2.2.2.2	<i>Caracterização das variáveis sociais</i> .....	104
<b>4.2.3</b>	<b>O suporte estatístico .....</b>	<b>113</b>
<b>5</b>	<b>APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>116</b>
5.1	OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS ANGOLANO .....	116
<b>5.1.1</b>	<b>Descrição e análise dos dados .....</b>	<b>116</b>
5.1.1.1	Objeto Nulo <i>versus</i> Pronome Acusativo Anafórico: variáveis selecionadas ...	128
5.1.1.2	Objeto Nulo <i>versus</i> SN Anafórico: variáveis selecionadas .....	136
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>144</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>146</b>
	<b>APÊNDICES</b>	
	<b>APÊNDICE A - RELAÇÃO GERAL DAS ENTREVISTAS DO BANCO DE DADOS NORMA ORAL DO PORTUGUÊS ANGOLANO PERTENCENTE AO ACERVO DO PROJETO DE PESQUISA ‘EM BUSCA DAS RAÍZES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO’ .....</b>	<b>155</b>
	<b>APÊNDICE B - LÍNGUAS TRADICIONAIS ANGOLANAS POR PROVÍNCIAS .....</b>	<b>157</b>

**ANEXOS**

**ANEXO A - MAPA COMPLETO DE ANGOLA ..... 160**

## 1 INTRODUÇÃO

No âmbito da investigação linguística, o uso variável do objeto direto anafórico constitui um dos fenômenos mais estudados no português brasileiro (PB). São inúmeros trabalhos sincrônicos e diacrônicos a partir de diferentes amostras e perspectivas cujos resultados caracterizam as variedades dialetais além de contribuir para a discussão sobre as origens do PB. A queda do clítico acusativo de terceira pessoa, a expansão de contextos do objeto nulo e o uso do pronome *ele* como objeto direto são um dos traços que mais distinguem o PB do português europeu (PE), com prevalência de clíticos e raro uso do *ele* acusativo.

O que motivou o autor desta tese a escolher esse tema como seu objeto de estudo não foi apenas estender essa análise a uma variedade africana do português, trazendo mais resultados a partir de amostra do português angolano (PA). A principal motivação para a escolha se deu por três aspectos: (i) por permitir que se descreva e se analise a sistematicidade que envolve o uso do objeto direto anafórico em uma variedade linguística formada por meio de um intenso contato entre a língua portuguesa e línguas bantu em outro espaço que não o brasileiro; (ii) por permitir que se verifique a consequência da aquisição do português em um contexto multilíngue; (iii) por permitir que sejam postas novas evidências do contato linguístico como fator decisivo para a gênese do PA.

Com esta pesquisa, pretende-se responder como se comporta o PA com relação ao uso do objeto direto anafórico, sendo a hipótese norteadora do estudo a de que o contexto multilíngue angolano e o contato linguístico entre o português e as línguas bantu desencadeiem um distanciamento entre essa variedade africana e o PE. Assim, o foco desta investigação é a realização do objeto direto anafórico no português urbano falado na cidade de Luanda, capital de Angola e está pautada no arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Linguística (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968]; Labov (2008 [1972])). Foi utilizada um *corpus* constituído por 36 entrevistas pertencentes ao acervo do Projeto de pesquisa “Em busca das raízes do português brasileiro”, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), vinculado ao Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP).

O objetivo principal desta pesquisa é contribuir com a agenda de estudos que investigam variedades africanas de língua portuguesa, descrevendo a realidade sociolinguística do português angolano ao analisar os usos das estratégias de realização do objeto direto anafórico em Luanda. Os objetivos específicos são: (i) identificar as formas de

realização do objeto direto anafórico no português falado por luandenses e migrantes na área urbana da capital angolana; (ii) verificar os possíveis contextos linguísticos e sociais que favorecem ou inibem o uso do objeto nulo em oposição às outras variantes.

Incluindo esta parte introdutória, o presente trabalho está assim organizado: no capítulo intitulado *Aspectos sócio-históricos e caracterização sociolinguística de Angola*, são abordadas questões sócio-históricas e culturais, apresentando um panorama das principais características do país. É particularizada uma discussão a respeito da situação geral da configuração do português angolano, para melhor contextualizar a variedade linguística falada em Luanda e subsidiar a análise sociolinguística.

No capítulo intitulado *O fenômeno em estudo: a realização do objeto direto anafórico*, é focalizado o tema escolhido para a pesquisa. É feito um apanhado sobre o objeto direto anafórico no português, mostrando a abordagem tradicional e a descritiva de alguns gramáticos, além de resultados de determinados estudos que investigaram a variação na frequência de uso do clítico e das formas variantes em dados de fala de variedades do português.

O capítulo *Pressupostos teórico-metodológico da pesquisa* mostra as diretrizes teóricas que dão suporte à pesquisa, pontuando-se os objetivos centrais da Sociolinguística Variacionista, com as questões sobre o tratamento de fenômenos em variação e mudança linguística. Além disso, dedica-se a apresentar os procedimentos metodológicos que seguidos para realização da investigação empírica, a exemplo da prática adotada na delimitação do *corpus*, do estabelecimento do perfil dos angolanos entrevistados, definição da variável dependente, as variáveis linguísticas e sociais consideradas e o suporte estatístico utilizado para a análise dos dados. O programa GoldVarb X foi utilizado como suporte estatístico.

O último capítulo Apresentação e discussão dos resultados está destinado à análise dos dados e apresenta os resultados acerca da variação no uso do objeto direto anafórico na fala de angolanos residentes na cidade de Luanda (luandenses e migrantes). Foi possível ainda testar o comportamento das variantes na fala angolana em relação aos grupos de fatores. Depois, são feitas as considerações finais, resumizando algumas informações deste estudo realizado sobre o fenômeno na variedade angolana do português.

## 2 ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E CARACTERIZAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE ANGOLA

Neste capítulo, são abordados aspectos sócio-históricos, a exemplo das perspectivas do período colonial, da diversidade de línguas e de etnias em Angola; das lutas pela independência; dos fluxos migratórios, entre outros, atrelados a questões geográficas, culturais, demográficas e político-econômicas, a fim de discutir a situação geral da formação do português angolano, para melhor contextualizar a variedade linguística falada em Luanda. Apresentamos também algumas informações sobre essa comunidade de fala onde a presente pesquisa está inserida, particularizando-se o enfoque nas principais características luandenses atuais e históricas.

### 2.1 PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO

“A história humana e a história da linguagem estão fundamentalmente entrelaçadas.”

*África Bantu,*  
Catherine Fourshey, Rhonda Gonzales e  
Christine Saidi (2019).

Angola, oficialmente República de Angola, é o sexto país africano de maior dimensão territorial, com uma área de 1.246.700 km<sup>2</sup>, situado na costa ocidental do Atlântico Sul, na região da África Central do continente africano. O território é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico (Cf. Mapa 1).

**Mapa 1** - Localização de Angola em África



Disponível em: [https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/assets/legacy/img/mapa\\_angola\\_mundo.gif](https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/assets/legacy/img/mapa_angola_mundo.gif).

A área territorial de Angola inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. O seu clima é caracterizado por duas estações: a das chuvas, de outubro a abril e a da seca, conhecida por Cacimbo, de maio a agosto. De acordo com o Censo Angola 2014 (INE, 2016), o país possui uma população geral de 24.789.024 habitantes<sup>1</sup> (com 63% na área urbana e 37% na área rural), distribuídos em dezoito províncias, a saber: Bengo (Bengu), Benguela (Bengela), Bié (Viyé), Cabinda (Kabinda), Cuando-Cubango (Kwandu Kubangu), Cuanza Norte (Kwanza Norte), Cuanza Sul (Kwanza Sul), Cunene (Kunene), Huambo (Wambu), Huíla (Wila), Luanda (Lwanda), Lunda-Norte (Lunda Norte), Lunda-Sul (Lunda Sul), Malanje (Malanje), Moxico (Muxiku), Namibe (Namibe), Uíge (Wije) e Zaire (Zaire) (Cf. Mapa 2 e o mapa completo de Angola pode ser consultado no ANEXO A).<sup>2</sup> As províncias estão divididas em municípios, que, por sua vez, se subdividem em comunas, bairros e/ou povoações (aldeias). Os principais centros urbanos angolanos são Luanda, Huambo, Lobito, Benguela, Lubango, Namibe, Malanje e Cabinda, destacando-se a cidade de Luanda como a capital do país.

**Mapa 2** - Províncias angolanas e suas capitais



Disponível em: [http://travelsmaps.com/wp-content/uploads/2016/09/map-of-angola\\_26.gif](http://travelsmaps.com/wp-content/uploads/2016/09/map-of-angola_26.gif).

<sup>1</sup> Dados atualizados registram uma população de 36.189.102, sendo a população feminina correspondente a 50,5% e 49,5% para a população masculina. Disponível em: <https://countrymeters.info/pt/Angola>. Acesso: 18 jun. 2023.

<sup>2</sup> O Conselho da República de Angola aprovou novo mapa administrativo com 20 províncias e 325 municípios com mudanças previstas para 2025. Desse modo, a província do Moxico será subdividida em duas, passando a ter a província do Moxico, com sede em Luena, e a província do Cassai-Zambeze, cuja sede será Kazombo. A província do Cuando-Cubango será igualmente subdividida em duas, sendo Cuando, com sede em Mavinga, e Cubango com a sede em Menongue.



Os habitantes mais antigos do atual território constituído como Angola são os povos dos grupos Khoisan e Vatwa. Entretanto, a maior parte da composição etnolinguística angolana atualmente é formada pelo grupo Bantu. Os povos khoisan (*khoi-khoi* e *san*) e os vatwa (*kwisi* e *kwepe*) são considerados os primeiros habitantes do que hoje se configura como Angola, reportando-nos ao período paleolítico. De acordo com Fernandes e Ntongo (2002 *apud* Nzau, 2011), os khoisan viviam de forma itinerante pela região sul do continente africano até serem afastados pelos povos bantu ao chegarem a essa região. Provavelmente, houve a redução da área habitada e do seu território de caça, proveniente da instalação dos agricultores bantu, além de conflitos e perseguições, causando a diminuição da população. Dispersaram-se e se encontram atualmente na Namíbia, África do Sul, Botswana, Zimbábue e Angola. Hoje em dia, citando especificamente Angola, comunidades reduzidas de khoisan existem nas províncias de Huíla, Cunene e Cuando-Cubango (localizadas no sul do país).

Comumente, os khoisan costumam ser caracterizados de pequena estatura, cor de pele acastanhada e olhos com traços asiáticos; e definidos como caçadores-coletores e pastores por conta das atividades que desenvolviam. Linguisticamente, esse grupo se caracteriza pelo uso de “cliques” como fonemas, destacando-se a língua kung-ekoka, que possui mais de cinquenta consoantes-clique em mais de 140 fonemas separados. Existe a ameaça de extinção dessas línguas, atualmente, no continente africano (Petter, 2015). Em se tratando da outra comunidade etnolinguística existente, os povos vatwa têm a sua origem pouco conhecida. Contudo, acredita-se que o subgrupo kwisi apresenta afinidades com o subgrupo khoi, ao passo que o subgrupo kwepe resulta da miscigenação de khoisan com o kwisi. Atualmente, os vatwa estão estabelecidos no deserto da província de Namibe (também localizada região sul angolana), caracterizados como indivíduos negros, criadores de gado e bons caçadores de antílopes e de zebras (Fernandes; Ntongo, 2002 *apud* Nzau, 2011). Possui hábitos próximos aos dos bantu.

É importante salientar que os khoisan e os vatwa não constituíram grandes impérios no território angolano, diferentemente do que ocorreu com os povos bantu, conforme será mostrado adiante, no entanto, estão presentes no quadro etnolinguístico do país. Historicamente, os khoisan e os vatwa sofreram um forte movimento migratório à medida que os bantu se expandiam progressivamente para grandes variedades de áreas. Não podemos descartar que, certamente, houve encontros produtivos entre falantes desses dois grupos não bantu e falantes bantu em determinadas localidades, combinando aspectos socioculturais e linguísticos, apropriando-se de conhecimentos para desenvolver novas habilidades, enfim,

ampliando a visão de mundo (Fourshey; Gonzales; Saidi, 2019). Atualmente, os povos khoisan e vatwa representam cerca de 2% da população total angolana (Menezes, 2000).

Pesquisadores continuam a debater a origem do povo bantu e sua respectiva chegada à África.<sup>3</sup> A dinâmica migratória bantu é considerada um dos maiores conjuntos de migrações conhecido em todo o mundo, porque, ao longo de cinco mil anos, os bantu estabeleceram comunidades na maior parte da África Subsaariana.

Atravessando paisagens vastas e variadas, povos linguisticamente relacionados, descendentes do Bantu, desenvolveram economias, sistemas políticos, ideologias religiosas e práticas culturais únicas. Contudo, eles mantiveram também uma série de continuidades culturais, Através da linguagem, bem como de suas expansões geográficas, o conhecimento e as práticas, diversos e compartilhados, foram transmitidos através das gerações e do espaço. Essas migrações ajudaram a transformar práticas econômicas, políticas e organização social por meio de interações interculturais, de um conjunto de valores fundados na hospitalidade e da incorporação de ideias de outras sociedades (Fourshey; Gonzales; Saidi, 2019, p. 21-22).

É amplamente aceito entre pesquisadores que, em torno de 3500 a.C., os primeiros grupos bantu formaram pequenas comunidades no extremo noroeste da floresta equatorial da África Ocidental. Após 3500 a.C., alguns grupos deram início às primeiras migrações de falantes bantu, avançando em direção a novas fronteiras/paisagens e territórios desconhecidos (Fourshey; Gonzales; Saidi, 2019). Nzau (2011) afirma que, mediante tantas dúvidas existentes,

[...] é ponto assente que os bantu integram o grupo Ocidental desse conjunto de povos que se julga ter provindo da Ásia e que terá partido, em seguida, da região de Benue (entre Camarões e Nigéria), atingindo a Bacia do Congo, do Planalto Luba e dos Grandes Lagos. Eis por que as línguas bantu são também integradas, em termos de classificação, na família benuecongolesa. A partir dos Grandes Lagos, os bantu espalham-se, atingem Sofala (Moçambique) no extremo oriental, e África do Sul, no extremo meridional, incluindo Angola (Nzau, 2011, p. 48-49).

De acordo com Fourshey, Gonzales e Saidi (2019), nos últimos 125 anos historiadores, arqueólogos e linguistas opinam de como, quando e por que os povos de língua

---

<sup>3</sup> A palavra *bantu* é composta pela raiz *ntu* que significa “homem, pessoa” e o prefixo *ba-* que marca o plural. Portanto, bantu tem como significado “homens, pessoas, povo”. Esse termo foi sugerido pelo linguista e pesquisador alemão Wilhelm Bleek, em 1856, e representa tradições heterogêneas de um grupo, abrangendo sociedades com práticas linguísticas, culturais, artísticas, históricas, políticas e religiosas variadas; não podendo ser reduzido a um único grupo.

bantu conseguiram povoar uma parte tão grande do continente africano, principalmente considerando que falantes de outras línguas já habitavam boa parte do território. Segundo Nzau (2011), essa expansão dos bantu, principalmente para a região sul, com a necessidade de conquistar novas terras, ocorreu, possivelmente, (i) por causa da escassez de espaço na região dos Grandes Lagos e já existiam povos mauritanos/egípcios, sudaneses e etíopes nas regiões Norte, Nordeste e Leste, respectivamente, com os quais os bantu não podiam competir por desvantagem de força; (ii) porque as regiões da África Ocidental e da Austral possuíam áreas despovoadas e/ou povoadas por outros grupos com os quais os bantu saíram em vantagem. O mapa, a seguir, permite ilustrar a expansão dos povos do grupo bantu no continente africano, destacado em vermelho.

**Mapa 3** - Expansão territorial do grupo etnolinguístico bantu



Disponível em: <https://www.timetoast.com/timelines/the-postclassical-era-whap-sparknote-timeline>.

Os processos migratórios foram complexos e multifacetados. Por volta de 1000 a.C., um novo conjunto de interações se desenvolveu entre populações bantu e populações de outras etnias, conseqüentemente, os contatos interétnicos contribuíram para a diversidade encontrada nas histórias, nas línguas e nas culturas bantu. Nos últimos séculos a.C., as comunidades bantu da Savana, pertencentes ao subgrupo Njila começaram a se espalhar por regiões onde atualmente é Angola e as partes ocidentais da Zâmbia. Entre 200 a.C. e 300 d.C.,

determinados assentamentos chegaram aos rios Kunene e ao médio-alto Zambeze. Já possuindo conhecimentos sobre cultivo e domesticação de animais, os Njila Bantu se espalharam por toda a Angola até o norte da Namíbia, entre 200 e 500 d.C. (Fourshey; Gonzales; Saidi, 2019).

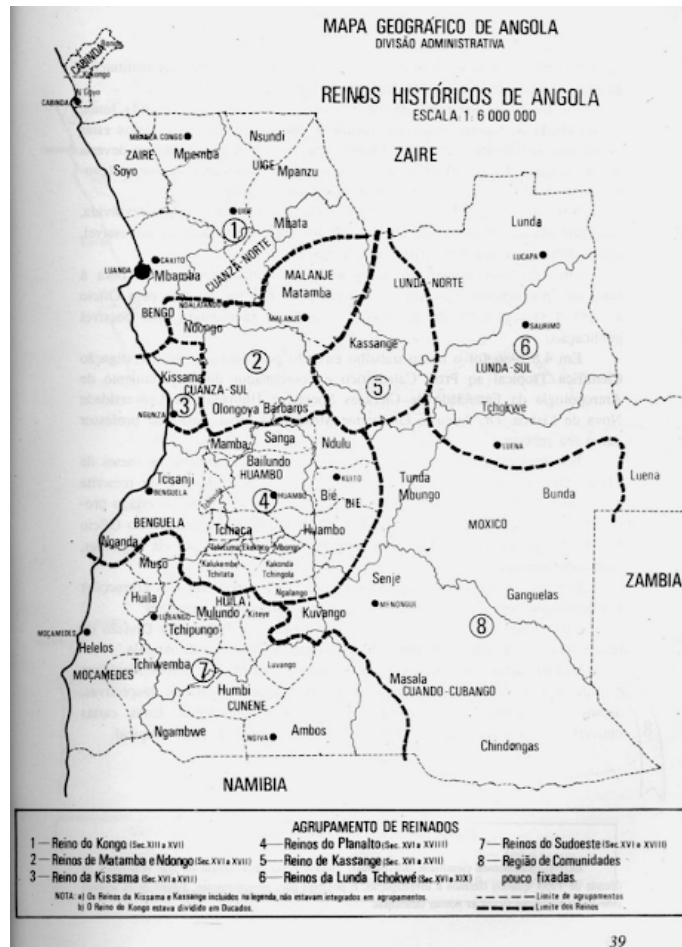
O último milênio a.C. e os primeiros séculos d.C. sugerem um período de desenvolvimento através do espaço e aumento de população ao longo do tempo. [...] Com o entendimento retrospectivo que nosso conhecimento desses desenvolvimentos lentos e contatos variados permite, é possível compreender como, a partir de uma única e pequena comunidade ancestral de falantes proto-Bantu, concentrados no noroeste do continente [africano], surgiu uma vasta e diversificada gama de sociedades de língua Bantu. Elas exerciam atividades econômicas diferentes e variadas, e adotaram combinações únicas de ideias e práticas culturais herdadas, emprestadas, inovadas e adaptadas. [...] Efeitos profundos e duradouros resultam dos encontros entre povoadores de línguas Bantu e os povos que já utilizavam aquelas áreas [margem de rios, regiões de floresta tropical, savana]. É interessante pensar em como e por que os povos Bantu foram tão experimentais e persistentes ao ampliar sua base de conhecimento, incorporando ideias, tecnologias e povos desconhecidos (Fourshey; Gonzales; Saidi, 2019, p. 58-60).

Entre 500 d.C. e 1800 d.C., alguns povos de língua bantu continuaram a ocupar mais espaços e encontrar novas fronteiras, enquanto outras populações permaneciam estabelecidas em determinados espaços, ampliando seus conhecimentos e habilidades. Houve também o desenvolvimento de intercâmbio/comércio entre comunidades transregionais e transoceânicas (Fourshey; Gonzales; Saidi, 2019). Dessa forma, por volta dos séculos V ao XV, antes da chegada dos portugueses, a região já possuía chefes e mandatários que controlavam seus respectivos territórios. A ocupação do território pelos povos bantu se deu por volta do século XIII e, segundo Martins (1993 *apud* Nzau, 2011), as correntes migratórias de populações bantu nesse território terminaram somente no século XIX por causa do controle das forças militares portuguesas e das novas formas de organização colonizadora. Assim, houve a diluição dos vários reinos bantu formados entre os séculos XIII e XIX, sendo importante ressaltar que a atual população angolana resulta, historicamente, dessa diluição. A Figura 01, a seguir, ilustra os antigos reinos distribuídos no território:<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> De acordo com Macedo (2019), nos documentos feitos pelos primeiros agentes da monarquia portuguesa e missionários enviados ao Kongo, toda a região é qualificada de “reino”, os governantes de “reis” e as áreas próximas a M’banza Kongo como “províncias”. Ao fazer isso, os portugueses projetavam a realidade que eles conheciam na Europa para a África, mas, na prática, as diferenças entre o seu modelo de governo e o dos africanos eram significativas. Como exemplo, o autor mostra que, no Kongo, os chefes locais eram denominados de *manicongo*, ou seja, “Senhor do Congo”. Diante das leituras feitas, foi visto que no território Ndongo, o título dado aos líderes era *ngola*, inclusive de onde provém o nome dado posteriormente ao território Angola numa

**Figura 01 - Distribuição dos reinos históricos de Angola**



Disponível em: <https://suburbanodigital.blogspot.com/2021/06/mapa-reinos-historicos-de-angola.html>.

O Quadro 01, sintetiza algumas informações de como os antigos reinos se transformaram no atual território de Angola após a extinção.

**Quadro 01 - Divisão dos antigos reinos no atual território angolano**

Reinos/Províncias atuais	Período de formação e extinção
Reino Kongo	Séc. XIII a XVI
Englobava as atuais províncias do Zaire, do Uíge, quase toda a província do Bengo e do Cuanza Norte, a parte norte da província de Malanje.	
Reinos Ndongo e Matamba	Séc. XVI a XVII
Reunia parte das províncias de Malanje, do Bengo e quase toda a província do Cuanza Sul.	
Reino Kissama	Séc. XVI a XVII
Situava-se na parte costeira da província do Cuanza Sul.	
Reinos do Planalto	Séc. XVI a XVIII
Somava parte do Bié com a província de Huambo (onde existiam áreas pertencentes aos povos do grupo bantu Mamba, Sanga, Ndalú, Bailundo, Tchisange, Nganda, Tchiaca).	

adaptação portuguesa. Assim como o nome Benguela deriva de *mbegele*, chefe daquele território antes da chegada dos portugueses.

Reino Cassange	Séc. XVI a XVII
Somava parte da província do Bié com a parte ocidental de Luna Norte.	
Reinos Lunda-Tchócue	Séc. XVI a XIX
Englobavam grande parte da província de Lunda Norte, toda a província de Lunda Sul, e parte da província do Moxico.	
Reinos do Sudoeste	Séc. XVI a XVIII
Eram áreas pertencentes a vários povos do grupo bantu (Musso, Mulumbo, Helelo, Tchipungo, Tchiwemba, Nagambwe e Ambó) na atual extensão da província Huíla.	

Fonte: Elaboração própria.

A constituição de Angola é resultado do processo de ocupação europeia decorrente do ciclo de expansão marítima de Portugal que saiu de suas fronteiras, com o objetivo de estabelecer novas relações comerciais, alcançando a África, a América e a Ásia. Em 1482, já no final do século XV, o navegador Diogo Cão chegou ao território com uma frota portuguesa pela região da foz do Rio Congo. Era o início do contato entre africanos do reino Kongo e os portugueses, estabelecendo-se uma aliança entre eles. Entretanto, a aliança foi rompida pelos interesses expansionistas do reino de Portugal, iniciando-se, assim, o domínio colonial em Angola.

É necessário enfatizar que, por causa do colonialismo e do imperialismo europeu, originaram-se discursos com estereótipos e preconceituosos sobre a história da África e sobre os africanos, desvalorizando as tradições e as experiências dos povos da região, fazendo-se com que uma história se tornasse a única história. Conforme mostrado acima, já existia uma dinâmica africana entre seus povos e cidades mercantis em contínuo desenvolvimento e com transformações socioeconômicas, políticas, culturais e linguísticas muito antes da chegada dos europeus (no período pré-colonial), dinâmica essa ignorada e desrespeitada pelos colonizadores que viram esses povos e sua forma de organização social como “incivilizados”. “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos” (Adichie, 2019, p. 27-28). Segundo Cabral (2008),

[...] a conquista pelas armas e as guerras coloniais estão na origem da destruição completa das estruturas econômicas e sociais dos povos colonizados. As terras e os haveres dos colonizados foram pilhados. Os colonizadores impuseram a “taxa de soberania” e tornaram obrigatória a cultura de certos géneros. Instituíram, ainda, o trabalho forçado, e organizaram a deportação dos trabalhadores africanos. Passaram também a controlar totalmente a vida colectiva do povo utilizando, ora a persuasão, ora a violência, privando os autóctones dos seus direitos humanos elementares (Cabral, 2008, p. 45-46 *apud* Undolo, 2014, p. 34).

De acordo com Matias da Silva (2018), as décadas de 50 e 60 do século XX foram um marco em relação ao processo de descolonização no continente africano, principalmente após o término da Segunda Guerra Mundial e da criação da Organização das Nações Unidas (ONU). Com o esgotamento no colonialismo europeu, os africanos despertaram e se lançaram à conquista da liberdade e da independência. Quando isso aconteceu, esforços foram redobrados para perpetuar a opressão: uma polícia secreta foi criada, o exército colonial foi reforçado, além de outras ações, inclusive, foram elaborados planos estratégicos para guerrear contra os africanos. Assim, deu-se origem a uma severa repressão às reivindicações dos africanos e suas organizações de resistências foram submetidas à clandestinidade (Cabral, 1978 *apud* Cá, 2011).

Nessa fase, em Angola, iniciaram-se sucessivos confrontos entre o Governo português e os movimentos nacionalistas angolanos, impulsionando-se a luta pela independência política. O racismo institucionalizado<sup>5</sup>, o trabalho forçado, o autoritarismo e a repressão da ditadura, dentre outros fatores, colaboraram para a criação de condições históricas que propiciaram esse clima social de insatisfação (Matias da Silva, 2018). Desse contexto, iniciaram-se as lutas armadas, também denominadas como guerra colonial, em 1961, surgindo estes três movimentos na ação contra o colonialismo português: o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA).<sup>6</sup> Ocorreram diversas ações ofensivas e isso contribuiu também para reforçar a posição dominante de Portugal por meio da intensificação da repressão e do terror, alimentando o desejo dos angolanos pela liberdade e afastando a possibilidade de negociações porque “[...] era impensável desistir de uma luta fundamentada no desejo da autodeterminação e independência, principalmente num quadro internacional que apoiava a sua luta” (Undolo, 2014, p. 38).

---

<sup>5</sup> Cf. Almeida (2019).

<sup>6</sup> Segundo Cascudo (1979 *apud* Matias da Silva, 2018, p. 5), nas décadas de 1950 e 1960, surgiram, em Angola, vários movimentos de libertação nacional, sob as mais diversas siglas, mas com o passar do tempo, ocorreram transformações e alguns movimentos mudaram de nome ou se fundiram, dando origem a novas siglas. Nesse contexto, surgiram: (i) o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) - um movimento político organizado em 1956, sendo fruto da unificação do Partido de Luta Unida dos Estados Africanos de Angola (PLUA) e do Movimento para a Independência de Angola (MIA). Entre os membros do movimento, a base de apoio saiu das comunidades de bancos, de mestiços e da população de etnia bantu de Luanda. Teve como primeiro líder António Agostinho Neto; (ii) a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) é um movimento político criado em 1962 entre o povo Bakongo, do norte de Angola. Surgiu da junção da União dos Povos de Angola (UPA), que anteriormente era União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), com o Partido Democrático de Angola (PDA), outro partido do norte. Declarava-se contra os brancos portugueses e anticomunistas. Holden Roberto foi o seu primeiro líder; (iii) a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) é um movimento político que deu início à luta armada em 1966, liderado por Jonas Savimbi. Fundado por divergentes da FNLA e do Governo de Resistência de Angola no Exílio (GRAE). Os principais componentes eram das etnias N'ganguela, Cokwe e Ovimbundo; buscava o apoio popular e a mobilização das massas.

Além desse contexto externo bastante conturbado dos movimentos de libertação nacional, o Governo português passou a enfrentar uma intensificada crise política interna. O Salazarismo, regime político que vigorava em Portugal<sup>7</sup>, encarava uma instabilidade no sistema político e social do país. Também houve um descontentamento em relação à aparente interminável guerra colonial, sendo esse, em grande parte, o motivo da Revolução dos Cravos, ocorrida, em Portugal, no dia 25 de Abril de 1974, que levou à queda do referido regime político. Essa situação acabou acelerando o processo de descolonização em África (Matias da Silva, 2018; Undolo, 2014).

No que tange à Angola, quanto ao seu processo de reconhecimento da independência por Portugal, passados quatorze anos de lutas armadas (1961-1974) foram realizadas várias negociações entre os movimentos nacionalistas, representados pelos líderes do MPLA, da FNLA e da UNITA, com o Movimento das Forças Armadas de Portugal (MFA), que liderou a Revolução de 25 de Abril. Tais negociações foram iniciadas em junho de 1974 e findaram em janeiro de 1975, após a assinatura do Acordo do Alvor que determinava 11 de novembro de 1975 a data da Proclamação da Independência angolana. De acordo com Moreira de Sá (2011):

Após intensa negociação, as quatro partes chegaram a um compromisso, expresso no texto do referido Acordo do Alvor que, no essencial, definiu as condições para a transferência do poder e as estruturas para o período de transição. O texto final reconheceu o MPLA, a FNLA e a UNITA como “únicos e legítimos representantes do povo angolano”, proclamou o “direito à independência”, afirmou Angola como “uma entidade una e indivisível nos seus limites geográficos actuais”, sendo Cabinda “parte integrante e inalienável do território angolano”; marcou “para 11 de Novembro de 1975” a data da proclamação da independência, definiu como “órgão de poder para o período de transição um alto-comissário e um governo de transição”, e, finalmente, formalizou o “cessar-fogo geral, já observado de facto” (Moreira de Sá, 2011 *apud* Undolo, 2014, p. 39-40).

Após os decisivos passos dados pelos referidos movimentos nacionalistas para o mesmo objetivo em comum, que foi lutar pelo processo de descolonização, levando Angola à independência, revelou-se “[...] a incapacidade [desses movimentos] se unirem, não tendo, na descolonização, conseguido evitar que o processo de tomada de poder político fosse o início das suas desavenças, originando tensões e combates militares entre si” por causa de suas diferentes ideologias (Comerford, 2005, p. 5 *apud* Undolo, 2014, p. 40).

---

<sup>7</sup> O Salazarismo foi um regime político autoritário-ditatorial ocorrido em Portugal, sendo controlado por Antônio de Oliveira Salazar, que durou cerca de quarenta e um anos (1933-1974).



Dessa maneira, os conflitos não terminaram ainda que Angola tivesse alcançado a sua independência. A desarmonia entre o MPLA, a FNLA e a UNITA resultou em um contexto que deu início a uma guerra civil, no mesmo ano de 1975, com um fim muito recente, em 2002, desencadeando mais particularidades na sócio-história angolana. Undolo (2014) destaca que esse período pós-colonial é marcado pelo intenso conflito armado entre as três forças políticas (MPLA, FNLA e UNITA), disputando o poder político nacional.

Essas três forças proclamaram independência simultaneamente, estabelecendo, assim, governos paralelos; no entanto, somente o MPLA teve a sua proclamação da independência nacional reconhecida internacionalmente, tendo como presidente Dr. António Agostinho Neto. O MPLA apresentou um modelo de governo que indicava o centralismo político com um partido único, passando a FNLA e a UNITA a ser consideradas organizações políticas ilegais, agravando-se ainda mais o conflito. Instaurou-se a II República em Angola, para se distinguir da I República, do partido único, sendo adotado um sistema multipartidário, porém a UNITA alegou fraude não aceitando os resultados da primeira eleição realizada e ocorreu um imediato retorno à guerra. A luta armada sitiou algumas cidades, municípios e vilas do território nacional, sendo registrado o período de 1991 a 2002 como o mais sangrento de todos (Matias da Silva, 2018; Undolo, 2014).

O conflito ocasionou milhares de mortes e a fuga de cerca de um milhão de pessoas que se refugiaram para várias regiões dos países vizinhos, além de ter causado impacto negativo na economia angolana. De acordo com Undolo (2014), essa Guerra Civil em larga escala motivou profundas mudanças na população angolana. Dessa maneira, os cidadãos nacionais conhecidos como os *deslocados de guerra* abandonavam as suas terras de origem e se fixavam onde lhes oferecessem maior segurança e melhor condições de sobrevivência, sempre crescendo consideravelmente o número de deslocados e refugiados de guerra. Como enfatiza Adichie (2019, p. 31): “[a] infraestrutura falida, governo falido. Mas também com a incrível resiliência de um povo que prospera apesar do governo, e não graças a ele.” A Guerra Civil Angolana causou efeitos na configuração de centros urbanos, como o maciço processo de migração interna e, conseqüentemente, o aumento expressivo do Português como L2 (transformado em língua veicular) e como L1 nas urbes, dentre outros aspectos, conforme veremos na próxima seção deste capítulo.

Destaco que, em meio aos conflitos, foram realizados acordos, algumas negociações eram postas, havendo, em determinados momentos, tentativas de diálogo e de novas conversações. Isso estabelecia curtos períodos de paz, registrando momentos sem guerra, ou de “guerra fria”, depois, aconteciam várias crises e os conflitos armados retomavam. Porém,

“a paz alcançada em 2002 [pelo Acordo de Luena] manteve-se e mantém-se até o presente momento, dando garantias de estabilidade política [...], de progresso e forte crescimento financeiro e desenvolvimento sócio-económico do país” (Undolo, 2014, p. 47-51).

Com esse apanhado histórico, concluo como as histórias africanas são de grande importância, por isso, foi almejado, nesta seção, trazer este panorama, ainda que brevemente, do contexto sócio-histórico de Angola na tentativa de evidenciar aspectos de sua história para além de uma visão limitada e reducionista da tradicional história construída a partir dos referenciais europeus. É perigoso conhecer apenas uma versão das histórias que nos são contadas porque podem ser inventadas e ditas por aqueles que negam, subjagam/discriminam, manipulam, quando não excluem, determinados fatos/acometimentos para manter vantagens e/ou privilégios.

Conforme assinala Adichie (2019):

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. [...] quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre um lugar, reavemos uma espécie de paraíso (Adichie, 2019, p. 32-33).

Assim, sigamos com o objetivo de melhor conhecer os aspectos sócio-históricos e linguísticos dos angolanos sempre atentos ao perigo da história única. Os acontecimentos aqui apresentados terão implicações sociolinguísticas quanto à difusão e quanto ao uso do Português entre a população angolana, fato que nos interessa neste estudo e que são expostos na próxima seção.

## 2.2 SITUAÇÃO (SOCIO)LINGUÍSTICA ANGOLANA

“Circunstâncias históricas, mudanças sociais ou políticas podem também condicionar a mudança linguística.”

*O essencial sobre a história do português,*  
Esperança Cardeira (2006).

A partir do século XV, os portugueses lançaram-se ao mar com o movimento expansionista, levando consigo um de seus agentes de colonização: a língua. “Acompanhando os navegadores, colonizadores e comerciantes, [...] o português se transformou na língua de

um império. Nesse processo, entrou em contato – forçado, o mais das vezes; amigável em alguns casos – com as mais diversas línguas [...]” (Pagotto, 2005, p. 31). Portanto, o ciclo da expansão marítima marca a saída da língua portuguesa das fronteiras europeias, alcançando a África, a América e a Ásia, e passa a ter, então, duas grandes direções históricas: a do português europeu e a do português extraeuropeu – cada qual com suas próprias dinâmicas (Faraco, 2019).

Portugal emerge internacionalmente e, em virtude da extensão e da intensidade com que o comércio conduzido pelos portugueses passou a se realizar, foram sendo estabelecidas grandes áreas comerciais e suas principais rotas. Mediante a isso, não podemos negar que também foram estabelecidas relações com suas ex-colônias de forma tensa, à base de dominação e de violências exercidas para a conquista de seus propósitos. Em se tratando de Angola, conforme citado anteriormente, o seu território resulta do conjunto de antigos reinos africanos, cujas fronteiras foram criadas e ratificadas por intermédio da Conferência de Berlim (1884/1885), quando os portugueses foram forçados, politicamente, a ocupá-lo como condição para o reconhecimento do direito ao espaço como colônia. Para tanto, desencadearam-se as Guerras de Ocupação, resultando em alarmantes massacres contra a população angolana (Mingas, 2000).

Angola passou a ter uma nova realidade social e, conseqüentemente, uma nova realidade linguística. Inicialmente, um grupo de portugueses era habilitado a aprender as línguas locais e os angolanos a língua portuguesa para se comunicarem ou, pelo menos, encontrar facilidade para uma intercomunicação. Nesse contexto, a implantação e a expansão da língua portuguesa se constituíram como um elemento no processo colonial de submissão e de aculturação do povo angolano porque foi construída uma ideologia europeia baseada no pressuposto de sua superioridade, construindo-se falsos discursos sobre os africanos, pois, “[...] do ponto de vista cultural, a supremacia europeia era justificada em princípios racistas, que colocavam os africanos na escala mais baixa da humanidade. [...] Vistos como inferiores pelos administradores coloniais, os africanos passaram a ser matéria de conceitualização e teorização científica pelos eruditos metropolitanos” (Macedo, 2019, p. 146).

Durante o período colonial, a virtualidade africana foi negada, sendo criada uma imagem estigmatizada por um olhar eurocêntrico e depreciativo do colonizador. As bases ideológicas do colonialismo também culminaram em elementos de caráter científico, intensificando-se o desenvolvimento de teorias deterministas e racistas nos meios ocidentais. Dessa maneira, a partir do baixo nível cultural atribuído aos angolanos, conseqüentemente, surgiu um julgamento inferior às línguas locais e às práticas religiosas. O contato com os

portugueses também implicou na mudança para a religião cristã, havendo a entrada de missionários em Angola e chegaram também comerciantes, cortesãos, professores, militares dentre vários funcionários portugueses. Nessa fase que a língua portuguesa entra em maior contato com o kimbundu.

Durante o período entre os anos de 1575 a 1845, o kimbundu foi a língua predominante apesar de o português ser a língua oficial em Angola e isso se justifica por causa do reduzido número de portugueses, basicamente devido às mortes nas guerras e às doenças que os afetavam. Entre 1620 e 1750, o kimbundu se fortaleceu como língua mais usada em praticamente todos os lares de Luanda e no cotidiano da cidade, sendo que essa situação teve como fator propulsor o estabelecimento de uma elite afro-portuguesa que passou a ocupar os principais setores/cargos da administração pública nos centros urbanos e que agia como capturadora de pessoas para serem escravizadas e protetoras das rotas comerciais. A elite era falante nativa de línguas locais, embora tivesse um bom conhecimento/desempenho de português. No interior dos territórios comandados pelos portugueses, a língua portuguesa era usada como língua franca entre chefes e comerciantes, porém a maior parte da população falava kimbundu (Vansina, 2001; Venâncio, 1996 *apud* Inverno, 2009).

Houve uma crescente africanização cultural e linguística da elite afro-portuguesa em Angola e o governo começou a impedir, desencorajando o uso de línguas africanas, principalmente no ensino aos descendentes dessa elite. No entanto, até meados do século XIX, essa situação manteve-se inalterada. Entre as camadas mais pobres das cidades há registros da utilização de variedades reestruturadas do português falado em Angola. Inverno (2009) ressalta que menções feitas por determinados autores (Hugo Schuchardt (1888); Albert Valdman (1978)) levam a supor que eram variedades mistas, porém não fica claro se são variedades mistas do português ou do kimbundu. A autora ainda cita que Heli Chatelain (1984), ao fazer uma descrição do contexto analisado, distingue o kimbundu falado em Luanda do kimbundu falado no interior da colônia, mas não há uma distinção nas descrições feitas na época se seria uma mistura do português com o kimbundu ou vice-versa, gerando-se dúvidas.

A partir de meados do século XX, o português se tornou gradativamente a língua mais falada nas áreas urbanas angolanas e isso se deve ao aumento do número de colonos portugueses, tanto homem quanto mulheres. A sociedade colonial era dividida em dois grupos principais que, por sua vez, estavam subdivididos em categorias. Dessa maneira, o grupo dos *portugueses* estava subdividido em *colonialistas* (os agentes da metrópole colonizadora) e em *colonos* (os agentes de colonização), podendo-se entender que se tinha como objetivo

substituir os nativos por serem considerados como melhor preparados para ajudar no processo de colonização, bem como implantar e difundir novos aspectos institucionais e culturais. É pertinente ressaltar que os colonos recebiam ajuda econômica das autoridades coloniais e uma parte deles, que era de condenados e/ou de rejeitados em Portugal, misturou-se à população nativa, resultando um elevado número de mestiços. Em decorrência, os colonialistas determinaram a seguinte diferença: *portugueses* ou *brancos de primeira* (os nascidos em Portugal) e os *de segunda* (nascidos em Angola), que, obviamente, não tinham direito a ajuda econômica nem a cargos de destaque (Mingas, 2000).

**Tabela 01** - Estimativa da população de Angola de 1845 a 1970

	1845	1900	1920	1940	1950	1960	1970
Africanos	99,9%	99,7%	99,3%	98,1%	97,4%	95,3%	---
Branco	0,03%	0,02%	0,48%	1,2%	1,9%	3,6%	5,1%
Mestiços	0,01%	0,06%	0,18%	0,75%	0,72%	1,1%	1,57%

Fonte: Adaptado de Bender (2004 *apud* Inverno, 2009).

De acordo com a tabela, é possível notar na população angolana que a parcela africana nunca registrou um percentual menor de 95% de 1845 a 1970, enquanto a presença de brancos se elevou de 0,03% a 5,1%, na década de 1970, e o percentual de mestiços foi sempre pouco expressivo (de 0,01% a 1,57%). Inverno (2009) afirma que “no interior do país, na véspera da independência angolana, em 1975, a maioria da população continuava a ter muito pouco domínio do português e apenas uma minoria o utilizava frequentemente”, conforme evidenciam os dados nas tabelas abaixo:

**Tabela 02** - Índice de proficiência em português (áreas rurais em Angola)

Perfeito	0,1%
Relativamente fluente	0,4%
Razoável	16%
Alguns poucos rudimentos	24%
Nenhum conhecimento	59%

Fonte: Adaptado de Bender (2004 *apud* Inverno, 2009).

**Tabela 03** - Frequência de uso do português (áreas rurais em Angola)

Habitual	0,1%
Certa frequência	0,8%
Muito raramente	31%
Nunca	59%

Fonte: Adaptado de Bender (2004 *apud* Inverno, 2009).

A partir da década de 50 do século XX, buscou-se a generalização do português em Angola, quando a maior parte da população precisou dominar essa língua, refletindo a política do monolinguismo. A língua portuguesa foi imposta aos angolanos e uma das formas foi dividi-los em dois grupos: os *assimilados* (aqueles que foram educados na cultura/língua portuguesa) e os *indígenas* (aqueles que não possuíam os hábitos individuais e sociais dos cidadãos portugueses). Os assimilados estavam subdivididos em duas categorias: os *passivos* (considerados alienados porque já estavam completamente alheios à sua condição como seres atuantes, históricos e políticos) e os *ativos* (os que se apropriavam de tudo o que lhes fosse possível aprender sobre o colonizador para lutar contra a dominação). Aqueles classificados como indígenas estavam sujeitos a pagamento de impostos anuais e possuíam o direito de adquirir o estatuto de “assimilado” após a realização de um exame, que consistia em demonstrar domínio da língua portuguesa e conhecer os hábitos portugueses (Mingas, 2000).

Assim, ao impor a língua portuguesa em substituição das línguas africanas pelo imperialismo colonial, promovia-se o processo de assimilação porque, aliado a essa substituição linguística, os angolanos eram obrigados a ser educados ao modo lusitano, restringindo-lhes e inferiorizando aspectos da cultura africana. Por conseguinte, como resultado, somente era conferido ao angolano o estatuto de cidadão aquele que passasse a viver no estilo e costumes europeus, principalmente, dominando o uso da língua ao lhe exigir falar, ler e escrever português, porque “[o seu conhecimento] era a condição mais importante para aceder a qualquer cargo de destaque na sociedade colonial. E ‘falar bem português’ significava dominar a sua estrutura, de modo a estar à vontade nela, a fim de evitar interferências” (Mingas, 2000, p. 32).<sup>8</sup>

Houve proibição de uso de línguas nativas, sendo permitida a utilização delas exclusivamente como meio de aprendizagem do português em instituições missionárias, ou seja, teve um uso muito restrito apenas nos livros de ensino religioso, sendo concedida a possibilidade de uma versão paralela. Decretos foram estabelecidos para promover o apagamento das línguas nativas angolanas, passando a ser obrigatório somente a língua portuguesa em qualquer missão, não era mais permitido ensiná-las nas escolas. Assim, como

---

<sup>8</sup> Paradoxalmente, havia uma falta de estratégias para melhor difusão da língua e da cultura no país, porque ao mesmo tempo em que os portugueses forçavam que os angolanos as aprendessem, eles não permitiam um conhecimento profundo, havendo, assim, mais uma forma de repressão. Somente uma pequena parcela da população angolana pôde galgar os estudos, resultando no elevado índice de analfabetismo no território. É percebida claramente uma da estratégia colonialista, a de deixar a população sem possibilidade de mobilidade social e para evitar contestações/debates e críticas.

efeito desse racismo linguístico<sup>9</sup>, negou-se o direito da população de acesso à língua e à própria cultura, estabelecidas como algo completamente proibido.

Durante o período colonial, [o português falado em Angola, mais precisamente a variedade falada em Luanda] era errada e ironicamente designada “pretoquês”, “português de preto”, “português moreno” e/ou “dialecto”, o que criou não só condições ótimas para a promoção do português, como também, por um lado, a ideia de que as línguas locais eram inferiores ao português e por outro, um sentimento de vergonha por parte de alguns angolanos ao admitirem ter uma língua sem prestígio como primeira e/ou materna (Mingas, 2000, p. 16).

Nas décadas de 60 e 70, Portugal intensificou a sua presença no interior por causa da influência crescente dos movimentos nacionalistas em Angola, agrupando em aldeamentos boa parte da população que vivia dispersa nessa área, persistindo na ideologia da homogeneização cultural e linguística.

Dois factos parecem corroborar a hipótese de a estrutura sincrónica do PVA [português vernáculo de Angola] resultar de um processo de mudança de língua. Por um lado, o facto de este processo ter sido iniciado pela população angolana, parcialmente bilingüe em português e nas línguas banto, e não pelos falantes nativos de português. Por outro lado, o facto de o PVA revelar influência de substrato (línguas banto) e a ausência de características marcadas da língua alvo (português). A manutenção das línguas banto como línguas maternas da maior parte da população angolana parece indicar que este processo está muito longe de seu término, sendo por isso difícil prever os resultados linguísticos finais do mesmo (Inverno, 2009, p. 4).

Após o processo de independência angolana, houve uma intensificação de ações para valorização do português e difusão como única língua oficial do país também na configuração da Angola pós-colonial. Está claramente expresso no art.º 19, n.º 1/ 2010 da Lei Constitucional da Assembleia Constituinte da Constituição da República que *a língua oficial de Angola é o português*. Sendo assim, uma realidade desigual, que reflete ainda, sem dúvida, uma mentalidade colonialista porque a diversidade de línguas nativas nunca deixou de existir sempre expondo os angolanos a contextos de multilinguismo e “como é o caso dos países africanos em geral, a Língua Oficial nem sempre é a língua materna da maior parte dos cidadãos” (Raposo 2013 *apud* Ferreira; Osório, 2018, p. 387). Aliás, “para além do seu estatuto de língua oficial, a LP [língua portuguesa], em Angola, é hoje a língua materna de muitos angolanos, e com o seu alastramento constitui a língua nacional (LN) no sentido pleno

---

<sup>9</sup> Cf. Nascimento (2019).

e veicular para todos os angolanos, embora o grau de domínio não seja igual para todos” (Fernandes; Ntongo, 2002 apud Ferreira; Osório, 2018, p. 387).

De acordo com as políticas linguísticas estabelecidas, claramente o português se sobrepõe, tornando-se a língua veicular, ao conviver com línguas pertencentes aos grupos etnolinguísticos *Bantu* e a outros grupos como *Khoisan* e *Vatwa*. As línguas bantu são classificadas em 16 zonas: A, B, C, D, E, F, G, H, J, K, L, M, N, P, R e S; sendo que as línguas existentes em Angola são as que ocupam as zonas H, K, R e estão diretamente relacionadas às etnias. A língua umbundu é falada pelo grupo Ovimbundu; a língua kimbundu é falada pelo grupo Ambundu; o grupo Bakonko fala a língua kikongo; os Tucokwe falam cokwe; a língua kwanyama é falada pelo grupo Vakwanyama; os Vangangela falam a língua ngangela (Severo, 2015, p. 8). O Quadro 02 expõe a classificação em geral das línguas existentes em Angola divididas por zonas:

**Quadro 02** - Classificação das línguas bantu existentes em Angola

ZONA	GRUPO	LÍNGUAS
H	H10 kikongo	H14: ndingi; ndinzi H15: mboka H16: kongo
	H20 kimbundu	H21: kimbundu H21a: mbundu; ngola H21b: mbamba
K	K10 chokwe-luchazi	K11: chokwe K12b: ngangela; nyemba
R	R10 umbundu	R11: umbundu; mbundu; nano R12: ndombe R13: nyaneka; R14: khumbi
	R20 ambo (ndonga)	R21: kwanyama

Fonte: Timbane; Santana; Afonso (2019, p. 110).

“O grupo linguístico banto constitui o grande continente populacional de Angola e reparte-se por grupos linguísticos que variam em força numérica e que acentuam a existência de relações entre etnia, língua e cultura. A distribuição dos grupos étnicos no país delimita os agrupamentos etnolinguísticos e explicita a diversidade linguística angolana” (Redinha, 2009 apud Santos, 2018, p. 30). Em Angola, também se fala línguas da família Khoisan, como !Xun ou Ju e Maligo, que pertencem a pequenos e restritos grupos, ou a comunidades em extinção, dificultando, assim, a expansão. Ainda estão sendo realizadas pesquisas que fazem descrição das línguas angolanas, porém “a distribuição científica difere da distribuição sociolinguística real. As diferenças entre língua e dialeto ou variante ainda não são nítidas e



muitas vezes discutíveis” (Timbane; Santana; Afonso, 2019, p. 110). Sobre essa dificuldade na distinção desses conceitos, Petter (2015) afirma que a distinção de língua e dialeto é política e não linguística, porque ambos cumprem uma função comunicativa. Dessa maneira, o número de línguas em África não é fixo porque, com o trabalho de descrição e documentação linguística, algumas línguas perderam o seu *status* de línguas, sendo agrupadas como dialetos ou o contrário.

Em relação à diversidade linguística no continente africano, o número de línguas africanas existentes em Angola ainda é motivo de divergência entre os linguistas, conforme é destacado por Lusakalalu (2005):

Num trabalho publicado em 1994, a linguista alemã Huth afirma que existem em Angola 64 línguas. Esta contagem contrasta significativamente com [...] outra, apresentada pelo linguista angolano Kukanda, segundo o qual Angola conta com 9 línguas bantu. Para se chegar amais de sessenta línguas, Angola teria de ter mais de cinquenta línguas não-bantu [...]. A margem de erro entre os dois linguistas não se consegue conciliar [...] (Lusakalalu, 2005, p. 09 *apud* Undolo, 2014, p. 80).

Conforme foi visto, o território angolano é caracterizado por um multilinguismo, visto que são faladas, majoritariamente, línguas do grupo Bantu. No ano de 2011 foi sancionada a Lei do Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana com o objetivo de valorizar e promover as línguas africanas de origem angolana, além de incentivar o estudo e investigação científica da realidade linguística. O Projeto de Lei em seu Capítulo III, Seção I considera as seguintes línguas como nacionais: cokwe, khoi, kikongo, kimbundu, ngangela, oxiwambo, olunyaneka, umbundu, vatwa, helelo, luvale, mbunda (ANGOLA, 2011 *apud* Santos, 2018).

Dentre as línguas consideradas nacionais em Angola estão: umbundu, kimbundu, kikongo, cokwe, kwanyama e nganguela. Tais línguas pertencem a duas famílias linguísticas diferentes: Bantu (englobando a maioria das línguas angolanas) e Khoisan (uma minoria que tem como traço marcante o uso de cliques). Além das línguas nacionais, há centenas de dialetos falados em Angola. Em termos estatísticos, de forma geral, a língua portuguesa é majoritária na capital do país e nos centros urbanos, sendo a mais falada em Angola. As línguas angolanas são mais usadas em regiões rurais, sendo grande parte dos angolanos bilíngues ou multilíngues. A língua angolana mais falada é umbundo, seguida do kimbundu, kikongo e cokwe (Severo, 2015, p. 7-8).

De acordo com o Censo Angola 2014, o português é falado por 71% da população, visto que a maior parte dos falantes que o têm como L1 está em áreas urbanas e a outra parcela na área rural. Não há informação sobre a L2 dos angolanos. Dessa maneira, há uma

contradição porque o governo conferiu o Estatuto de Línguas Nacionais, porém deixou esse quesito de fora do Censo 2014.

### **2.2.1 A variedade angolana do português**

Em Angola, o português é a língua oficial, a exemplo do que ocorre nas outras ex-colônias portuguesas em África (Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), assim também como se dá no Brasil. A diferença é que, no Brasil, o português é a língua materna da maioria absoluta dos falantes, ao passo que, naqueles países, é, geralmente, uma segunda língua, convivendo com as línguas maternas dos falantes, o que caracteriza, assim, um intenso multilinguismo. Nesse sentido, ao comparar as variedades do português falado em Angola, em Moçambique e no Brasil, Petter (2009) observa que a variedade brasileira apresenta mais estabilidade, ao contrário dos outros dois países africanos porque ainda possuem um contato recente com a variedade europeia, recebendo influência de línguas bantu. Enfatiza a autora que “[em] África, embora seja língua oficial, que é utilizada na administração e no ensino, o português é adquirido, prioritariamente, como segunda língua, que tem por modelo a variedade europeia” (Petter, 2009, p. 203).

Em relação ao português existente no Brasil, já é amplamente discutida a existência de uma variedade nacional da língua portuguesa, comprovando-se que há uma identidade linguística própria em relação ao português europeu, fazendo com que seja admitido o título de “Português Brasileiro”. Os estudos que têm como foco as diferenças entre o PB e o PE, evidenciam uma gama de diversos fenômenos variáveis no que tangem a essas duas variedades, a exemplo das notáveis diferenças quanto ao uso do objeto direto anafórico que é tema desta pesquisa. No entanto, é sempre enfatizado que há traços linguísticos no PB que o individualizam em relação ao PE, mas não se admite que haja uma autonomia entre essas duas variedades linguísticas que as coloquem como duas línguas distintas.

Quando se trata de discutir o estatuto da variedade nacional do português em países africanos, como é o caso de Angola, não há um consenso, ao contrário do que ocorre entre as variedades brasileira e europeia. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar aspectos sócio-históricos e linguísticos que possam discutir o entendimento sobre o português de Angola, isto é, se está em processo de formação ou já possui uma identidade linguística própria. Sobre essa questão, Inverno (2004, 2009) defende, baseada em dados sócio-históricos e linguísticos, estar o PA ainda em processo de formação. De acordo com a autora, existem características comuns entre o português vernacular do Brasil e de Angola. Ela busca compreender até que

ponto essas aproximações resultam de processos paralelos de reestruturação parcial e, do mesmo modo, busca avaliar em que medida a situação sociolinguística nos dois países no período de pós-contato poderá legitimar ou problematizar essa possibilidade. A pesquisadora ampara-se em dados sócio-históricos e afirma que a situação sociolinguística brasileira foi diferente da angolana, de forma considerável, desde os primeiros momentos de colonização.

No Brasil, a criação de uma variedade reestruturada do português foi gerada pela presença africana, resultante de um processo de aquisição do português L2 por uma grande massa de falantes, que atuou na origem da variedade sincrônica do português vernacular brasileiro difundida por todo o país, devido à penetração africana no interior após a descoberta de pedras e metais preciosos. Em relação à Angola, Inverno (2009) assevera que a realidade sincrônica é diferente, porque a identidade nacional é preenchida pelas línguas africanas, ao passo que o português é a língua veicular, da administração e do ensino formal. Ao considerar a história sociolinguística do país, fica evidente a possibilidade de uma formação mais recente para o português vernáculo angolano porque a interiorização do português ocorreu a partir do século XX, pois, até então, a língua portuguesa estava mais restrita às classes sociais específicas (a exemplo da elite afro-portuguesa, camadas mais jovens etc.) e a determinadas regiões geográficas (preferencialmente os centros urbanos costeiros). Embora a língua portuguesa estivesse consagrada como língua oficial da República de Angola, ela ainda não atingia todas as camadas sociais. Dessa maneira, o processo de estabilização da variedade angolana não estaria ainda concluído por conta do elevado nível de bilinguismo e manutenção das línguas bantu como línguas maternas de boa parte da população.

Em suma, a variedade angolana do português necessita ser mais estudada porque, com base em resultados empíricos obtidos a partir de análises qualitativas e quantitativas, se aprofundará a discussão sobre a sua identidade linguística, chegando-se a conclusões mais precisas. A próxima seção destina-se a apresentar algumas características gerais sobre a cidade de Luanda, *locus* desta pesquisa.

### 2.3 A CAPITAL LUANDA: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Luanda é a cidade  
que não sabe se é cidade  
se é país.  
Tanto país se encontra nela  
tanta cidade compõe este país  
tão país e tão cidade.

Poema *Luanda é a cidade*,  
Fernando Costa Andrade (1997).

O fidalgo e explorador português Paulo Dias de Novais chegou à denominada Ilha de Luanda, localizada na costa do Oceano Atlântico, área integrante do reino Ndongo, em fevereiro de 1575, fixando o primeiro núcleo de colonos portugueses (religiosos, mercadores, soldados e funcionários). Ao reconhecer não ser a ilha o lugar mais adequado para permanecer, avançou para terra firme e fundou a vila de “São Paulo de Loanda”, em 25 de janeiro de 1576. Além disso, a escolha do novo local também foi influenciada pela existência de uma baía, protegida pela ilha, oferecendo excelentes condições de defesa e de criação de um porto para dar suporte aos portugueses que já estabeleciam e sistematizavam o comércio de escravos na região, tornando-se muito viável no processo de colonização. Nesse sentido, a Fortaleza de São Miguel, construída para proteger a localidade, foi um ponto de partida de navios que transportavam milhares de africanos capturados e vendidos como escravos para diversas partes do mundo.

Ao longo do século XVII, Luanda cresceu rapidamente como um importante centro econômico e se transformou um dos principais entrepostos do comércio escravista da África. Em 1605, com o aumento da população europeia e de edificações, a vila de São Paulo de Luanda recebeu o título de cidade, expandindo-se para “Cidade Alta” e “Cidade Baixa”. A partir de 1627, tornou-se o centro administrativo da região, que passou a ser chamada de Angola, porém, a sua dimensão ainda era muito limitada. Desenvolveu-se uma movimentação na cidade em torno da incidência demográfica e multicultural, “[...] os movimentos migratórios sempre foram um fator presente na dinâmica da cidade de Luanda [...] quer fossem para receber africanos do interior de Angola, quer para receber europeus; fosse como cidade portuária, fosse uma cidade na iminência de crescer” (DANIEL, 2017, p. 7-8).

Luanda enfrentou períodos de crescimento e de instabilidade. No século XIX, passou por um processo de urbanização e de modernização, ampliando-se e/ou constituindo

infraestruturas como estradas, pontes, edifícios etc. A cidade foi centro de disputa entre Portugal e outras potências europeias que competiam pelo controle das rotas comerciais marítimas. Durante o período conhecido como “Partilha da África” (1885), Portugal estabeleceu, formalmente, o seu domínio colonial. A partir do século XX, Luanda começou a se tornar um importante centro político e cultural. No entanto, com o crescente movimento de independência em várias colônias africanas, Angola buscou sua liberdade do domínio português e a capital angolana foi marcada por outros conflitos e turbulências em sua história devido à guerra colonial. Após a independência do país, em 1975, Luanda sofreu novos episódios de destruição de infraestruturas urbanas e enfrentou grandes desafios econômicos e sociais com a longa Guerra Civil entre os grupos do movimento de libertação, principalmente o MPLA e a UNITA, que passaram a lutar entre si pelo poder.

Com o fim da Guerra Civil Angolana, em 2002, após décadas de sofrimento, Luanda começou a se (re)organizar e a se desenvolver rapidamente. Houve investimentos para (re)construção de estradas, de hospitais, de escolas e de habitação, dentre outras precisões. A cidade emergiu como um centro econômico regional, impulsionado pela indústria do petróleo e por outras atividades comerciais. Nesta primeira metade do século XXI, Luanda combina uma arquitetura colonial vs. moderna com uma população multiétnica. Dessa maneira, de acordo com Daniel (2017), ela apresenta diferentes configurações, contrastando aspectos modernos com boa parte de seu patrimônio histórico-cultural, além de situações socioeconômicas desiguais. Assim, na cidade,

[...] desenvolvem-se uma nova urbanização, novos projetos de autoconstrução e construções habitacionais, condomínios fechados, projetos industriais etc., tudo para reduzir o fluxo urbano presente no centro. [Há outras partes que] são áreas da cidade onde podemos encontrar casas com uma arquitetura colonial, edifícios cujo valor histórico-cultural é bastante significativo, escolas que fazem parte da história da própria cidade, algumas famílias tradicionalmente pertencentes aos ambundos ou famílias luso-angolanas, igrejas que marcam a presença do catolicismo na história dos habitantes, centros culturais e desportivos; [por outro lado] novos bairros [e zonas] foram surgindo com o passar dos anos mais afastados da grande urbe, em alternativa ao centro, com um ímpeto mais diversificado e até com alguma desorganização urbanística. A pobreza extrema, a possibilidade de se construir casas de acordo com as suas possibilidades, bairros de chapa, a criminalidade, mercados informais, doenças, escolas ou salas de aula precárias fazem a nova realidade luandense fora do centro. Mas é certo que, com novos edifícios espelhados, vai-se fazendo também uma espécie de adenda na cidade antiga (DANIEL, 2017, p. 8).

Considerando essa perspectiva de configuração da cidade, é interessante compreender o plano urbanístico que a envolve. No que tange à constituição étnica, a localidade está relacionada, originalmente, ao grupo Ambundu que se estabelece, atualmente, no território angolano, em sua maioria, na zona centro-oeste, que se estende de Luanda até Malanje, e no Cuanza Sul, havendo também frações relevantes de outras origens étnicas do país (Ovimbundu, Bakongo etc). Os movimentos migratórios internos sempre foram presentes na cidade de Luanda, recebendo angolanos do interior da própria província ou africanos de províncias vizinhas, principalmente nas últimas décadas do período colonial durante a guerra anticolonial. Posteriormente, esse palco de constantes migrações foi reforçado em consequência da Guerra Civil Angolana, que também desencadeou a passagem de muitos ambundos de regiões rurais para a capital. Conta-se, ainda, uma população de origem europeia constituída principalmente por portugueses. Assim, a heterogeneidade luandense nos remete para razões históricas, culturais, sociais e étnicas.

Como destacam Silva; Araujo (2020, p. 66):

[...] a Guerra Civil que devastou Angola fez com que as pessoas, sofrendo os efeitos desse período, migrassem para os centros urbanos, a exemplo de Luanda, com o fito de buscar melhores condições de vida. Contudo, apesar de falarem línguas tipologicamente próximas, mas incompreensíveis entre si, tiveram que aprender o português, que foi transformando em língua veicular, isto é, de unidade nacional e L1 das gerações que nasciam nessa circunstância histórica.

Atualmente, Luanda continua sendo a capital nacional de Angola e seu nome também é dado a uma das atuais dezoito províncias que compõem o território angolano (conforme mostrado na Figura 2).<sup>10</sup> Luanda, no sentido de província, tem a menor extensão territorial comparada às demais e comporta nove municípios (Belas, Cacuaco, Cazenga, Ícolo e Bengo, Luanda, Quilamba Quiaxi, Quissama, Talatona e Viana) com uma população de 6 945 386 pessoas (Dados do Censo Angola 2014).<sup>11</sup> A cidade coincide geograficamente com o município homônimo, sendo subdividida em seis distritos urbanos (Angola Quiluanje,

<sup>10</sup> Quanto à etimologia do nome, *Luanda* provém de *lu-ndandu*. O prefixo *lu-* é uma das formas de plural em línguas bantu, sendo bastante comum em nomes referentes a zona de litoral, a bacia de rios, a regiões alagadas ou restinga. A outra parte *ndandu* significa “valor” ou “objeto de comércio”, fazendo alusão aos pequenos búzios colhidos na região costeira da ilha próxima ao continente (também conhecidos por *nzimbu* ou *njimbu*) e que constituía a moeda utilizada nos antigos Reino Kongo e Reino Ndongo. A pronúncia da palavra pelos povos ambundu e pelos portugueses foi se modificando a depender do modo de falar, assim, de *lu-ndandu* passou a *lu-andu* e, no processo de aportuguesamento, tornou-se *luanda*, no gênero feminino porque se referia a uma ilha.

<sup>11</sup> A Região Metropolitana de Luanda (RML) é também conhecida como Área Metropolitana de Luanda ou Grande Luanda. Reúne os municípios da província de Luanda em contínuo e intenso processo de conurbação (Cf. Castro; Reschilian, 2020; Cumba, 2017).

Ingombota, Maianga, Rangel, Samba, Sambizanga) e possui aproximadamente 2,5 milhões de habitantes. É um importante centro político, econômico e cultural, abrigando instituições governamentais, empresas multinacionais, universidades e centros de artes. No entanto, apesar dos avanços, a capital angolana enfrenta desafios como a pobreza, a desigualdade social, a infraestrutura inadequada (saneamento básico, congestionamento do tráfego etc.). É necessário ressaltar que, tendo em vista esse cenário desafiador, os luandenses buscam superá-lo, progredindo, de modo gradual, para um futuro melhor.

### 3 O FENÔMENO EM ESTUDO: A REALIZAÇÃO DO OBJETO DIRETO ANAFÓRICO

Neste capítulo, é focalizado o fenômeno linguístico escolhido para a discussão neste trabalho acerca da caracterização da realidade sociolinguística angolana. São mostrados aspectos sobre o objeto direto anafórico a partir de resultados de determinados estudos que investigaram a variação no português. Traço um breve percurso diacrônico sobre o objeto nulo e, além disso, são apresentadas algumas considerações sobre o ODA em variedades do português, com a finalidade de elencar características identificadas por estudos linguísticos para essa configuração sintática.

#### 3.1 O OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS

##### 3.1.1 O que revelam os estudos linguísticos

“Vamos atentar para a sintaxe [...] /  
O que quer  
O que pode esta língua?”

Música *Língua*,  
Caetano Veloso (2007).

##### 3.1.1.1 O fenômeno na perspectiva diacrônica

Entre as diferenças do português brasileiro e do português europeu, destaca-se o fenômeno do objeto nulo. Dessa maneira, o objeto nulo no PE pode ocorrer em construções específicas em relação ao objeto nulo no PB, que é muito mais livre. Segundo Cyrino (1993, p. 165), “uma mudança linguística deve ter ocorrido no estatuto da categoria vazia (objeto nulo), uma vez que o PB tem sua origem no PE.” De acordo com os resultados de seu estudo inicial, houve um aumento na ocorrência do objeto nulo, que era restrito a certos contextos numa primeira época, tornando-se mais livre ao ocorrer depois em outros contextos. A partir desse estudo diacrônico, com base em textos de peças teatrais, é verificado que o ON já ocorria em variação com o clítico de terceira pessoa no português com um antecedente oracional e se estende a outros contextos a partir do século XIX, intensificando-se na



variedade brasileira. A tabela abaixo reproduz os resultados de Cyrino (1993) em relação ao crescimento do uso de objeto nulo no PB:

**Tabela 04** - Objetos nulos no tempo

<b>Século</b>	<b>Objeto nulo (%)</b>
Primeira metade séc. XVIII	14,2%
Primeira metade séc. XIX	41,6%
Segunda metade séc. XIX	23,2%
Primeira metade séc. XX	69,5%
Segunda metade séc. XX	81,1%

Fonte: Adaptado de Cyrino (1993, p. 165).

Ao registrar esse contexto linguístico, Cyrino (1993) também aponta para a queda no uso do clítico de terceira pessoa, relacionando os fatos. Na primeira metade do século XVIII, 85% de ocorrências de clíticos contra 17% de apagamento. Na primeira metade do século XIX, a ocorrência já havia caído para 58% contra 42% sem o clítico. Ela observa que além do uso do clítico de terceira pessoa ter sido o primeiro a cair, é especificamente o clítico *o* sentencial o primeiro a ser menos utilizado, vindo a desaparecer no PB. Ainda foi constatada a ocorrência de pronome sujeito *ele/ela* em posição de objeto direto nos dados a partir do século XIX. A partir dessas observações, foi evidenciado que mudanças ocorreram no PB e que a queda do clítico realmente estaria relacionada com a ocorrência do objeto nulo característico dessa língua. Conforme frisa a autora:

Uma mudança paramétrica deve estar relacionada a outras mudanças da língua. Através da análise de dados diacrônicos, há motivos para supor que a reanálise que levou o objeto nulo do PB estaria relacionada às reanálises diacrônicas que levaram à mudança no sistema de clíticos dessa língua. Todas essas mudanças teriam tido como consequência, então, a refixação do parâmetro relacionado ao objeto nulo (Cyrino, 1993, p. 175).

Cyrino (1994) amplia a sua investigação diacrônica sobre o ON no PB. Ela utiliza uma amostra composta por peças de teatro do gênero comédia, poesias satíricas e cantigas, fazendo-se uso de textos, cuja escrita tenta representar a língua falada de alguma maneira, com um recorte temporal feito do século XVI até o XX. Os resultados constam na tabela seguinte:

**Tabela 05** - Distribuição das ocorrências de objeto nulo vs preenchido

Século	Objeto nulo	Objeto preenchido	Total
	Ocorrências / (%)	Ocorrências / (%)	
XVI	31 (10,7%)	259 (89,3%)	290 (100%)
XVII	37 (12,6%)	256 (87,4%)	293 (100%)
XVIII	53 (18,5%)	234 (85,5%)	287 (100%)
XIX	122 (45,0%)	149 (55,0%)	271 (100%)
XX	193 (79,1%)	51 (21,9%)	244 (100%)

Fonte: Adaptado de Cyrino (1994, p. 169).

A autora ressalta que, desde o século XVI, há casos de objeto nulo no PB, considerando a posição nula com antecedente sentencial (10,7%). Cyrino (1994) registra uma ocorrência de 20% de elipse sentencial contra 80% de clítico neutro *o*. A partir desse século é observado um avanço quanto ao uso do objeto nulo, atingindo 79,1% no século XX. Foi observado que a incidência de apagamento desencadeado pelo antecedente sentencial se estendeu aos contextos com antecedente SN de traço [–específico] a partir da primeira metade do século XIX e, somente a partir da segunda metade, passa a atingir referentes com o traço [+específico]. Essa configuração de queda do clítico neutro *o* sentencial transformou-se em um contexto que contribuiu para a consequente emergência do objeto nulo no PB.

Na seção seguinte, são mostrados resultados de alguns trabalhos que investigam a representação do ODA na variedade oral do PE e PB, bem como algumas descrições feitas sobre o tema em variedades africanas do português.

### 3.1.1.2 Objeto direto anafórico em variedades do português

#### a) Português Europeu (PE)

Destaco Freire (2000), que analisou uma amostra com 28 participantes portugueses com ensino superior e residentes em Lisboa, cujas entrevistas foram gravadas na década de 1970. O clítico é a variante de ODA mais utilizada com 44%, seguido de 31% de objeto nulo e o SN Anafórico é a terceira variante utilizada com 25% e não foi registrada uma ocorrência de Pronome Pleno.

**Tabela 06** - Realização do ODA por falantes portugueses lisboetas de nível universitário

<b>Variantes<sup>12</sup></b>	<b>Quantitativo</b>
Clítico Acusativo	48 dados (44%)
Pronome Pleno	---
SN Anafórico	27 dados (25%)
Objeto Nulo	34 dados (31%)
<b>TOTAL</b>	<b>109 dados (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Freire (2000, p. 47).

Os resultados da pesquisa mostraram que o clítico acusativo é amplamente empregado na fala vernacular do PE. Com relação ao *corpus*, foi percebido que a ocorrência do clítico não está limitada à forma verbal por haver a distribuição das realizações em tempo simples do indicativo (56%), em tempo composto (6%), com formas do infinitivo (18%), locuções verbais com infinitivo (18%) e com locução verbal com gerúndio (2%):

- (1) Sofre do que são os defeitos dos próprios homens que executam a justiça e que *a* praticam. (PE – 003) (Freire, 2000, p. 51).
- (2) Inda aqui há tempos apareceu aqui uma mulher com um problema conjugal, o marido tinha-*a* posto fora de casa. (PE – 010) (Freire, 2000, p. 51).
- (3) Algumas horas que se percam no início, logo desde que o incêndio é detectado, são decisivos (*sic*) para a possibilidade de *o* combater. (PE– 027) (Freire, 2000, p. 51).
- (4) Depois ver, por exemplo, as figuras que ele escolhe, isso é que é maravilhoso, a gente vai vê-*las* uma por uma. (PE – 007) (Freire, 2000, p. 51).
- (5) É certo que ainda tenho alguns móveis aqui na minha casa que não me agradam. Agora na medida em que posso, vou-*os* substituindo. (PE – 022) (Freire, 2000, p. 51).

O clítico se mostra bastante frequente nas diferentes estruturas sintáticas, no entanto, aparece em competição com outras formas como o Objeto Nulo e o SN Anafórico. Quando o objeto tem como antecedente um SN, foi verificado por Freire (2000) a seguinte distribuição das estratégias de realização do ODA em estruturas simples SVO: os clíticos apresentam 49% de ocorrência, paralelamente aos 23% de SNs anafóricos e aos 28% de objetos nulos. O autor ressalta que, em estruturas simples construídas com objeto direto e

<sup>12</sup> Não há uma terminologia padrão, entre os autores dos trabalhos aqui resenhados, referente às variantes do fenômeno em estudo. Por isso, foi decidido unificar as nomenclaturas com as mesmas que são consideradas nesta tese para não haver prejuízo na leitura, ficando da seguinte maneira: clítico = **Clítico Acusativo**; pronome nominativo, pronome lexical, pronome sujeito, pronome tônico, *ele* acusativo = **Pronome Pleno**; SN anafórico = **SN Anafórico**; e Categoria Vazia = **Objeto Nulo**.

predicativo ou oblíquo, há um equilíbrio entre as estratégias de realização do acusativo anafórico, quando o antecedente do objeto é um SN: 39% de clíticos, 35% de SNs anafóricos e 26% de objetos nulos.

✓ SVO

- (6) Nunca encaixava, nunca encaixava a bola — encaixar a bola é voar para a bola e segurá-**la** — nunca encaixava! (PE – 014) (Freire, 2000, p. 60-61).
- (7) E tem o senhor que leva a coroa, geralmente é o dono da casa ou um convidado, ou então uma senhora ou uma menina que leva **a coroa**. (PE– 051) (Freire, 2000, p. 60-61).
- (8) Um prato muito nutritivo e, mas, agora realmente eu já há muito tempo que não como\_\_\_, não é, desde que deixei de ir assim à aldeia dos meus avós. (PE – 083) (Freire, 2000, p. 60-61).

✓ SVO + PRED/OBL.

- (9) Os móveis que eu comprei, agora acho-**os** horrorosos. (PE – 023) (Freire, 2000, p. 60-61).
- (10) Quando o cabelo comprido para os homens for absolutamente comum a todos, trazer **o cabelo** curto é que vai ser o furor. (PE – 065) (Freire, 2000, p. 60-61).
- (11) Ora é preferível, acho eu, ler ‘O Janeiro’ que pega as notícias da ‘France Press’ ou da ‘Reuter’, põe\_\_\_ comentários. (PE – 100) (Freire, 2000, p. 60-61).

Em sua análise, Freire (2000) considera o traço [+/-humano] do antecedente e mostra que entre os objetos com o traço [+humano] predomina o emprego de clíticos (87%) sobre o de SNs (9%) e o de objetos nulos (4%); entre os objetos com o traço [-humano], os clíticos ainda são robustos (38%), mas já estão em equilíbrio com os SNs anafóricos (30%) e com os objetos nulos (32%). Todos os participantes da amostra analisada possuem ensino superior e estão divididos em três faixas etárias (F1: 25 a 34 anos; F2: 35 a 46 anos; F3: 47 anos em diante).

Destaca-se o alto índice de clíticos entre a faixa 1 e a faixa 2. No uso do SN anafórico, a faixa 1 apresenta um percentual um pouco mais elevado em relação às outras faixas etárias. O objeto nulo se destacou com maior frequência de uso na faixa 3. Também foi controlada a realização do fenômeno na fala de homens e de mulheres por Freire (2000), fim de verificar a possível influência do fator sexo na ocorrência de cada variante. O estudo revelou seguintes resultados: o uso de clíticos é bem equilibrado entre homens (44%) e mulheres (43%); também havendo um equilíbrio com a variante SN anafórico com 29% e 21%, respectivamente. Houve uma diferença maior entre homens (27%) e mulheres (36%) no uso

do objeto nulo. No geral, é possível aduzir as seguintes constatações obtidas por Freire (2000): o clítico se mostra bastante frequente em comparação às outras estratégias do objeto direto anafórico; também se fazem presentes o objeto nulo e o SN anafórico em alguns contextos na variedade europeia da língua; não foram registradas ocorrências do Pronome Pleno na amostra composta por pessoas com nível superior.

Apresento uma descrição dos resultados encontrados por Arruda (2012). Para a investigação, o autor considerou uma amostra organizada a partir de entrevistas com portugueses veiculadas em programas de auditório, transmitidos em canal aberto por emissoras de televisão de circulação nacional no país. Os dados foram obtidos a partir de uma média de cinco horas de gravação de fala espontânea. Os resultados encontrados foram estes:

**Tabela 07** - Realização do ODA por falantes portugueses em entrevistas veiculadas em programas de auditório

<b>Variante</b>	<b>Quantitativo</b>
Clítico Acusativo	71 dados (25%)
Pronome Pleno	02 dados (0,7%)
SN Anafórico	24 dados (8,5%)
SN c/ Determinante Modificado	12 dados (4,3%)
Demonstrativo <i>isso</i>	13 dados (4,5%)
Objeto Nulo	163 dados (57%)
<b>TOTAL</b>	<b>260 dados (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Arruda (2012, p. 72).

A tabela mostra uma visualização geral da distribuição das variantes de ODA no PE, a partir dos dados levantados. Com uma frequência verificada de 57%, o ON é a forma mais produtiva no *corpus* pelos falantes portugueses. O clítico acusativo é a segunda variante mais utilizada (25%). Os índices verificados para as variantes SN anafórico, SN com determinante modificado e demonstrativo *isso* são baixos com 8,5%, 4,3% e 4,5%, respectivamente. O uso do Pronome Pleno como realização do ODA apresenta uma frequência inferior a 1%, demonstrando não ser muito presente no uso vernacular do PE.

Os grupos de fatores selecionados como relevantes foram: (i) animacidade do antecedente; (ii) traço de especificidade; (iii) estrutura sintática; (iv) topicalização (ou não) do antecedente; (v) grau de transitividade da sentença; (vi) sexo dos participantes, e destaque somente os resultados dos dois condicionamentos semânticos e do condicionamento social. A animacidade do antecedente apresenta um peso relativo de 0.665, favorecendo o apagamento do objeto nos casos em que o antecedente apresenta o traço [- animado] e desfavorecendo o uso dessa forma variante com o antecedente [+ animado], com 0.276. Dessa maneira, no

tocante aos casos em que o antecedente apresenta traço [+ animado], o que se verifica é um contexto favorável ao preenchimento do objeto por causa do resultado estatístico. No PE, a variante objeto nulo apresenta uma frequência de 65%, contra a frequência de 35% de objeto direto preenchido, resultando, dessa forma, em uma diferença percentual de 30%, uma diferença quantitativa considerável.

- (12) E nesses tribunais a acusação também (es)tá num plano superior aos desgraçados que vão lá que vão lá acusá-**los** ou (es)tá tudo mais ou menos...? (PE.M.07.02) (Arruda, 2012, p. 70-75).
- (13) Eu como... posso lhe dizer que vou fazer sessenta anos, nunca fui julgado, nunca ofendi as pessoas. Procuo sempre respeitar **as pessoas**. (PE.M.07.03) (Arruda, 2012, p. 70-75).
- (14) a Amália, como não se ouvia, cá está a história, nunca se encheu dela, nunca achou que ela era extraordinária, mais tarde tinha descoberto o... casualmente ouviu **ela** cantar uma canção francesa (PE.F.12.12) (Arruda, 2012, p. 70-75).
- (15) mas em contra partida sou muito mais criterioso na forma como gasto meu tempo [...] mas saboreio **Ø** bem melhor (PE.M.04.02) (Arruda, 2012, p. 70-75).

Em se tratando do traço de especificidade, no *corpus* analisado, os percentuais apresentados são: uma frequência de objeto nulo de 52% e de objeto preenchido de 48% com o traço semântico [+específico]; já quando se considera o traço [-específico], os índices percentuais são de 63% para a variante objeto nulo contra 37% para o preenchimento do objeto. Levando-se em consideração uma combinação de traços semânticos do antecedente, é verificada uma frequência equilibrada nos casos em que o traço [±específico] são combinados ao outro traço semântico [±animado].

**Tabela 08** - Frequência de uso de objeto nulo vs objeto pronominal no PE a partir do cruzamento entre animacidade e especificidade do antecedente

Combinação de traços semânticos	Variantes	
	OD Nulo	OD Pronominal
[+específico] [+animado]	49%	51%
[+específico] [-animado]	84%	16%
[-específico] [+animado]	50%	50%
[-específico] [-animado]	83%	17%

Fonte: Adaptado de Arruda (2012, p. 88).

A realização da variante objeto nulo é fortemente favorecida pelo traço [-animado] do antecedente, apresentando com o traço semântico [+específico] a frequência de 84% e de 83%

com o traço semântico [-específico]. Também há uma frequência equilibrada de apagamento do objeto para os casos em que os traços de especificidade são combinados ao traço semântico [+animado] do antecedente, porém apresentando índices menores: sendo combinado ao traço [+específico], a frequência obtida é de 49% e de 50%, quando combinado ao traço [-específico]. Na leitura vertical da tabela, os índices apresentados no PE apontam para o favorecimento do traço semântico [+animado] na seleção, pelo falante, da variante pronominal, que compreende a soma de pronomes clíticos e nominativos (*ele/ela*). Na leitura horizontal, percebemos que não há muita diferença do percentual se comparada à frequência de objeto nulo independentemente do traço de especificidade do antecedente.

Nos dados do PE, Arruda (2012) revela que o uso do objeto nulo se mostra majoritariamente entre homens e mulheres, refletindo também um equilíbrio na frequência porque os índices percentuais são de 56,5% na fala dos homens e de 58% na fala das mulheres. Mesmo equilíbrio se verifica no uso da variante clítico, com os índices apresentados na fala de homens e mulheres, respectivamente, de 26% e 23,5%; quanto ao uso do Pronome Pleno, forma pouco produtiva nessa variedade europeia, o número de ocorrências é idêntico: 1 (um) para cada sexo. Sendo a forma variante um SN, sua frequência é de 13,5% na fala de homens e de 12% na de mulheres, equilíbrio que também se reflete quando se trata do demonstrativo como forma variante: 3,5% e 5,5%, respectivamente, para homens e mulheres.

Na pesquisa de Marques de Sousa (2021), a amostra é composta por 36 entrevistas, gravadas em duas localidades portuguesas: Oeiras, que está em uma região central e próxima a Lisboa, e Cacém, situada mais afastada do centro. As variantes encontradas pelo autor no *corpus* foram: Clítico Acusativo, Pronome Pleno, Objeto Nulo.<sup>13</sup> Os percentuais obtidos são mostrados abaixo:

**Tabela 09** - Realização do ODA por falantes portugueses (Oeiras e Cacém)

<b>Variantes</b>	<b>Quantitativo</b>
Clítico Acusativo	185 dados (68%)
Pronome Pleno	3 dados (1,1%)
Objeto Nulo	84 dados (30,9%)
<b>TOTAL</b>	<b>272 dados (100%)</b>

Fonte: Marques de Sousa (2021, p. 140).

<sup>13</sup> Marques de Sousa (2021) não considera a variante SN anafórico na análise dos dados. Nesta sua pesquisa, além de trabalhar com dados de Portugal, o autor também analisa realizações de acusativo anafórico em outras variedades do português faladas no Brasil, em Moçambique e em São Tomé e Príncipe cujos resultados serão mostrados mais adiante.

Quanto à distribuição das variantes de ODA, o Clítico é forma mais usada (68%) seguido do Objeto Nulo (30,9%). Houve apenas três ocorrências do Pronome Pleno (1,1%) encontradas na fala de participantes com baixa escolaridade (Ensino Fundamental) e não houve registro dessa variante entre as pessoas de nível universitário, confirmando os resultados de Freire (2000) que analisou somente esse perfil social. Marques de Sousa (2021, p. 141) enfatiza: “Embora essa variante [o Pronome Pleno] pareça estar relacionada ao grau de escolaridade e configurar uma variante rara dependente do perfil social do falante, o emprego do clítico acusativo não depende de escolaridade ou faixa etária, diferentemente do que ocorre no Brasil. O clítico acusativo é uma variante robusta, seja qual for o nível de instrução e idade do entrevistado português.”

Os grupos de fatores selecionados como significativos para a ocorrência de Objeto Nulo foram: (i) combinação de traços semânticos; (ii) papel semântico do antecedente e (iii) modo verbal. Os traços [-ani/-esp] e [-ani/+esp] favoreceram o Objeto Nulo, apresentando uma frequência e pesos relativos altos com 54,8%/PR 0.761 e 54,5%/PR 0.715, respectivamente.

(16) [-ani/-esp]

Fui convidada para ir a uma celebração e fui. Gostei muito dos cânticos, adorei aqueles cânticos que me tocaram muito no coração. Gostei muito, comprei [**Cds**], levei [**Ø**] para casa. (CAC-C-2-F) (Marques de Sousa, 2021, p. 144).

(17) [-ani/+esp]

Informante - Ele não me roubou nada.

Entrevistadora - Não roubou...

Informante - Só a minha amiga, ela soltou [**a mala**] e ele acabou por se satisfazer só com [**a mala dela**] e fugiu. Mas ainda tivemos envolvidos uns cinco minutos: ele a puxar [**Ø**], eu puxei [**Ø**], ele bateu, eu bati... pronto! (CAC-A-1-F) (Marques de Sousa, 2021, p. 144).

Os fatores que menos favorecem o Objeto Nulo são traços [+ani/+esp] e [+ani/-esp], sendo constatados nesses contextos os menores índices percentuais e pesos relativos 9,4%/PR 0.241 e 10,4%/PR 0.359, respectivamente. O antecedente geralmente é retomado por um clítico:

(18) [+ani/+esp]

Os meus tempos livres é passar/são passados a família, a brincar [**com as minhas filhas**], a apoiá-**[las]**. (OEI-B-3-M) (Marques de Sousa, 2021, p. 145).



(19) [+ani/-esp]

No centro de Fátima, têm duas casas. Aí atendem pessoas. Se **[as pessoas]** quiserem passar lá uns dias, eles recebem-**[nas]**. Pode dormir lá. (CAC-C-2-F) (Marques de Sousa, 2021, p. 145).

Quanto ao papel semântico, os papéis de paciente e de tema são os que mais favoreceram o apagamento do objeto, com 42,9%/PR 0.793 e 44,4%/PR 0.631, respectivamente, pois são os papéis geralmente atribuídos aos complementos verbais e aos sujeitos derivados de verbos inacusativos. No primeiro exemplo, o Objeto Nulo recupera o referente [uma máquina do tabaco], um complemento verbal com papel temático de paciente. No segundo exemplo, o Objeto Nulo retoma o referente [uns parques novos], com papel temático de tema:

(20) Entraram e assaltaram. Partiram uma máquina, partiram **[uma máquina do tabaco]** toda, destruíram **[Ø]**. Levaram dinheiro, levaram o tabaco. (CAC-B-1- F) (Marques de Sousa, 2021, p. 146).

(21) Lazer, lazer não...não tenho ali nada, apesar de haver ali **[uns parques]** agora **[novos]**, mas não frequento **[Ø]**. (CAC-B-3-M) (Marques de Sousa, 2021, p. 146).

O terceiro e último grupo de fatores selecionado no PE, favorecendo o Objeto Nulo, compreende o modo verbal, sendo que o indicativo (37,9%/PR 0.522) e o imperativo (50%/PR 0.497) mais se destacaram, colocando-se em oposição ao subjuntivo (PR 0.145). A seguir, são apresentados os resultados de pesquisas que investigaram a realização do ODA no português brasileiro.

#### b) Português Brasileiro (PB)

Concebe-se a pesquisa de Omena (1978), dentro da literatura linguística, como a primeira realizada sobre esta temática com dados do português brasileiro.<sup>14</sup> Inicialmente, a

---

<sup>14</sup> Atribui-se a Omena (1978) o pioneirismo de sua pesquisa na linha histórica dos estudos variacionistas, porque, anteriormente, já havia sido realizados estudos sobre os “brasileirismos”, a partir de obras que descrevem o português no Brasil, como *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral (1920); *O linguajar carioca*, de Antenor Nascentes (1922); *A língua do Nordeste*, de Mário Marroquim (1934). Em sua obra, Amaral (1920) descreve uma variedade dialetal do interior de São Paulo. O autor comenta que os pronomes *ele* e *ela* podem ser objeto direto: “peguei *ele*” / “enxerguei *elas*” –, e ressalta que “este fato é um dos mais generalizados pelas diversas regiões do país” porque o pronome *o/a* “perdeu toda a vitalidade, aparecendo quase unicamente encravado em frases ossificadas” (Amaral, 1920, p. 59). Marroquim (1934) planeia o seu estudo a partir da língua falada em Alagoas e Pernambuco por considerar os seus usos linguísticos idênticos devido ao contexto sócio-histórico-cultural. O autor defende a ideia de que a necessidade de clareza na fala pode fazer com que se empreguem as formas *ele/ela* em relação aos pronomes átonos de terceira pessoa *o/a* e afirma: “Esse emprego é geral em todo o Brasil. É construção que dificilmente será extirpada do falar brasileiro, pois atingiu todas as classes sociais. Terá

autora mostra os resultados de uma análise preliminar feita com dados de fala de um universitário mineiro de 19 anos. Foram levantadas 67 ocorrências de objeto direto anafórico em quatro horas e meia de gravação (3 clíticos; 13 pronome pleno; 51 apagamentos). A pesquisa apontou como fatores favoráveis ao apagamento: (i) referência a um antecedente [-animado], (ii) referência a um antecedente que exerce a função de complemento, (iii) menor complexidade sintática, quando o item apagado exerce apenas uma função dentro da oração, (iv) posição do objeto na oração, (v) menor distância entre o antecedente e a realização do objeto.

A partir desses resultados, Omena (1978) parte para o segundo momento da pesquisa ao investigar o uso variável em outra amostra ampliada, utilizando como *corpus* dados selecionados de entrevistas feitas com dois homens e duas mulheres em fase de alfabetização, sendo integrantes do projeto MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) do Rio de Janeiro. Foram feitas sete entrevistas por pessoa com duração de uma hora cada, totalizando vinte e oito horas de gravação com amostras de fala.

A partir do tratamento estatístico, com um total de 1415 dados, a autora revela que (i) o clítico em função acusativa era ausente na fala dos entrevistados, (ii) o pronome nominativo *ele/ela* e o apagamento eram as duas estratégias de representação anafórica, (iii) a variante mais produtiva foi o apagamento do objeto com 76% e o emprego do pronome pleno foi de 24%, (iv) o uso do pronome pleno era favorecido quando precedido por antecedentes com traço [+animado], (v) o apagamento do objeto era mais favorecido quando seu antecedente possuía o traço semântico [-animado] do antecedente e apresentava a mesma função de objeto em contexto anterior.

A pesquisa não levou em consideração a retomada por SN Anafórico, mas Omena (1978) destaca a presença dessa estratégia, inclusive por SNs indefinidos. Além disso, aponta o traço semântico e a função sintática do antecedente como principais favorecedores para o apagamento ou realização do objeto. Outro clássico estudo sobre a realização e apagamento da forma clítica no PB é o de Duarte (1986). A autora realizou uma análise de amostras de fala natural de paulistanos através de 50 entrevistas e de oito horas de gravação da linguagem veiculada na televisão (episódio de novelas (4h) e programas de entrevistas (4h)). Os

---

de entrar na gramática, a não ser que [...] ela deixe de ser a codificadora dos fatos da linguagem” (Marroquim, 1934, p. 176-177). Não se pode deixar de mencionar também o texto *Ele como um acusativo no português do Brasil*, de Joaquim Mattoso Camara Junior, datado de 1972, que, ao tratar sobre o pronome *ele* na função de objeto direto, explana que esse uso é um dos traços mais característicos do português brasileiro por fazer parte “de todos os níveis sociais no Brasil; só o evitamos em certas situações nas quais aquele que fala sente toda sua responsabilidade de homem instruído e, mesmo assim, ele não chega sempre a eliminá-lo de todo” (Camara Junior, 2004 [1972], P. 96).

participantes paulistanos entrevistados foram divididos em escolaridade (Ens. Fundamental completo ou incompleto, Ensino Médio e Ensino Superior completos) e em faixa etária (F1: 22 a 33 anos; F2: 34 a 46 anos; F3: acima de 46 anos)<sup>15</sup>. Estes foram os resultados encontrados:

**Tabela 10** - Realização do ODA por falantes paulistanos

<b>Variante</b>	<b>Quantitativo</b>
Clítico Acusativo	97 dados (4,9%)
Pronome Pleno	304 dados (15,4%)
SN Anafórico + Demonstrativo <i>isso</i>	338 dados (17,1%)
Objeto Nulo	1235 dados (62,6%)
<b>TOTAL</b>	<b>1974 dados<sup>16</sup> (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Duarte (1986, p. 17).

Como resultado, a autora mostra que, no falar paulistano, há uma ocorrência considerável do Objeto Nulo. Em relação ao condicionamento linguístico, os dados revelam que o apagamento do objeto direto anafórico está diretamente favorecido pelo traço semântico [-animado] do antecedente e pela estrutura simples da sentença. O SN Anafórico possui condicionamentos semelhantes ao do Objeto Nulo. O traço semântico [+animado] do antecedente favorece o preenchimento do objeto, seja por Clítico Acusativo ou por Pronome Pleno, principalmente por esta variante em estruturas complexas, porque os pronomes nominativos *ele/ela* na posição de objeto também funcionam como sujeito da oração encaixada. Dessa maneira, “a dificuldade em usar corretamente o clítico nessas estruturas por parte daqueles que dizem saber usá-lo quando *necessário* garante a manutenção do pronome lexical [pronome pleno] no sistema e sugere uma provável vitória na luta travada entre as duas variantes” (Duarte, 1989, p. 32, grifo da autora).

No tocante aos condicionamentos sociais, a escolaridade dos participantes não interfere na preferência pelo Objeto Nulo porque é alta nos três níveis (e também regular, pois as frequências oscilam entre 63,9%, 60,7%, 65% (cf. Duarte, 1986, p. 39)). O SN Anafórico é mais frequente na fala dos mais escolarizados e Duarte (1986) interpreta isso como uma estratégia de esquiva ao uso tanto do pronome pleno *ele/ela* quanto do clítico, porque este é avaliado como uma forma pedante na fala e aquele uma variante estigmatizada. Foi registrada

<sup>15</sup> Cinco pessoas foram entrevistadas para cada uma dessas células, somando-se um total de 45 participantes. A autora acrescentou um grupo constituído de cinco jovens entre 15 e 17 anos de idade, cursando a 8ª série do 1º grau (atual 9º ano do ensino fundamental), com o propósito de introduzir ao *corpus* uma modalidade de fala usada por uma geração um pouco mais nova da faixa 1 (de 22 a 33 anos) considerada na pesquisa. A escolha do limite mínimo de 22 anos na faixa etária é devido ao fato de somente a partir dessa idade que poderiam ser encontradas pessoas com ensino superior completo.

<sup>16</sup> Este total de ocorrências das variantes é também distribuído pela autora de acordo com os tipos de texto que compõem a amostra analisada: Fala (1515 dados), Novela (283 dados) e Entrevista (176 dados).

uma ausência absoluta de clíticos na fala dos jovens com nível básico de escolaridade e um aumento gradativo nos outros níveis e o contrário foi registrado quanto ao uso do pronome pleno, pois há uma queda dessa estratégia quando aumenta a escolaridade. É mostrado que a faixa etária também apresenta, de modo geral, um equilíbrio na distribuição das quatro variantes, destacando-se os altos índices do objeto nulo na fala e a baixa frequência do clítico, com 65,8% (15-17 anos), 60,8% (22-33 anos), 67,6% (34-46 anos), 61,2% (acima de 46 anos) *versus* 0%, 5%, 3%, 5,7%, respectivamente.

Fagundes (1997) realizou uma pesquisa envolvendo as três capitais do sul do país (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre), trabalhando com uma amostra de 72 entrevistas (24 gravações para cada cidade). Os participantes selecionados se distribuíam entre homens e mulheres e pertenciam a duas faixas etárias (de 25 a 50 anos ou mais de 50 anos), possuindo um dos três níveis de escolaridade delimitados em Ens. Fundamental I, Ens. Fundamental II e Ensino Médio. O autor considerou em sua análise apenas as variantes Clítico Acusativo, Pronome Pleno e Objeto Nulo, registrando-se 978 ocorrências de objeto direto anafórico distribuídos da seguinte forma:

**Tabela 11** - Realização do ODA por falantes brasileiros nas três capitais da região Sul

Variantes	Quantitativo			
	Curitiba	Florianópolis	Porto Alegre	TOTAL
Clítico Acusativo	1	12	8	21 dados(2,2%)
Pronome Pleno	91	146	139	376 dados(38,4%)
Objeto Nulo	154	237	190	581 dados(59,4%)
TOTAL	246	395	337	978 dados (100%)

Fonte: Adaptado de Fagundes (1997, p. 69).

Como resultado, foram encontrados cinco fatores que condicionam a realização do Objeto Nulo na região Sul, sendo um de caráter linguístico e quatro de caráter social: (i) traço de semântico do antecedente; (ii) sexo do participante; (iii) faixa etária; (iv) nível de escolaridade; (v) localidade. O traço [ $\pm$ animado] do antecedente foi selecionado como o único fator linguístico que favorece o apagamento do objeto no *corpus* analisado por Fagundes (1997). O traço [+animado] destacou-se como mais favorável à ocorrência de Pronome Pleno, apresentando peso relativo .564 (63%), seguido pelo Clítico Acusativo com .296 (3%) e pelo Objeto Nulo .140 (34%). Por sua vez, os antecedentes de traço [-animado] indica preferência dos falantes pelo Objeto Nulo, com .581 (68%), seguindo pelo Clítico e Pronome Pleno, com peso relativo .275 (1%) e .144 (12%), respectivamente.

Ainda de acordo com os dados submetidos ao VARBRUL, em relação ao sexo do participante, foi possível perceber que a variante clítico apresentou maior preferência de uso entre os homens .391 (3%) e a menor entre as mulheres .280 (2%). Já o Pronome Pleno teve maior destaque na fala feminina, com .363 (42%), seguido pelo Objeto Nulo .358 (56%) e este com .306 (64%) em relação àquele com .302 (34%) na fala masculina. Do total de 21 dados do Clítico Acusativo registrados nos dados referentes às três capitais da região Sul, a diferença do número de ocorrências entre os falantes do sexo feminino e masculino é pouca, sendo 10 e 11, respectivamente. Ao realizar uma rodada binária Objeto Nulo vs Pronome Pleno, foram gerados os mesmos índices probabilísticos de .50 entre os dois sexos para ambas as variantes, declarando o autor que “não é o fator sexo que influencia a escolha dos falantes pela forma de pronome lexical [pronome pleno] ou pelo  $\emptyset$ , uma vez que apresentam os mesmos índices probabilísticos” (FAGUNDES, 1997, p. 75-76).

Quanto à faixa etária, foi constatado por Fagundes (1997) que os pesos relativos referentes ao uso das três variantes consideradas na análise apresentavam valores bastante próximos entre a faixa 1 (25-50 anos) e a faixa 2 (mais de 50 anos). Os pesos relativos para o uso de Clítico Acusativo apresentam .344 (faixa 1) e .318 (faixa 2). Os usos de Pronome Pleno e de Objeto Nulo feitos pelas duas faixas consideradas apresentaram valores muito próximos e inversamente proporcionais. Ou seja, peso relativo de .375 para Pronome Pleno e de .281 para Objeto Nulo na faixa 1, enquanto a faixa 2 apresenta .292 para esta variante e .390 para aquela, respectivamente. Pela baixa frequência do Clítico (apenas 21 dados), o autor resolveu tirá-lo da amostra para observar a tendência de uso em uma rodada binária. Os falantes com idade de 25 a 50 anos utilizaram mais o Pronome Pleno, com peso relativo .56 e os maiores de 50 anos da faixa 2 que apagaram o objeto, com .58.

Ao analisar a escolaridade, considerando os pesos relativos, o autor percebeu que as probabilidades de ocorrências se dão da seguinte forma no *corpus*: falantes com Ens. Fundamental I com .348 (2%) para Clítico, .324 (37%) para Pronome Pleno e .328 (60%) para Objeto Nulo, não apresentando diferenças entre si. No Ens. Fundamental II, o peso relativo se mostrou maior quanto ao Clítico .333 (59%) e ao Objeto Nulo .369 (2%). O Pronome Pleno apresenta maior probabilidade de ocorrência com falantes do Ensino Médio, com .380 (42%), seguindo do Objeto Nulo com .335 (59%). Assim, os falantes do nível 3 considerado mostram maior probabilidade de uso de Pronome Pleno, enquanto os do nível 1 e do nível 2 tendem a usar mais Objeto Nulo e Clítico. Fagundes (1997) também realizou uma rodada binária, isolando o Clítico, obtendo-se o seguinte resultado: Pronome Pleno tende a ocorrer mais com os falantes do nível 3 (.54/43%) e Objeto Nulo tende a ocorrer mais no nível 2 (.53/62%).

Para o nível 1 de escolaridade, por sua vez, os valores se distribuem igualmente, com peso neutro (.50).

Foram observadas as ocorrências das variantes com relação ao fator localidade. Inicialmente, ao analisar os dados relativos a Curitiba, o autor permite dizer que, para essa cidade, o Pronome Pleno apresentou o maior peso relativo, embora esteja dentro da neutralidade, com .505. Houve apenas uma ocorrência do Clítico. Já Florianópolis exibiu um peso relativo neutro (.501) para a variante Pronome Pleno. Porto Alegre não apresentou nenhuma variante com peso relativo expressivo. Uma nova rodada foi feita, excluindo o Clítico e o maior peso relativo das outras variantes no *corpus* entre as três capitais do Sul assim se estabeleceram: Pronome Pleno com .59, mesmo sendo quantificado 91 (37%) ocorrências, um número inferior ao de Objeto Nulo (154/63%); e essa variante também apresentou maior peso relativo dentre as outras, com .57. O uso do Objeto Nulo foi bem representativo em Florianópolis com .61 de peso relativo.

Assim sendo, no que se refere ao uso dos clíticos, foi constatado que se encontram em desaparecimento no português falado na região sul do Brasil e os casos de manutenção (as 21 ocorrências registradas) podem ser justificados pela ação corretiva da escola. O Objeto Nulo foi a variante mais expressiva porque, do total de 978 dados, constam 581 dados levantados das amostras de fala. Arruda (2006) fez um estudo comparativo das realizações de objeto direto anafórico na variedade brasileira falada em cinco capitais: Porto Alegre (POA), Recife (REC), Rio de Janeiro (RIO), Salvador (SSA) e São Paulo (SAO). O *corpus* utilizado faz parte do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (NURC) e consta de entrevistas gravadas em 1970 somente com participantes que possuem Ensino Superior, divididas entre sexo masculino/feminino e nas faixas etárias de 25 a 34 anos (F1), de 35 a 56 anos (F2) e mais de 56 anos (F3). As variantes consideradas são: Clítico Acusativo, Pronome Pleno, Pronome Demonstrativo *isso*, SN Anafórico e Objeto Nulo, e os resultados indicam um equilíbrio entre as localidades:

**Tabela 12** - Realização do ODA por falantes com Ensino Superior de cinco capitais brasileiras

Variantes	Quantitativo										
	POA		REC		RIO		SSA		SAO		TOTAL
Clítico	10	4%	21	7%	18	4,5%	8	3,5%	5	1,75%	62
Pronome Pleno	6	2,5%	10	3,5%	5	1%	3	1%	---	---	24
SN Anafórico	88	37,5%	103	33,5%	124	30,5%	101	40%	106	39,75%	522
Demonstrativo	9	4%	13	4%	17	4%	8	3,5%	4	1,5%	51
Objeto Nulo	122	52%	161	52%	244	60%	132	52%	152	57%	811

TOTAL	235	100%	308	100%	408	100%	252	100%	267	100%	1470
-------	-----	------	-----	------	-----	------	-----	------	-----	------	------

Fonte: Adaptado de Arruda (2006, p. 108).

Do total de 1470 dados, o Objeto Nulo e o SN Anafórico foram as variantes mais utilizadas em todas as capitais, com uma média de 55% e de 35%, respectivamente. O autor conclui que o Clítico Acusativo está praticamente extinto da fala vernacular do PB (4%), porém a frequência de uso foi maior que a do Pronome Pleno (1%), provavelmente por se tratar de falantes de nível universitário e a aprendizagem daquela variante se dá via processo de escolarização. Quanto aos grupos de fatores considerados na análise, destaco os resultados do traço semântico do antecedente, estrutura sintática, faixa etária e sexo. Em se tratando do contexto linguístico, Arruda (2006) observou que, no geral, o traço semântico [ $\pm$ animado] dos antecedentes influencia a variação quanto ao uso das variantes, sendo que os antecedentes com traço [-animado] favorece o apagamento do objeto. Quando se trata de um antecedente com o traço [+animado], tem-se que este consiste em um contexto mais favorável ao preenchimento principalmente pelas formas pronominais. Somente nos dados da capital paulistana que apresentam uma maior frequência de objeto direto nulo quando se tem como antecedente um SN com traço [+animado] (65%), contrariando as outras quatro variedades dialetais urbanas:

- (22) o Gianfrancesco Guarnieri parece um débil mental mesmo louco não é bem louco mas assim um excepcional (..) eu ah indi/ ah como é que eu vou dizer eu identifiquei **ele** com pacientes ou pessoas com as quais eu trabalhei (NURC - Porto Alegre / DID-021) (Arruda, 2006, p. 66-69).
- (23) um advogado quando se dirige a um juiz ele chama **o juiz** de vossa excelência (NURC - Rio de Janeiro / DID-084) (Arruda, 2006, p. 66-69).
- (24) Bom, há termos prefixados, que normalmente eu não tenho necessidade de usar e o único padre, assim, que eu falo, que tenho amizade e intimidade é, assim muito liberal e de jeito nenhum no **o** enxergamos como padre, então, o tratamento não difere dos demais. (NURC - Salvador / DID-125) (Arruda, 2006, p. 66-69).
- (25) desde a minha terra que eu tenho obrigação de conhecer o o a parte sul do país norte nordeste o norte infelizmente ainda não conheço **o** (NURC - Recife / DID-191) (Arruda, 2006, p. 66-69).
- (26) bom o o à medida que o sujeito vai tirando o leite ele coloca **o** num balde (NURC - São Paulo / DID-208) (Arruda, 2006, p. 66-69).

O contexto sintático em que ocorre o objeto direto anafórico foi outro fator de natureza linguística considerado para a análise das ocorrências que constituem o *corpus* do estudo de Arruda (2006). Foi feito um cruzamento entre as estratégias de ODA e a estrutura sintática,

sendo verificado um equilíbrio na realização do objeto nulo entre os índices apresentados pelas estruturas OD(SN), OD(SN)+Predicativo e OD(SN)+OI(SN) nos resultados das capitais POA (52%, 58% e 50%); REC (53%, 57% e 57%) e SSA (52,5%, 50% e 52%), respectivamente. Os resultados das capitais carioca e paulistana não apresentaram um equilíbrio entre si assim como as outras: RIO (58%, 62,5% e 71%) e SAO (52%, 73% e 74%), respectivamente. Comparados os resultados gerais na frequência de uso pelos falantes quando se trata da estrutura simples OD(SN), percebe-se um grande equilíbrio em relação às cinco capitais analisadas e essa média de 50% não se mantém quando se verifica os índices entre as estruturas complexas. Esses contextos se mostraram mais favoráveis à realização do Objeto Nulo nas variedades do Rio de Janeiro e de São Paulo:

- objeto direto (OD)

(27) o quarto das minhas filhas é o lugar que eu mais gosto, ele é não é muito grande, mas é bem jeitoso, nós encontramos  $\emptyset$  já com uma cortina (NURC - Rio de Janeiro / DID-012) (Arruda, 2006, p. 65-67).

(28) Farol se liga pelo por um botão, rodando da esquerda pra direita, e esse botão está bem localizado, também é mais fácil de de ligar  $\emptyset$  (NURC - Salvador / DID-277) (Arruda, 2006, p. 65-67).

- objeto direto + predicativo (OD + pred)

(29) principalmente as reportagens que eles fazem, eu acho  $\emptyset$  muito bacana (NURC - Porto Alegre / DID-021) (Arruda, 2006, p. 65-67).

(30) tem leão lá o leão é um animal de meio porte não é? não é de grande porte mas também é a gente pode até considerar  $\emptyset$  de grande porte né? (NURC - Recife / DID-108) (Arruda, 2006, p. 65-67).

- objeto direto + objeto indireto (OD + OI (SN))

(31) Bom, meu carro, quando os problemas são pequenos, eu mesmo resolvo, porque eu gosto de de mexer com mecânica. (...) Agora, quando eu não, quando eu não tenho condição de fazer, eu levo  $\emptyset$  a um mecânico que já trabalha pra nós há muito tempo, ali no Garcia. (NURC - Salvador / DID-277) (Arruda, 2006, p. 65-67).

(32) um dia saímos juntos, ela ia tomar o ônibus pra ir pra casa quando passou um senhor conhecido dela e ela me apresentou  $\emptyset$  (NURC - São Paulo / DID-208) (Arruda, 2006, p. 65-67).

Todos os participantes da amostra analisada possuem Ensino Superior e estão divididos em três faixas etárias (F1: 25 a 35 anos; F2: 36 a 55 anos; F3: mais de 56 anos). Estabelecido o cruzamento entre as variantes e a variável faixa etária, foram verificados os



seguintes resultados: POA apresentou maior frequência de Objeto Nulo na faixa 2, com 66%, e de Clítico Acusativo entre os falantes da faixa 3 com 9,5% contra apenas 2% entre os da faixa 1; comportamento contrário tiveram essas duas faixas etárias em relação à forma estigmatizada Pronome Pleno, com 5% e 2,5%, respectivamente. Em REC, os falantes da faixa 2 se destacaram em relação ao uso do Objeto Nulo (58%) e na faixa 1 registrou-se uma maior frequência do Clítico (9%) e do Pronome Pleno (7%).

O Objeto Nulo obteve um percentual de 65% na faixa 3, no RIO, e o Clítico Acusativo mais se destacou nas faixas 1 (6%) e na 3 (6,5%). A variante Pronome Pleno obteve uma frequência muito baixa com 1% nas três faixas etárias. Os índices apresentados em SSA apontaram um equilíbrio no uso das variantes Objeto Nulo e Clítico Acusativo, obtendo-se uma média de 52% e de 3%, respectivamente, nas três faixas etárias. Na variedade de SAO, não houve ocorrência de Pronome Pleno, a maior frequência de Clítico foi na faixa 2 (5%) e o Objeto Nulo se destacou entre essa faixa (60%) e a faixa 3 (70%).

Considerando o uso relacionado ao sexo do falante, o que se verifica, em relação ao Objeto Nulo, é um equilíbrio entre as variantes em quase todas as variedades analisadas. Os resultados de REC apontam para um equilíbrio no uso feito por falantes de ambos os sexos porque as mulheres apresentaram 51% de uso e os homens 54%. O mesmo foi observado entre os participantes de SSA, embora de forma invertida, com os homens apresentando 51% dos casos e as mulheres 53%. Foi registrado uso mais frequente do apagamento do objeto entre as mulheres das capitais com destaque para SAO (71%) e RIO (64%), mantendo-se o sexo masculino numa frequência média de 50% nas variedades comparadas.

Ao verificar as ocorrências de Clítico Acusativo e de Pronome Pleno, tem-se, em quase todas as variedades, uma preferência pelo uso do Clítico ao da forma estigmatizada *ele/ela* nos dados de ambos os sexos. Na fala de participantes do sexo feminino, a frequência no uso de clíticos se mostra maior em POA, em SSA e em REC com um índice igual a 5%, enquanto RIO e SAO apresentam o índice de 3,5% e 1%, respectivamente. POA se destaca com a maior frequência entre as mulheres do Pronome Pleno, com 3,5%. Quanto ao uso relacionado à fala dos participantes do sexo masculino, o uso do clítico se destaca apresentando maiores percentuais em REC (9%) e no RIO (6%). O índice do pronome nominativo é maior em REC com 4% e as outras capitais apresentam frequências inferiores cujos índices oscilam entre 0% e 3%.

Barbosa (2015) realizou uma pesquisa analisando dados coletados na cidade Alto Araguaia, localizada no estado do Mato Grosso, trabalhando com uma amostra de 24 entrevistas. Os participantes da pesquisa se distribuem entre sexo (homens/mulheres) e

pertencem a três faixas etárias (F1: de 20 a 40 anos; F2: de 41 a 60 anos; F3: acima de 61 anos), divididos em escolarizados e analfabetos. A autora considerou em seu levantamento de dados as variantes Clítico Acusativo, Pronome Pleno, SN Anafórico e Objeto Nulo, registrando-se 562 ocorrências de objeto direto anafórico distribuídos da seguinte forma:

**Tabela 13** - Realização do ODA por falantes de Alto Araguaia-MT

<b>Variantes</b>	<b>Quantitativo</b>
Clítico Acusativo	2 dados (1%)
Pronome Pleno	38 dados (7%)
SN Anafórico	241 dados (42%)
Objeto Nulo	281 dados (50%)
<b>TOTAL</b>	<b>562 dados (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Barbosa (2015, p. 60).

Foram registradas apenas duas ocorrências de Clítico no *corpus*, ambas encontradas na fala de dois homens com Ensino Superior completo e o Pronome Pleno também não se mostrou muito produtivo. Em contrapartida, foi verificada uma frequência bastante expressiva do SN Anafórico e do Objeto Nulo. A partir da distribuição entre as variantes apresentadas na Tabela 13, Barbosa (2015) opta em juntar as ocorrências de clítico, pronome nominativo *ele/ela* e SN anafórico, considerando como variante “Objeto Preenchido” e realiza a rodada binária “objeto nulo vs objeto preenchido” no programa estatístico. Para analisar a realização do ODA na fala araguaense, a autora considerou como variáveis linguísticas fatores de natureza morfológica, sintática e semântica ((i) número gramatical, (ii) posição do objeto direto, (iii) tempos verbais, (iv) forma verbal, (v) natureza do antecedente, (vi) traço semântico do antecedente) e quanto as variáveis sociais os fatores considerados foram (vii) sexo, (viii) faixa etária e (ix) escolaridade.

Em sua análise, Barbosa (2020) faz uma exposição dos resultados gerais obtidos com os índices de frequência bruta. Logo em seguida, ela mostra os resultados da rodada binária, sinalizando que as variáveis indicadas como condicionadores que mais favorecem a regra de aplicação foram: (iv) forma verbal (a forma verbal simples com PR 0,567); (v) natureza do antecedente (antecedente que exerce a função de sujeito com PR 0,663); (viii) faixa etária (a faixa 1 e a faixa 2, com 0,585 e 0,575, respectivamente, se destacaram). Dessa maneira, a autora observa que o fator social idade aliado aos fatores linguísticos forma verbal e função sintática do antecedente exercem influência em relação à mudança linguística na fala do araguaense.

Praia (2020) analisou o uso do objeto direto anafórico na fala de moradores do município de Tefé, no Amazonas. Para composição da amostra, foram utilizadas 12 entrevistas do tipo DID (Diálogo entre Informante e Documentador) estratificadas em sexo (masculino; feminino), nível de escolaridade (com 4 a 8 anos de escolarização e com 9 a 11 anos de escolarização), três faixas etárias (F1: 18-35 anos; F2: 36-55 anos; F3: 56 anos em diante). Um total de 811 dados foram levantados no *corpus* analisado:

**Tabela 14** - Realização do ODA na fala tefeense (AM)

<b>Variante</b>	<b>Quantitativo</b>
Clítico Acusativo	---
Pronome Pleno	140 dados (17,3%)
SN Anafórico	36 dados (4,4%)
Objeto Nulo	635 dados (78,3%)
<b>TOTAL</b>	<b>811 dados (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Praia (2020, p. 66).

Os resultados mostram que a variante Clítico está em desuso na fala da comunidade estudada por não terem sido registradas ocorrências entre os dados, sendo o apagamento do objeto direto a forma mais frequente (78,3%) enquanto a forma *ele/ela* como acusativo foi a segunda estratégia de retomada do objeto anafórico (17,3%) e a repetição do SN obteve um percentual baixo (4,4%) em todos os contextos. Na análise dos dados, foram levados em consideração os condicionadores (i) animacidade do antecedente; (ii) flexão verbal de número; (iii) faixa etária; (iv) sexo; (v) escolaridade. Quanto aos condicionadores linguísticos, é possível observar que existe uma diferença de percentuais muito grande entre os dois traços semânticos do antecedente. Os percentuais de ocorrência estão distribuídos assim:

**Tabela 15** - Frequência de uso das variantes segundo o traço de animacidade do antecedente

<b>Traço semântico</b>	<b>Variante</b>			<b>TOTAL</b>
	Pronome Pleno	Objeto Nulo	SN Anafórico	
[+animado]	119 (46,9%)	123 (48,4%)	12 (4,7%)	254
[-animado]	21 (3,8%)	512 (91,9%)	24 (4,3%)	557
<b>Total</b>	<b>140 / ---</b>	<b>635 / ---</b>	<b>36 / ---</b>	<b>811</b>

Fonte: Adaptado de Praia (2020, p. 76).

Praia (2020) ressalta que existe uma margem percentual significativa entre os traços [+animado]. Ao fazer uma leitura horizontal da tabela, ela mostra que a variante Objeto Nulo é mais favorecida com antecedentes de traço [-animado], com 91,9%, enquanto o Pronome Pleno é desfavorecido por esse traço (3,8%). Realizando uma leitura vertical, é possível perceber que o traço [+animado] favorece o uso das formas *ele/ela*, com 46,9% e também assinala exercer influência ao uso do Objeto Nulo no *corpus* analisado com a frequência de

48,4%. Isso leva a afirmar que o Objeto Nulo já começa a ampliar seus contextos de uso, implementando-se no sistema linguístico do PB. A variante SN Anafórico mostrou baixa frequência em comparação às outras variantes, porém mostra uma aproximação das frequências entre os contextos com os traços semânticos dos antecedentes, com 4,7% para o traço [+animado] e 4,3% [-animado]. Abaixo, estão os exemplos do ODA conforme o traço semântico do antecedente.

- Traço [+animado]

✓ pronome lexical

(33) (CMF) [+namorada] Eu conheci *ela* na verdade acho que foi numa festa. (Praia, 2020, p. 77).

✓ objeto nulo

(34) (CMF) [+meu pai] Meu pai morreu, eu nem conheci  $\emptyset$ . (Praia, 2020, p. 77).

✓ sintagma nominal

(35) (CHT) [+meu filho] (...) agora fevereiro vai fazer dezoito anos que eu perdi meu filho. Perdi *meu filho* numa forma assim que ele era o meu caçula. (Praia, 2020, p. 77).

- Traço [-animado]

✓ pronome lexical

(36) (AHT) [-carne] (...) depende de como você vai comer *ela*. (Praia, 2020, p. 77).

✓ objeto nulo

(37) (BHT) [-maniva] Depois vai plantar  $\emptyset$ , depois vai roçar, capinar. (Praia, 2020, p. 77).

✓ sintagma nominal

(38) (AHT) [-a moto] (...) indiquei a moto, aí os policial pegaram *a moto* (Praia, 2020, p. 77).

Outro fator linguístico considerado por Praia (2020) está relacionado à flexão verbal de número. De acordo com ela, é a primeira vez que se relaciona esse grupo ao fenômeno variável estudado para testar se a flexão do verbo singular/plural também influencia a escolha das estratégias de ODA. Os percentuais de ocorrência para verbos no singular foram de 79,8% para o Objeto Nulo, 15,9% para Pronome Pleno e os de SN Anafórico foi de 4,3%. Para os verbos no plural, os índices percentuais foram de 51,2%, de 41,9% e de 7%, respectivamente. A autora ressalta que os resultados “mostram que esse grupo foi de fato importante para a escolha da variante, pois os resultados apontam para a existência de diferença significativa em

relação ao uso das formas em variação” (Praia, 2020, p. 79). O apagamento do objeto apresenta maior frequência com verbos no singular, ocorrendo o oposto para as outras variantes que apresentaram frequência maior com verbos no plural. Seguem os seguintes exemplos:

- Flexão verbal de número (singular)

✓ pronome lexical

(39) (CMF) [filhos] Quando chegou aqui esse outro era tudo pequeno. Ele que criou *eles*. (Praia, 2020, p. 79).

✓ objeto nulo

(40) (CHT) [comida] Quando eu tô em casa, eu faço Ø; quando não, a minha mulher faz Ø. (Praia, 2020, p. 79).

✓ sintagma nominal

(41) (CMT) Aí só fez pegar aqui na minha barriga e me ensinou [um remédio]. Por isso que eu nunca esqueço e nunca vou esquecer *desse remédio*. Aí ele mandou eu tomar *esse remédio* que eu ia ficar boazinha. (Praia, 2020, p. 79).

- Flexão verbal de Número (plural)

✓ pronome lexical

(42) (AHF) [amigo] (...) furaram *ele* com faca, quase matavam *ele*, só não mataram *ele* por causa da mãe dele mesmo (Praia, 2020, p. 79).

✓ objeto nulo

(43) (CMT) [pessoas] Eu já vi cortarem Ø, eu já vi matar pessoa assim pertinho de mim. Eu ficar ensanguentada (Praia, 2020, p. 79).

✓ sintagma nominal

(44) (CHT) Nós temos [casa] aqui na cidade, nós temos *casa* lá na estrada lá no Maranata, temos três casas (Praia, 2020, p. 79).

De acordo com os resultados dos condicionadores sociais, a faixa etária 3 foi um fator muito significativo para o apagamento do objeto na fala de tefeenses, visto que obteve alta frequência entre as três faixas consideradas. Porém, no geral, o fator idade não foi tão determinante porque é percebido um equilíbrio no uso das variantes quando comparados os seus índices de frequência isoladamente por faixa etária. Dessa maneira, na fala dos participantes os percentuais de ocorrência de Objeto Nulo foram de 79,3% (F1), 81,6% (F2) e 74,9% (F3); o Pronome Pleno apresentou 17,9% (F1), 15,2% (F2), 18,4% (F3); o SN Anafórico 2,8% (F1), 2,3% (F2) e 6,7% (F3). A variável sexo do participante também revelou

um comportamento de uso equilibrado das variantes pelos membros da comunidade analisada com a seguinte configuração: ocorrência do Objeto Nulo em 76,6% e 79,8%, do Pronome Pleno em 19,7% e 15% e do SN Anafórico em 3,6% e 5,2% na fala dos homens e das mulheres, respectivamente. Não houve diferenças tão significativas para caracterizar uma fala especificamente pelo uso de uma variante em detrimento da outra.

Para a relação de uso das variantes com o nível de escolaridade, Praia (2020) trabalhou com seis tefeenses que possuem de 4 a 8 anos de escolarização e seis de 9 a 11 anos de escolarização. O resultado, segundo o grau de escolaridade do falante, foi este: os participantes com menos anos de escolarização produziram 75,9% de Objeto Nulo, 19,9% de Pronome Pleno e 4,3% de SN Anafórico. Já os falantes com alguns anos de escolarização a mais que o outro grupo obtiveram 80,9% de Objeto Nulo, 14,4% de Pronome Pleno e 4,6% de SN Anafórico.

Ainda diante de índices aproximados, é possível observar um aumento de apagamento do objeto e de repetição do SN como estratégias de ODA por aqueles que possuem mais anos de escolarização, assim como a respectiva diminuição de uso da variante estigmatizada Pronome Pleno. De um modo geral quando se verifica o ODA no PB, parte-se do pressuposto de que quanto maior for o nível de escolaridade do falante, maior as chances de usar o Clítico Acusativo e menor poderá ser a frequência das formas estigmatizadas *ele/ela*, adotando-se como estratégia de esquiva a repetição do SN antecedente ou o apagamento do objeto.

Feita essa análise geral com os resultados obtidos a partir da rodada ternária dos dados, Praia (2020) optou em realizar uma rodada binária com as duas variantes mais produtivas no *corpus* (objeto nulo vs pronome pleno), pretendendo verificar quais os grupos de fatores que influenciam a realização do objeto direto anafórico na fala tefeense a partir da obtenção de pesos relativos. Dos cinco grupos controlados (animacidade do antecedente, flexão verbal de número, faixa etária, sexo e escolaridade), o programa estatístico selecionou como significativos apenas os grupos faixa etária e animacidade do antecedente.

O resultado mostrou que o Objeto Nulo é favorecido na faixa 1 (18-35 anos), com 81,6%/PR.57, a faixa intermediária (36-55 anos) apresenta frequência de 84,3%/PR.54 e o valor decresce bem mais na faixa 3 (56 anos em diante), com 80,3%/PR.40. Isso revela que os mais velhos utilizaram o Pronome Pleno com maior frequência, demonstrando, portanto, ser uma variante mais antiga na comunidade. Em relação à outra variável selecionada, o traço [-animado] favorece o uso do Objeto Nulo com 96,1%/PR.73 dos casos, sendo desfavorecido quando o traço semântico do antecedente é [+animado] com 50,8%/PR.09.

Por fim, este estudo mostra que as estratégias de realização de ODA mais frequentes no vernáculo da comunidade amazonense *locus* desta pesquisa são três formas: Pronome Pleno, Objeto Nulo e SN Anafórico. Assim reflete a autora: “Enquanto um tende ao desaparecimento no uso do português do Brasil [clítico acusativo]; o outro [objeto nulo] apresenta uma frequência significativa. Esses resultados se assemelham a outros trabalhos realizados nas outras regiões do Brasil. Assim, em Tefé, parece estar concluindo um processo de mudança em relação às estratégias de referência anafórica do objeto direto” no uso vernacular (Praia, 2020, p. 67).

Conforme foi explanado, o uso variável do objeto direto anafórico é um fenômeno largamente estudado no PB. Foram apresentados estudos realizados em diferentes décadas e os resultados apontados pelas pesquisas sociolinguísticas com dados do PB evidenciam o processo de enfraquecimento de uso dos clíticos na língua oral, dando espaço ao amplo uso da estratégia de apagamento do objeto. Na próxima parte, é feita uma breve descrição do fenômeno em estudo atestado em variedades africanas do português.

### c) Português em África

#### – Português Moçambicano (PM)

Marques de Sousa (2021) analisou ocorrências do ODA em dados do português extraídos da fala de 18 moçambicanos. Além de ter registrado três variantes comumente encontradas em estudos linguísticos sobre o tema, o autor destaca que houve ocorrências de pronomes nominativos preposicionados com função acusativa. A tabela abaixo mostra a distribuição das variantes:

**Tabela 16** - Realização do ODA por falantes moçambicanos

<b>Variantes</b>	<b>Quantitativo</b>
Clítico Acusativo	17 dados (9,8%)
Pronome Pleno	22 dados (12,6%)
Pronome Pleno Preposicionado	9 dados (5,2%)
Objeto Nulo	126 dados (72,4%)
<b>TOTAL</b>	<b>174 dados (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Marques de Sousa (2021).

Foi verificado que o Objeto Nulo é a principal variante utilizada no PM, com 72,4%, aproximando-se dos resultados encontrados em estudos sobre o PB, conforme foi visto no tópico anterior. A variante Pronome Pleno é a segunda mais expressiva com 12,6% e, de

acordo com o autor, a emergência dessa variante pode ser interpretada como uma mudança por transferência de propriedades das línguas Bantu. No changana, que é a principal língua Bantu falada pelos entrevistados de Maputo, a maior parte das marcas anafóricas de objeto é morfologicamente igual às marcas de sujeito anafórico. O uso do Clítico Acusativo é desfavorecido, representando 9,8% do total de dados, desse modo, é percebido que a preferência no uso dessas três variantes é uma realidade comum entre PM e PB.

Por mais que o modelo de aprendizagem em Moçambique seja o PE, não podemos ignorar a força do contato interlinguístico na emergência de variantes que destoam das tendências das línguas neolatinas. Na África, a aprendizagem do português se dá em contexto multilíngue e com a presença forte de línguas da família Bantu, um contexto social que já atuou no Brasil. Embora precisemos ser cautelosos ao falarmos em uma variedade moçambicana do português, percebemos que a variedade vernácula que ali se forma não se assemelha ao PE [em relação ao ODA] (Marques de Sousa, 2021, 156-157).

A quarta variante encontrada nos dados analisados por Marques de Sousa (2021) foi o Pronome Pleno Preposicionado (5,2%). No entanto, após analisar os dados, o autor ressalta que, das nove ocorrências encontradas, oito apareceram na fala de uma mesma participante e uma ocorrência na fala de outro participante, sendo que ambos declaram possuir o português como L1, têm ensino médio e pertencem à faixa 2 (36-55 anos). Ao verificar também outros aspectos expressos por esses moçambicanos em suas entrevistas, é posto que o uso da variante esteja mais relacionado ao perfil social e não representa ser uma característica vernacular do português de Moçambique.

A distribuição das variantes segundo o traço [ $\pm$  animado] segue o mesmo contexto de favorecimento do ODA visto no PE e no PB. O Objeto Nulo é favorecido pelo traço [ $-$  animado] enquanto as variantes expressas são favorecidas pelo traço [ $+$  animado]. Independentemente de o português ser L1 ou L2 do participante, o Objeto Nulo também é a variante favorecida. Ao observar os dados de forma geral, o referido autor verificou a influência da escolaridade e da faixa etária no uso dos clíticos, porque a maior parte dos casos é produzida por falantes com ensino superior ou é pertencente às faixas etárias 2 (36-55 anos) e 3 (56-75 anos). Portanto, “esse resultado sugere que o clítico não seja adquirido durante o período de aquisição no português que se forma em Moçambique. [...] Mesmo tendo o PE como modelo de aprendizagem, a quantidade de clítico não é robusta [...]. O uso dos pronomes nominativos com função acusativa pode ser interpretado como transferência de propriedades das línguas autóctones” (Marques de Sousa, 2021, p. 166-167).



Os grupos de fatores selecionados como significativos para a ocorrência de Objeto Nulo foram estes dois: (i) combinação de traços semânticos e (ii) papel semântico do antecedente. Os traços [-ani/-esp] e [-ani/+esp] favoreceram o apagamento do objeto, apresentando uma frequência e peso relativo altos com 93,2%/PR 0.726 e 85,7%/PR 0.529, respectivamente. Foram encontradas maiores restrições de uso do Objeto Nulo com referentes [+ani/+esp], o que resultou numa referência de 34%/PR 0.178. Esses traços são geralmente os que favorecem as variantes expressas. Quanto ao papel semântico, os papéis de tema e de paciente são os que mais favoreceram o apagamento, com 86%/PR 0.614 e 82,2%/PR 0.583, respectivamente.

– Português São-Tomense (PST)

A pesquisa de Marques de Sousa (2021) focaliza a variedade são-tomense do português. No *corpus* constituído por 18 entrevistas, foram registradas quatro variantes de ODA: Objeto Nulo, Pronome Pleno, Clítico Acusativo e *Lhe* Acusativo Anafórico:

**Tabela 17** - Realização do ODA por falantes são-tomenses

<b>Variante</b>	<b>Quantitativo</b>
Clítico Acusativo	16 dados (13%)
Pronome Pleno	18 dados (14,6%)
<i>Lhe</i> Acusativo Anafórico	2 dados (1,6%)
Objeto Nulo	87 dados (70,8%)
<b>TOTAL</b>	<b>123 dados (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Marques de Sousa (2021).

Com base em seus resultados, o autor afirma que as variantes do PST estão mais próximas da distribuição do PB e do PM e não do PE. O Objeto Nulo é a principal variante com 70,8%, sendo que a segunda mais produzida é o Pronome Pleno (14,6%). A terceira variante mais usada é o Clítico, apresentando um total de 13%. São registradas duas ocorrências de *Lhe* Acusativo Anafórico e, apesar da baixa frequência nos dados analisados.

O traço semântico [ $\pm$  animado] também exerce influência no uso das variantes, corroborando a força do traço [- animado] para a realização do Objeto Nulo e referenciais [+ animado] como mais favorecedores para as variantes Pronome Pleno e Clítico Acusativo. Assim sendo, os grupos de fatores selecionados como significativos para o apagamento do objeto no PST além da (i) combinação de traços semânticos e (ii) padrão oracional. Os traços [-ani/-esp] e [-ani/+esp] favoreceram o Objeto Nulo, apresentando uma frequência e peso relativo altos com 91,5%/PR 0.750 e 78,3%/PR 0.587, respectivamente. Também foram

encontras maiores restrições de uso do Objeto Nulo com referentes [+ani/+esp] no PST, o que resultou numa referência de 29,6%/PR 0.114. Esses traços favoreceram mais as variantes expressas entre os dados. Quanto ao padrão oracional, os padrões mais simples como S V OD e S V OD OBL (simples) favorecem o apagamento do objeto, principalmente este com 83,3%/PR 0.779 em relação àquela com 76%/PR 0.545; os padrões mais completos, como S V [minioração] e S V [oração completa reduzida], com 33,3%/PR 0.119 e 20%/PR 0.115, respectivamente.

No PST, os fatores sociais se estabelecem da seguinte maneira: o uso do Pronome Pleno mais se destacou na faixa 1 (18-35 anos) e com pessoas de nível baixo de escolaridade, embora também tenham sido encontrados algumas ocorrências dessa variante em são-tomenses com ensino superior. As ocorrências de Clítico Acusativo nos dados estiveram mais associadas aos falantes com maior grau de escolaridade, uma vez que os entrevistados com ensino superior são responsáveis por mais da metade dos 16 casos (nove para ensino superior, quatro para ensino médio, três para ensino fundamental). A distribuição dessa variante quanto à faixa etária é: sete dados para faixa 1 (18-35 anos), cinco dados para faixa 2 (36-55 anos) e quatro dados para faixa 3 (56 anos em diante).

– Português Angolano (PA)

Em seu estudo, Almeida; Santiago (2017) buscam identificar as estratégias de representação do objeto direto anafórico em amostras de fala da comunidade rural de Matinha (Feira de Santana-BA) e da cidade de Luanda (Angola) para verificar se haveria indícios de semelhanças no comportamento desse fenômeno entre as duas comunidades dada a semelhança no processo de colonização. Destaco aqui somente os resultados de Luanda.

Foi utilizado um *corpus* constituído por 10 entrevistas (5 homens e 5 mulheres) com participantes de até cinco anos de escolarização, distribuídos em duas faixas etárias: faixa 1 (20 a 32 anos) e faixa 2 (a partir de 40 anos). Na tabela abaixo, destaco a quantificação dos dados levantados:

**Tabela 18** - Realização do ODA no português vernacular luandense

<b>Variantes</b>	<b>Quantitativo</b>
Clítico Acusativo	2 dados (1%)
Pronome Pleno	2 dados (1%)
SN Anafórico	42 dados (25%)
Objeto Nulo	122 dados (73%)
<b>TOTAL</b>	<b>168 dados (100%)</b>

Fonte: Adaptado de Almeida; Santiago (2017, p. 230).

Como é possível verificar, o Objeto Nulo foi a estratégia mais utilizada no *corpus* com 73%, a variante SN Anafórico ocupa o segundo lugar na frequência de uso (25%) e os índices do Pronome Pleno e do Clítico Acusativo foram pouco significativos com 1% em ambas as variantes. De acordo com os autores: “Não se deve estranhar a redução do uso do *o/a* e do *ele/ela* como objetos diretos anafóricos, visto que essas estratégias de anáfora são *mais gramaticais* do que o sintagma nominal e a categoria vazia. Alguns dos entrevistados adquiriram e/ou aprenderam o português como segunda língua (L2) [...] apenas 40% adquiriram o português como L1, 30%, o quimbundo; 20%, o umbundo; e 10%, o quicongo” (Almeida; Santiago, 2017, p. 231, grifo do autor).

Foram considerados as seguintes variáveis para a descrição e interpretação dos resultados: (i) traço semântico do antecedente; (ii) estrutura sintática; (iii) forma verbal; (iv) posição do referente; (v) faixa etária; (vi) sexo. Em se tratando do traço de animacidade do antecedente, o resultado comprova o predomínio do apagamento do objeto tanto com antecedente [-animado] (72%) quanto com [+animado] (74%); houve também uma maior frequência de SN Anafórico em antecedentes com traço [-animado]. As ocorrências de Pronome Pleno e do Clítico Acusativo, que totalizaram 4 dados, foram somente em contextos com antecedentes [+animado]. Quanto à variável estrutura sintática, a estrutura V+OD foi a mais frequente para as quatro variantes consideradas no estudo realizado seguida da estrutura V+OD+OI/LOC para o Objeto Nulo e SN Anafórico.

As entrevistas utilizadas para esta análise foram de participantes analfabetos ou com até cinco anos de escolaridade. Em relação às variáveis sociais consideradas, a faixa etária apresentou um maior percentual na faixa 1, com 87%, quanto ao uso do Objeto Nulo em comparação à faixa 2 (59%) que mais usou o SN Anafórico com 40%. Houve um dado de Pronome Pleno nas duas faixas com índice de 1% e as únicas duas ocorrências de Clítico foram na faixa 1 (2%). Comparando o fator sexo, há um índice de 88% de Objeto Nulo entre os homens e de 69% entre as mulheres; a variante SN Anafórico foi mais usada entre as mulheres (29%) contra apenas 9% dos participantes homens. Houve um dado de clítico para cada sexo e duas únicas ocorrências do pronome *ele* entre o sexo feminino. Os resultados apresentados evidenciam uma baixa frequência das estratégias Clítico Acusativo e Pronome Pleno, sendo o apagamento e a repetição do sintagma nominal as duas estratégias mais utilizadas para representar o objeto direto anafórico na fala de dez luandenses considerados nesta análise.

Em suma, foram apresentados resultados de estudos que investigaram o ODA em variedades do português. Todas elas revelam as particularidades quanto à distribuição das

estratégias de realização das variantes. Em relação ao PE, os resultados mostrados apontam que o uso do Clítico Acusativo é de ampla preferência, manifestando que a variante está muito presente no *input* durante a aprendizagem. Os índices do Pronome Pleno são bastante baixos, estando mais ausente na fala dos portugueses. O uso do SN Anafórico é registrado como uma estratégia de ODA. O Objeto Nulo se mostrou estar presente nesta variedade, porém o seu uso é bastante restrito a determinados contextos linguísticos.

Quanto ao PB, é percebida uma baixíssima frequência ou registra-se também nenhuma frequência do Clítico Acusativo no vernáculo brasileiro, inclusive por falantes com maior grau de escolarização. O Objeto Nulo é amplamente realizado, independentemente da região do país, do nível de escolaridade, da faixa etária e do sexo. A frequência de SN Anafórico também se destaca em algumas variedades dialetais do PB, sendo a segunda variante mais usada na maior parte das vezes. O Pronome Pleno é uma variante cujo índice de realização nunca supera as demais estratégias e está presente em todas as classes sociais e nível de escolaridade.

Em se tratando das variedades africanas, é interessante frisar que o clítico no PM e no PST apresenta uma baixa frequência. O Pronome Pleno e o Objeto Nulo são variantes que também estão presentes, sendo que o uso do Objeto Nulo se destaca. Com isso, é possível inferir que as variedades africanas são mais próximas do PB, inclusive se comparando a baixa produtividade do Clítico Acusativo. Vale ressaltar o registro das variantes Pronome Pleno Preposicionado e *Lhe* Acusativo Anafórico. A seguir, apresento a fundamentação teórica e aspectos metodológicos da pesquisa.

## 4 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os objetivos centrais da Sociolinguística Variacionista e exibidas as diretrizes metodológicas que foram seguidas para realização da pesquisa em consonância com os pressupostos da teoria que embasou esta tese. Nesse sentido, são aqui detalhados: a delimitação do *corpus*, o perfil dos angolanos entrevistados, a definição da variável dependente, as variáveis linguísticas e sociais consideradas com as hipóteses estabelecidas e o suporte estatístico utilizado para a análise dos dados.

### 4.1 A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

“É comum que uma língua tenha diversas maneiras alternativas de dizer ‘a mesma’ coisa.”

*Padrões Sociolinguísticos,*  
William Labov (1972).

Dois estudos que se destacaram no domínio da Sociolinguística foram realizados por William Labov, centrando-se na fala de um ponto de vista social e não exclusivamente formalista e internos à estrutura linguística. No primeiro, ele observou a avaliação social no modo de articular o primeiro elemento dos ditongos /ay/ e /aw/ na ilha de Martha's Vineyard, no ano de 1963, e o segundo tratou sobre a estratificação social no uso do /r/ em posição pós-vocálica na cidade de Nova York, em 1966, pois ele queria demonstrar o peso de fatores sociais sobre as línguas. A partir dos resultados desses estudos, Labov comprova que a heterogeneidade presente na língua é sistemática (Labov, 2008 [1972]) e que pode ser motivada por fatores de ordem externa à estrutura linguística, isto é, por fatores de natureza sociocultural e estilística.

Em 1968, essa questão referente à influência de fatores externos à estrutura linguística foi mais bem explicitada a partir de Uriel Weinreich juntamente com Marvin Herzog e o próprio Labov, quando eles postularam uma série de princípios sociolinguísticos acerca das relações variáveis, desenvolvendo uma teoria que atribuía valores sociais às regras linguísticas, cujas estruturas variantes revelavam certos padrões de regularidade. Com efeito, estabelecem uma *Teoria da Mudança Linguística*, trazendo as conclusões alcançadas sobre um estudo de linguística histórica a respeito da mudança em comunidades linguísticas contemporâneas. Escrito entre os anos de 1966 e 1968, o *Empirical foundations for a theory of language change* trouxe uma nova abordagem aos estudos (socio)linguísticos, na medida

em que demonstraram que a variação/mudança presentes na fala não seriam meros desvios de desempenho.

Mais do que isso, Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) postularam que o sistema linguístico seria heterogêneo, pois, de certa maneira, essa heterogeneidade estaria na própria competência linguística dos falantes; o que explicaria, por exemplo, o fato de um falante entender uma variante linguística quando ele próprio era usuário de outra variante. Foram os resultados alcançados por Labov em Martha's Vineyard e em Nova York, as descobertas de Herzog sobre a dialetologia do ídiche no norte da Polônia e o Atlas linguístico e cultural dos judeus asquenazes escrito por Weinreich que serviram de base empírica para a fundamentação dessa nova abordagem (Labov, 2008 [1972]).

Essas iniciativas foram o ponto de partida para a investigação sobre a dinâmica da mudança nas línguas decorrente de fenômenos variáveis e esses linguistas norte-americanos podem ser considerados como os precursores dos princípios teóricos formulados para o estudo da mudança. Entretanto, Labov propôs um modelo de descrição e análise mais específico para os fenômenos da variação e mudança linguísticas, trazendo pressupostos teóricos e orientações metodológicas mais bem alicerçados e evidenciando a influência dos fatores sociais atuantes na língua. Assim, esse modelo ficou conhecido como *Sociolinguística Variacionista* (também chamado de *Teoria da Variação e Mudança Linguística*, *Sociolinguística Quantitativa* e *Sociolinguística Laboviana*).

Enfatizou Labov que a estrutura linguística é intrinsecamente heterogênea e que “[...] a ausência de heterogeneidade estruturada é que seria disfuncional” (Weinreich; Labov; Herzog (2006 [1968]), p. 36), sendo, pois, necessária para o funcionamento real de qualquer língua. Comprova-se isso porque o indivíduo é capaz de codificar e decodificar essa heterogeneidade (Lucchesi, 2004, p. 171). Não se tolera mais a ideia de “variação livre” para tentar explicar as diferenças encontradas na fala de uma comunidade.

No âmbito da perspectiva sociolinguística, *comunidade de fala* (ou *comunidade linguística*) é um conjunto de pessoas que interagem, em meio às diversas redes comunicativas, compartilhando as mesmas normas em relação aos usos linguísticos, para transmitir informações e estabelecer/manter contatos sociais. Assim,

[...] a depender do alcance e dos objetos de um trabalho de natureza sociolinguística [pode-se] selecionar e descrever comunidades de fala como a cidade de New York ou a cidade do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belém. Ou o povo ianomâmi, que vive no Estado do Amapá. Ou, ainda, as comunidades dos pescadores do litoral do Estado do Rio de Janeiro, da Ilha do Marajó, dos estudantes de Direito, dos *rappers* etc (Alkmim, 2012, p. 34).

Em qualquer comunidade linguística, empregam-se diferentes modos de fala e a isso se dá o nome de *variedade linguística*. O modelo teórico de Labov busca verificar as variações que ocorrem na língua, sendo que o principal objetivo é analisar e descrever as formas linguísticas usadas em uma comunidade porque as pessoas podem falar a mesma coisa de modo diferente a pessoas distintas e em diversas situações, ainda que o conteúdo do que elas digam até aconteça ser o mesmo. Essas formas em variação são denominadas de *variantes linguísticas* e são idênticas em seu valor referencial ou de verdade, porém opostas em sua significação social e/ou expressiva. *Variável linguística* é o conjunto de variantes (Labov, 2008 [1972]).

Dessa maneira,

[...] as diferentes maneiras de falar, sintaxe e fonologia diferenciadas, línguas distintas ou coexistem à medida que se compartimentalizam com vistas às suas respectivas funções sociais, ou se cruzam, combatendo-se umas às outras pela conquista de um espaço social próprio. É, portanto, somente através do convívio social dessas chamadas diferentes maneiras de falar que elas se justificam como veículo efetivo de comunicação entre os falantes da comunidade (Tarallo; Alkmim, 1987, p. 9).

Durante muito tempo, pensou-se em variações livres, todavia Labov percebeu que a língua é um sistema dinâmico porque está condicionada a *fatores internos* (que remetem à estrutura da língua) e a *fatores externos* (sociais). Dessa forma, é fundamental avaliar a importância de cada um desses fatores condicionantes, visto que a heterogeneidade da língua não é aleatória e sim ordenada por um conjunto de restrições linguísticas e sociais. Mas nem todos os fatos da língua estão sujeitos à variação por existirem regras gramaticais categóricas. Como enfatizam Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]), no sistema linguístico, o número de regras categóricas é inferior ao de regras variáveis, sendo essas que devem ser explicadas para se compreender que as estruturas variantes, pois, muito mais do que as invariantes, revelam padrões de regularidades e podem ser sistematizadas.

Como os fenômenos de mudança decorrem de um estado de variação anterior ao qual a língua esteve sujeita, a perspectiva laboviana assume que a variação e a mudança linguística estão estreitamente relacionadas. Labov argumenta que toda mudança linguística pressupõe variação, mas nem tudo o que varia resulta em mudança. É o caso da variação estável e, com base em dados empíricos, o pesquisador pode identificar padrões/estágios de mudança linguística em progresso, como também os fatores que favorecem ou desfavorecem o seu

desenvolvimento na língua. O teórico notou que a mudança linguística não é uma constante, isto é, ela pode simplesmente interromper-se, trocar de direção, completar-se ou seguir novos rumos (Labov, 2008 [1972]).

Por isso, no estudo da mudança, devem-se levar em consideração algumas questões gerais que foram sistematizadas por Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) e apresentadas como os cinco problemas para uma teoria da variação e mudança linguísticas, apresentados a seguir.

1. O problema dos fatores condicionantes (*constraints problem*): devem-se definir quais as possíveis condições que favorecem ou restringem a mudança. Os próprios autores sugerem “[...] que um possível objetivo para uma teoria da mudança é determinar o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis para a mudança” (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968], p. 121);

2. O problema da transição (*transition problem*): deve-se descrever a “trilha” pela qual passa a língua nos estágios intermediários da mudança, ou seja, definir e analisar o percurso/processo pelo qual a mudança se realiza. O trecho seguinte sintetiza bem esse problema a que um estudo sociolinguístico deve procurar responder:

Entre quaisquer dois estágios observados de uma mudança em progresso, normalmente se tentaria descobrir o estágio interveniente que define a trilha pela qual a estrutura A evoluiu para a estrutura B. [...] A mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência, e (3) quando uma das formas se torna obsoleta (Weinreich; Labov; Herzog (2006 [1968], p. 122).

3. O problema do encaixamento (*embedding problem*): devem-se resolver as questões relativas à natureza e à extensão do encaixamento. Reforça Labov (2008, [1972, p.193]) que “[...] o principal caminho para a solução está na descoberta das correlações entre elementos do sistema linguístico e entre esses elementos e o sistema não-linguístico de comportamento social.”

4. O problema da avaliação (*evaluation problem*): deve-se averiguar como os membros da comunidade de fala avaliam os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua porque “[...] o nível de consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística” (Weinreich; Labov; Herzog, 2006 [1968], p. 124). Labov ressalta que as atitudes e aspirações gerais das pessoas, que estão sendo entrevistadas, com o seu comportamento linguístico e as suas reações subjetivas aos valores da própria variável linguística podem



alterar/modificar o processo de estruturação da língua, reconhecendo, assim, o papel do indivíduo frente à mudança e, principalmente, perante a própria língua (Labov, 2008, [1972]).

5. O problema da implementação (*actuation problem*): devem-se analisar as razões pelas quais uma mudança ocorre em certa língua e em determinado momento, observando o que a influenciam. De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]):

[...] uma mudança lingüística começa quando um dos muitos traços característicos da variação na fala se difunde através de um subgrupo específico da comunidade de fala. Este traço lingüístico assume uma certa significação social [...] Uma vez que a mudança lingüística está encaixada na estrutura lingüística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema. Tal generalização não tem andas de instantânea, e a mudança na estrutura social da comunidade normalmente intervém antes que o processo se complete. Novos grupos entram na comunidade de fala de tal modo que uma das mudanças secundárias se torna primária. [...] O avanço da mudança lingüística rumo à completação pode ser acompanhado de uma elevação no nível de consciência social da mudança e do estabelecimento de um estereótipo social. Por fim, a completação da mudança e a passagem da variável para o *status* de uma constante se fazem acompanhar pela perda de qualquer significação social que o traço possuía (Weinreich; Labov; Herzog (2006 [1968], p. 124-125).

Ainda sobre o processo de mudança, Labov (2008 [1972]) o considera como um processo dividido em três fases: origem, propagação e realização completa. Para esse teórico, a *origem* da mudança ocorre quando o uso de uma das inúmeras variantes possíveis está restrito a um pequeno grupo. Já na fase da *propagação*, há um número maior de falantes que a utilizam, começando, assim, um grande contraste de uso com a antiga. Na *realização completa* da mudança, uma variante alcança sua regularidade mediante a eliminação de outra(s) forma(s) que compete(m) com ela.

Para a Sociolinguística Variacionista, a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental, que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento lingüístico. Como Labov adota a ideia de que nem toda variação na estrutura língua desencadeia uma mudança, mas que toda mudança pressupõe variação. Cabe, portanto, ao pesquisador identificar/interpretar os dados lingüísticos, notando quais são os fatores de ordem estrutural e/ou de ordem social envolvidos nesse processo, para ter uma visão mais clara sobre a língua e sobre o seu fenômeno estudado em específico.

Como sabemos, a Sociolinguística depende da observação do comportamento lingüístico dos participantes da pesquisa e a investigação é feita através de registros da fala de indivíduos pertencentes a uma determinada comunidade de fala para que se investigue a variável lingüística em foco. Esse modelo teórico implica numa metodologia específica a ser

empregada, com a finalidade de sistematizar um fenômeno linguístico, e o próprio Labov deu o suporte necessário desenvolvendo-a e aprimorando-a por meio de suas pesquisas, conforme mostramos na sequência.

O principal foco de estudo é o *vernáculo*, que, para Labov, é a língua falada em situações naturais de interação social, ou seja, quando a mínima atenção é prestada ao uso da língua pelo falante. O autor deixa isso bem claro quando diz que pretende investigar a linguagem falada tal como ela é utilizada pelos membros de uma sociedade na vida cotidiana, veículo de comunicação com o qual discutem com seus parceiros, brincam com seus amigos e enganam seus inimigos (Labov, 2008 [1972]).

Antes de iniciar a investigação, o pesquisador precisa responder a algumas questões que guiarão o trabalho empírico para que não ocorram problemas em alguma fase posterior, como por exemplo: *Qual o objeto de estudo?*, *Qual o tipo de comunidade de fala?*, *Quais as características dessa comunidade?*, *Quantos entrevistados serão precisos para a constituição da amostra?*, *Como entrar em contato com os entrevistados?*. Essas e outras perguntas serão necessárias para que se organize o esboço da pesquisa e as entrevistas sejam gravadas. Então, como coletar o vernáculo? Primeiro, tentando minimizar o efeito negativo da presença do pesquisador na hora da coleta dos dados e, segundo, buscando criar situações naturais de comunicação linguística. Esse é um problema que Labov chama de *paradoxo do observador*, pois o que se pretende é registrar como as pessoas falam espontaneamente quando não estão sendo observadas por um entrevistador, contudo esta sua presença pode afetar o estilo de fala (Labov, 2008 [1972]).

Tal efeito pode ser neutralizado através de algumas orientações metodológicas sugeridas por Labov, que incluem: evitar a palavra *língua* durante a conversa; formular um roteiro de perguntas e, em momentos estratégicos, instigar o participante da entrevista a relatar experiências pessoais vividas porque essas narrativas o deixarão mais envolvido com o que estão falando, despreocupando-se com as formas linguísticas empregadas. Seguindo esse modelo de entrevista laboviana e já dispondo de registros gravados e transcritos, o próximo passo é a codificação dos dados. Com isso, será feita uma seleção dos fatores que podem influenciar a seleção das variantes. Tais fatores podem estar ligados a contextos linguísticos ou não, como faixa etária, sexo/gênero, escolaridade, localidade, nível socioeconômico do falante, e serão codificados para serem submetidos a uma análise quantitativa.

O tratamento estatístico nas pesquisas sociolinguísticas serve para verificar com que frequência cada fator pode interferir nas escolhas feitas pelos falantes, porque se leva em consideração o resultado dos cálculos do uso das variantes e o peso relativo de cada um. Essa

quantificação das ocorrências de cada variante é que faz com que a linha de pesquisa também seja conhecida como *Sociolinguística quantitativa*. Conforme Naro (2003, p. 16), “[...] o problema central que se coloca para a Teoria da Variação é a avaliação do *quantum* com que cada categoria postulada contribui para a realização de uma ou de outra variante das formas em competição”. Para tanto, há programas computacionais, como o VARBRUL 2S, o GoldVarb e a Plataforma R que fornecem suporte estatístico, gerando frequências absolutas e relativas de ocorrência de cada grupo de fatores.<sup>17</sup>

A interpretação dos resultados é a última fase da pesquisa, quando já se têm em mãos as informações necessárias, os dados quantificados. Cabe ao pesquisador analisá-los de acordo com a teoria sociolinguística e a sua própria sensibilidade diante do fenômeno estudado. É importante salientar que o programa computacional, por meio dos percentuais e dos pesos relativos, seleciona os grupos de fatores mais estatisticamente significativos e elimina os demais.

Em geral, esses são alguns aspectos de uma pesquisa sociolinguística dentro da perspectiva variacionista trazidos como referencial teórico neste estudo. Na próxima seção, caracterizaremos aspectos agregados ao contato entre línguas no âmbito da Sociolinguística. Nesse sentido, como já exposto neste texto, se os processos de mudança linguística emergem a partir da alternância de formas variáveis cujas motivações têm forte motivação social, calcula-se que, em situações de intensos contatos linguísticos, como os que se observam na realidade luandense, objeto de estudo desta tese, os processos são muito profícuos.

## 4.2 METODOLOGIA

“Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.”

*Métodos e técnicas de pesquisa social,*  
Antonio Carlos Gil (1999).

“[...] o conhecimento científico é real porque lida com ocorrência ou fatos.”

*Fundamentos da metodologia científica,*  
Maria Marconi; Eva Maria Lakatos (2010).

---

<sup>17</sup> Neste estudo, a análise estatística dos dados está submetida ao programa *GoldVarb X*, realizando-se rodadas binárias para que os *pesos relativos* dos fatores pudessem ser calculados. Mais detalhes sobre a importância e o uso desse programa computacional será dado na seção 4.2.3.

#### 4.2.1 As amostras de fala utilizadas e organização do *corpus* para a pesquisa

As amostras de língua falada em Luanda utilizadas na pesquisa pertencem ao acervo do Projeto “Em Busca das Raízes do Português Brasileiro”, sediado no Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa (NELP), da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), idealizado pela Professora Doutora Eliana Pitombo Teixeira e atualmente coordenado pela Professora Doutora Silvana Silva de Farias Araujo.<sup>18</sup>

O acervo do projeto citado conta com entrevistas que foram gravadas nos anos 2008 e 2013 com residentes na área urbana da capital angolana, sendo indivíduos tanto luandenses quanto migrantes de algumas províncias do país, configurando-se do tipo DID - Diálogo entre Documentador e Informante e seguem todo o rigor metodológico da pesquisa sociolinguística. As gravações foram feitas com o auxílio de dois estudantes universitários angolanos e de uma jornalista brasileira.<sup>19</sup> O trabalho de transcrição foi realizado por alunos bolsistas de iniciação científica e por alunos voluntários do curso de Letras da UEFS, com supervisão das professoras pesquisadoras do projeto.

Com o objetivo de coletar a fala espontânea dos entrevistados, foi utilizado o método de narrativa de experiência pessoal porque, de acordo com Labov (2008 [1972]), instigar o relato de experiências vividas em narrativas deixa a pessoa mais envolvida com o que está falando, despreocupando-se com as formas linguísticas empregadas. Os assuntos das entrevistas envolvem aspectos referentes ao cotidiano da/na cidade de Luanda, à cultura do país, à infância, à constituição da família, à rotina de trabalho, aos tipos de lazer dos angolanos, entre outros assuntos.

Seguiu-se um roteiro de perguntas que sofria adaptações conforme o desenrolar da conversa e as circunstâncias em que eram realizadas, além de sempre buscar minimizar o *paradoxo do observador*, pois o que se pretende com as entrevistas sociolinguísticas é registrar como as pessoas falam espontaneamente quando não estão sendo observadas por um entrevistador, contudo esta sua presença pode afetar o estilo de fala (LABOV, 2008 [1972]).

---

<sup>18</sup> CONSEPE 0036/09; UEFS/FAPESB Edital 001/2012. Certificado de Apresentação para Apreciação Ética - CAAE : 15582219.1.0000.5546.

<sup>19</sup> Os estudantes Sara Garcia e Kizeyeko Silva cursavam Letras na Universidade Agostinho Neto e a jornalista Hilcélia Falcão estava em Luanda desenvolvendo alguns trabalhos na área de Comunicação. Expresso meus agradecimentos a eles pela realização do árduo trabalho de campo junto à professora Eliana Pitombo que descreveu as condições na época em que as entrevistas foram gravadas: “Luanda é uma cidade imensa. [...] Bela e maltratada em decorrência da guerra civil e pelo desenfreado crescimento populacional por ela provocado, só recentemente, tem recuperado os ares de uma capital. [...] custo de vida exorbitante; longos, constantes e irritantes engarrafamentos e um sistema de transporte deficitário às necessidades da população. E eu no meio desse tumulto como/onde encontrar os meus informantes? Foi uma dura experiência” (Teixeira, 2017, p. 17).

As entrevistas estão estratificadas por sexo, faixa etária, nível de escolaridade, origem e língua materna. O quadro a seguir traz uma melhor visualização dos critérios considerados:

**Quadro 03** - Critérios do Projeto “Em Busca das Raízes do Português Brasileiro” para seleção dos entrevistados

Sexo	Masculino Feminino
Faixa etária	Faixa 1 (20 a 35 anos) Faixa 2 (36 a 51 anos) Faixa 3 (a partir de 52 anos)
Escolaridade	Baixa ou nula Ensino Médio Nível universitário
Língua materna	Português Línguas Bantu
Origem	Capital Províncias angolanas <sup>20</sup>

Fonte: Elaboração própria.

O acervo possui 68 entrevistas (34 homens e 34 mulheres) que foram gravadas com o propósito de ser representativas do português angolano (Cf. Apêndice A). Inicialmente, a análise dos dados seria realizada com essas entrevistas, porém, como não foi possível preencher todas as células na distribuição ao controlar os fatores sociais estabelecidos, ficou decidido organizar um *corpus* específico para ser analisado nesta tese. A partir do que Labov (2008 [1972]) orienta, no que se refere aos critérios de seleção dos entrevistados e ao número de entrevistas distribuídos de forma equilibrada, foram selecionadas, do acervo do projeto citado, 36 entrevistas para o levantamento de dados, criando-se o *Corpus* Luanda que está assim composto: 12 gravações com angolanos analfabetos ou pouco escolarizados; 12 gravações com angolanos que possuem o Ensino Médio completo; e 12 gravações com angolanos de nível universitário completo ou em conclusão.

Labov (2008 [1972]) e Weinreich; Labov; Herzog (2006 [1968]) postulam que descrever a variação e a mudança linguística deve levar em conta o contexto social de produção dentro da comunidade de fala. Dessa maneira, considerando o “compartilhar de

<sup>20</sup> De acordo com Constituição da República de Angola de 2010, o país organiza-se territorialmente em Províncias e estas em Municípios, podendo ainda se estruturar em Comunas que, por sua vez, podem ter uma ou mais cidades, vilas e povoações (aldeias) em seu interior.

normas” e as “atitudes sociais” perante o uso de uma variedade linguística, foi imprescindível integrar os aspectos sócio-histórico-culturais da cidade luandense aos objetivos definidos para esta pesquisa. Ao levar em consideração a sócio-história de Luanda, seria pertinente a relação entre migração e a caracterização sociolinguística na língua falada na cidade. Por conta disso, foram consideradas 18 amostras de fala de luandenses e 18 amostras de migrantes angolanos.

Assim, quanto à organização do *corpus* para a pesquisa, as 36 entrevistas escolhidas para compor o *corpus* de análise são de pessoas que moram em Luanda nascidas na própria capital ou em províncias angolanas, de ambos os sexos, níveis de escolaridade distintos e de idade entre 20 e 80 anos. Em relação à língua materna, foi considerada a autodeclaração feita pelos entrevistados nas gravações. Algumas pessoas declararam possuir o Português como L1 e outras afirmaram que somente o adquiriram ao iniciar a sua vida escolar, a partir dos 7 anos de idade, possuindo como L1 uma língua do grupo Bantu. Também houve entrevistados que relataram ter aprendido o Português de oitiva em suas convivências diárias, não frequentando a escola. Apesar de o banco de dados incluir entrevistas com falantes de Umbundu, de Kikongo, de Kimbundu e do Cômbe, foi delimitado que apenas as gravações cujos entrevistados possuíssem o Português e o Umbundu/Kimbundu como L1 ou L2 seriam escolhidas, por serem estas as duas línguas bantu com um maior número de usuários em Angola e na Província de Luanda, respectivamente, (Cf. Apêndice B e Censo Angola 2014) e, também, pelo fato de haver mais pesquisas com análises descritivas.

A apresentação da configuração do perfil dos entrevistados em função do sexo, da faixa etária, do local de nascimento e da língua materna está dividida em três quadros por nível de escolaridade, podendo-se observar também a quantidade de participantes em cada célula. As entrevistas estão identificadas por códigos da seguinte maneira:

(1) Número da entrevista que compõe o *corpus* da pesquisa:

E01, E02, E03...E36, por exemplo;

(2) Sexo do falante:

H - homem / M - mulher;

(3) Faixa etária:

faixa 1 (20 a 35 anos) / faixa 2 (36 a 51 anos) / faixa 3 (a partir de 52 anos);

(4) Escolarização:

B - escolaridade baixa ou nula / M - Ensino Médio / U - nível universitário;

(5) Origem do falante:

L - nascido(a) em Luanda / M - migrante angolano(a);

(6) Língua materna:

P - português / B - língua bantu.

A seguir, início pela apresentação dos falantes da variedade angolana do português de baixa escolaridade ou nula.

**Quadro 04** - Entrevistados com escolaridade baixa ou nula

<b>ENTREVISTA</b> (código)	<b>SEXO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>LÍNGUA MATERNA</b>
<b>FAIXA ETÁRIA 1 (20 a 35 anos)</b>			
E01-H1BLP	M	Luanda	Português
E02-M1BLP	F	Luanda	Português
E03-H1BMB	M	Província de Benguela	Umbundu
E04-M1BMB	F	Província de Malanje	Kimbundu
<b>FAIXA ETÁRIA 2 (36 a 51 anos)</b>			
E05-H2BLP	M	Luanda	Português
E06-M2BLP	F	Luanda	Português
E07-H2BMB	M	Província de Malanje	Kimbundu
E08-M2BMB	F	Província do Bié	Umbundu
<b>FAIXA ETÁRIA 3 (a partir de 52 anos)</b>			
E09-H3BLB	M	Luanda	Kimbundu
E10-M3BMB	F	Província de Malanje	Kimbundu
E11-H3BLB	M	Luanda	Kimbundu
E12-M3BMB	F	Província de Huambo	Umbundu

Fonte: Elaboração própria.

O uso destas entrevistas foi considerado por seu representativo material linguístico da fala popular do PA na ocorrência de cada variante que compõe o fenômeno estudado. É possível observar, quantitativamente, a seguinte constituição: 6 homens e 6 mulheres; 6

luandenses e 6 migrantes de quatro províncias distintas (Benguela, Bié, Huambo e Malanje); 4 falantes do Português como L1 e 8 como L2. Em relação às atividades exercidas, há: um ajudante de pedreiro, três vendedores, um pintor, uma dona de casa, uma peixeira, dois serralheiros, uma empregada doméstica, um feirante e um pedreiro. Na sequência, apresento os falantes com doze anos de escolarização.

**Quadro 05** - Entrevistados com Ensino Médio completo

<b>ENTREVISTA</b> (código)	<b>SEXO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>LÍNGUA MATERNA</b>
<b>FAIXA ETÁRIA 1 (20 a 35 anos)</b>			
E13-H1MMP	M	Província do Cuanza Sul	Português
E14-M1MLP	F	Luanda	Português
E15-H1MLP	M	Luanda	Português
E16-M1MLB	F	Luanda	Umbundu
<b>FAIXA ETÁRIA 2 (36 a 51 anos)</b>			
E17-H2MLP	M	Luanda	Português
E18-M2MLP	F	Luanda	Português
E19-H2MMB	M	Província do Bengo	Kimbundu
E20-M2MMB	F	Província do Huambo	Umbundu
<b>FAIXA ETÁRIA 3 (a partir de 52 anos)</b>			
E21-H3MLB	M	Luanda	Kimbundu
E22-M3MMP	F	Província de Malanje	Português
E23-H3MMB	M	Província do Huambo	Umbundu
E24-M3MMP	F	Província do Huambo	Português

Fonte: Elaboração própria.

A decisão de considerar amostras de fala de angolanos com Ensino Médio completo foi devido ao questionamento de como se configura esses falares em relação ao fenômeno estudado, visto que os indivíduos possuem um nível intermediário de escolarização. Quanto à constituição, há: 6 homens e 6 mulheres; 6 luandenses e 6 migrantes de quatro diferentes províncias (Bengo, Cuanza Sul, Huambo e Malanje); 7 falantes do Português como L1 e 5 como L2. No que tange às atividades exercidas, são: um técnico em construção civil, um estudante, um electricista, cinco professoras, um mecânico, um tipógrafo, uma hoteleira e um chefe de redação de programa de rádio.



Por fim, a apresentação dos falantes que possuem ensino superior completo ou se encontram próximos à conclusão do curso.

**Quadro 06** - Entrevistados com nível universitário

<b>ENTREVISTA</b> (código)	<b>SEXO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>LÍNGUA MATERNA</b>
<b>FAIXA ETÁRIA 1 (20 a 35 anos)</b>			
E25-H1ULP	M	Luanda	Português
E26-M1ULP	F	Luanda	Português
E27-H1UMB	M	Província do Huambo	Umbundu
E28-M1ULB	F	Luanda	Kimbundu
<b>FAIXA ETÁRIA 2 (36 a 51 anos)</b>			
E29-H2UMB	M	Província do Cuanza Sul	Português
E30-M2ULP	F	Luanda	Português
E31-H2UMP	M	Província do Cuanza Norte	Kimbundu
E32-M2UMB	F	Província do Huambo	Umbundu
<b>FAIXA ETÁRIA 3 (a partir de 52 anos)</b>			
E33-H3ULP	M	Luanda	Português
E34-M3ULP	F	Luanda	Português
E35-H3UMB	M	Província do Cuanza Norte	Kimbundu
E36-M3UMB	F	Província do Bié	Umbundu

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em vista que este material representa o comportamento linguístico de falantes angolanos que possuem nível universitário, faz com que seja verificada se na configuração atual do fenômeno estudado o uso do pronome clítico acusativo está mais próximo da norma padrão. A constituição é a seguinte: 6 homens e 6 mulheres; 6 luandenses e 6 migrantes de quatro diferentes províncias (Bié, Cuanza Norte, Cuanza Sul e Huambo); 6 falantes do Português como L1 e 6 como L2. As atividades exercidas constituem-se em: um engenheiro civil, um militar, um historiador, uma engenheira química, quatro professoras e estudantes universitários.

Portanto, na organização do *corpus* específico para esta tese, a ideia foi a de compor as células com dois luandenses que possuíssem o Português como L1 e dois migrantes com Português L2 (e as línguas Kimbundu ou Umbundu como L1), considerando sempre um homem e uma mulher dos três níveis de escolaridade nas faixas etárias definidas. É

importante salientar que as informações que ajudaram a direcionar a organização já estavam preenchidas na ficha social dos entrevistados ou foram expressas no conteúdo de suas entrevistas.

Como pôde ser observado nos quadros acima apresentados, não foi possível uma distribuição homogênea entre o sexo do entrevistado, o seu local de nascimento e sua língua materna, conforme havia sido pré-estabelecido. No entanto, foi priorizada uma distribuição mais simétrica das entrevistas estratificadas de acordo com o sexo, a faixa etária, a escolaridade e a origem do entrevistado, sendo preenchidas todas as células conforme mostra o quadro a seguir.

**Quadro 07** - Distribuição geral das entrevistas por sexo, faixa etária, escolaridade e origem do entrevistado

<b>CORPUS DA PESQUISA</b>			
Sexo		Masculino	Feminino
		18	18
Faixa etária	20-35 anos	6	6
	36-51 anos	6	6
	a partir de 52 anos	6	6
Escolaridade	Baixa ou nula	12	
	Ens. Médio	12	
	Nível universitário	12	
Origem		Luanda	Províncias angolanas
		18	18
TOTAL		36	

Fonte: Elaboração própria.

Resultou-se uma assimetria no *corpus* relacionada à língua falada como língua materna (homem/mulher com Português L1 (17); homem/mulher com Português L2 (19)). Boa parte dos entrevistados afirmou ter aprendido o português posteriormente à aquisição da linguagem, principalmente quando passou a frequentar o ambiente escolar. A maioria é, pelo menos, bilingue porque fala o português e uma das duas línguas Bantu consideradas na pesquisa como L2 (Kimbundu (10)/Umbundu (9)), havendo aqueles que afirmaram falar até três línguas locais, línguas como o Kikongo e o Cômbe/Quico foram citadas, alguns também

informam a língua falada pelos pais/responsáveis. De um modo geral, como foi possível apreender, pelo fato de se encontrarem em um ambiente multilíngue, os angolanos costumam falar e/ou compreender mais de uma língua, no entanto, há entrevistados que declaram apenas falar o português, não tendo adquirido (ou aprendido) nenhuma língua local.

No que diz respeito ao local de nascimento, do total de 36 entrevistados, 18 são migrantes oriundos de sete das dezoito províncias do próprio país angolano, a saber: Bengo (1), Benguela (1), Bié (2), Cuanza Norte (2), Cuanza Sul (2), Huambo (6) e Malanje (4). Alguns forneceram informações que se tornaram relevantes para traçar o seu perfil social, por exemplo, relatam com qual idade e circunstância chegaram a Luanda, se moravam na zona urbana ou rural de sua província e a origem e situação atual de seus pais/responsáveis. É percebido um maior número de migrantes no *corpus* é de nascido em Huambo e, conforme visto no capítulo 3, a sócio-história do país pode explicar o porquê do grande fluxo migratório de diversas províncias para a capital Luanda. Durante a Guerra Civil Angolana, ocorreu no Huambo um dos mais sangrentos episódios da guerra, por causa da hostilidade entre os dois grupos guerrilheiros, a UNITA e o MPLA, que passou a disputar entre si o poder após a independência do país. A UNITA fez do Huambo a sua área de influência, sofrendo diversos ataques, principalmente nas zonas rurais, episódios de bombardeamento e de perseguição às caravanas de refugiados e de militantes do MPLA. A reconstrução das infraestruturas da província huambina foi iniciada tardiamente, em 2002.

Vale destacar que Malanje é a segunda província com o maior número de migrantes no *corpus* da pesquisa. O seu passado também é marcado por tensos e trágicos eventos porque é nessa região que estoura uma guerra colonial entre angolanos e as forças portuguesas, despertando, posteriormente, uma consciência patriótica dos angolanos em prol de sua liberdade o que levou às revoltas da Guerra de Independência de Angola em todo o país. Além disso, o MPLA fez do território malanjino uma de suas regiões militares, criando disputas e combates com tanto com forças portuguesas quanto com a UNITA e o FNLA em ações da Guerra Civil na província. Fiz essa ressalva em relação às duas províncias porque são a terra natal de um maior número de entrevistas do material pertencente ao acervo do projeto e isso acabou sendo refletido no recorte realizado para organização do *corpus* da tese.

A seguir, há uma representação gráfica das províncias de origem dos angolanos migrantes cujas entrevistas foram consideradas nesta pesquisa.

**Mapa 04** - Províncias de origem dos migrantes angolanos considerados na pesquisa e a localização da cidade de Luanda em destaque



Fonte: Adaptado de <https://ppcc.pl/pt/informacoes-sobre-a-angola/>.

Em relação aos outros 18 entrevistados nascidos na capital, 5 são luandenses filhos de luandenses, 7 são filhos de migrantes, 2 são filhos de migrante com luandense e não foi possível fazer esse controle em quatro entrevistas porque a informação não constava no formulário de identificação nem foi falado pelo entrevistado na interação da entrevista.

Passo, então, aos direcionamentos que foram considerados para o levantamento de dados, como a seleção da variável dependente (fenômeno em variação) e os grupos de fatores linguísticos e sociais que podem favorecer ou inibir o uso de uma variante.

## 4.2.2 Direcionamentos para o levantamento e codificação dos dados

### 4.2.2.1 A variável dependente

Foi estabelecida como variável dependente o uso do objeto direto anafórico antecedido por um SN. Tendo como base os estudos de Duarte (1986), de Fagundes (1997), de Freire (2000), de Figueiredo Silva (2004), de Arruda (2006; 2012), de Lima (2016), dentre outros, as realizações de ODA observadas no PE e no PB foram: Clítico Acusativo (*o/a* e flexões), Pronome Pleno (*ele/ela* e flexões), SN Anafórico (repetição de um termo anteriormente referido) e Objeto Nulo (apagamento do objeto). Os exemplos seguintes ilustram as variantes representativas dessa variável:<sup>21</sup>

#### CLÍTICO ACUSATIVO

(45) RESP: Acho que a morte, a morte é quando... *a pessoa* morre, quando alguém desaparece, né? Desaparece do seio da família e nunca mais vai encontrá-*la*, nunca mais volta. E20-M2MMB

#### PRONOME PLENO

(46) RESP: Olha, eu agora pra dar o sim no *meu esposo* [...] Os pais dele já eram mos vizinhos e eu já conhecia *ele* e [...]. E30-M2ULP

#### SN ANAFÓRICO

(47) RESP: Ah... *fungi* também gosto. Mas como dá muito trabalho, dificilmente cozinho *fungi*. E27-H1UMB

#### OBJETO NULO

(48) RESP: Minha mãe tá morta, certo? Eu não conheci  $\emptyset$ . E35-H3UMB

Durante o processo de levantamento de dados, essas quatro variantes foram identificadas. Porém, também foram registradas ocorrências de outras duas variantes,

<sup>21</sup> Todos os exemplos expostos a partir da numeração (45) foram extraídos do *corpus* desta pesquisa. A realização do objeto direto anafórico é destacada em negrito/italico e o seu antecedente em itálico, indicando o código da amostra de fala. Para representar o apagamento do objeto, também foi adotado este símbolo  $\emptyset$ .

conforme Marques de Sousa (2021) encontrou nas variedades moçambicana e são-tomense do português, respectivamente:

#### PRONOME PLENO PREPOSICIONADO

(49) RESP: Eu mesmo aqui onde eu estou, muitas vezes ralho com os meus filhos. Eu às vezes estou a chamar o S. [= um dos filhos] ele fica, fica, dois, três minutos no consegue me responder e eu já chamei *a ele* três vezes e quando ele responde pra me no vai responder: “Ôh mama, não eu estou aqui.” “O que é isso? Eu no sou da tua confiança, nõ sou tua amiga pra você me responder assim.” E06-M2BLP

#### LHE ACUSATIVO ANAFÓRICO

(50) PERG: Tu vê *a tua namorada* todos os dias?

RESP: [...] no meu local onde eu vivo, através do engarrafamento, chego muito tarde já não dá mais tempo pra ir lá. Então, eu tenho que fazer os possíveis de ligar pra ela mais cedo pra ir em minha casa que é pra mim *lhe* encontrar. E13-H1MMP

Em sua análise descritiva do português de Luanda, Mingas (2000) mostra interferências lexicais do kimbundu e outras significativas alterações fonológicas e morfossintáticas, inclusive quanto ao uso variável do complemento direto. Inverno (2009) confirma que a frequência dos pronomes clíticos de objeto direto é baixa porque estão sendo, sistematicamente, substituídos por formas de pronome-sujeito (“Deixa ele falar!”) ou pela forma de objeto indireto *lhe* (“É uma sigla porque lemos-lhe letra por letra...”). O uso é feito fazendo-se referência a um antecedente do discurso linguístico e não propriamente à pessoa de quem se fala (3ª pessoa/OI) ou até com quem se fala (2ª pessoa/OD *te/você ~ lhe*).

Assim, seis variantes passam a ser consideradas no envelope de variação: *Clítico Acusativo*, *Pronome Pleno*, *Pronome Pleno Preposicionado*, *Lhe Acusativo Anafórico*, *SN Anafórico* e *Objeto Nulo*. Concluída a etapa de leitura das entrevistas e de levantamento dos dados, foram verificadas quais ocorrências poderiam ser selecionadas ou excluídas da análise e, para efeito de quantificação, considerei alguns critérios especificados a seguir. É importante ressaltar que as gravações sempre eram consultadas quando havia dúvida na transcrição de determinados contextos.

#### 4.2.2.1.1 Critérios para a seleção de dados

As ocorrências das variantes foram consideradas a partir de tais aspectos:

- a) Partindo daquele princípio de que variantes linguísticas são as “várias maneiras de se dizer a mesma coisa, com o mesmo valor de verdade” (Tarallo, 1985, p. 88), foram considerados dados de objeto direto retomando um SN mencionado anteriormente no discurso que permitiam a aplicação do teste de *covariação estrita*, assim como foi feito por Figueiredo Silva (2004). De acordo com a autora: “O teste consiste em verificar se as formas variáveis podem ocorrer na mesma posição sem acarretar prejuízo semântico” (Figueiredo Silva, 2004, p. 85), ), conforme a aplicação feita em (51), a partir do SN antecedente *Luanda*:

(51) RESP: *Luanda* é cidade velha, tem uma característica própria. Não se pode descaracterizar  $\emptyset$ , enchê-**la** de prédios. E25-H1ULP

- ✓ [*Luanda*] Não se pode descaracterizar  $\emptyset$ , encher  $\emptyset$  de prédios.
- ✓ [*Luanda*] Não se pode descaracterizá-**la**, enchê-**la** de prédios.
- ✓ [*Luanda*] Não se pode descaracterizar **ela**, encher **ela** de prédios.
- ✓ [*Luanda*] Não se pode **lhe** descaracterizar, encher-**lhe** de prédios.
- ✓ [*Luanda*] Não se pode descaracterizar **Luanda**, encher **a cidade** de prédios.

- b) Não houve subdivisão das três possíveis maneiras de realização da variante SN anafórico, avaliando e agrupando-as como estratégia única:

- Realização por meio do uso de sintagma nominal idêntico:

(52) RESP: Escuto *música* na Rádio Luanda e Rádio Iclesia [...] carro prefiro ouvir **música** no rádio do que em casa. E29-H2UMP

(53) RESP: Primeiro já que não respeitam *os passageiros*, levam **os passageiros** de uma forma imprópria [...]. E22-M3MMP

(54) RESP: [...] e controlamos *a panela*, tampamos **a panela** [...]. E20-M2MMB

- Realização por meio do uso de sintagma nominal parcialmente modificado:

(55) RESP: Então... depois mais tarde vieram me transmitirem que *o pai* morreu. Mataram **meu pai**. E08-M2BMB

(56) RESP: [...] primeiro dispendo *a massa* ou ponho **a massa de trigo** na banheira [...]. E14-M1MLP

(57) RESP: [...] cada um tinham *seus jogadores* e camisas também pra diferenciar *os jogadores* no campo. E15-H1MLP

- Realização por meio do uso de um SN totalmente modificado:

(58) RESP: [...] quando vi *o meu irmão* chorar eu saí... [...] Saí lá, fui a correr, consegui segurar e correr com ele pra fora [...] Que a mãe tinha saído, pegou *o menino* e levou nas [ININT], onde é que ele foi tratado. E17-H2MLP

(59) PERG: E é natural de onde?

RESP: De *Huambo*.

PERG: Há quanto tempo veio morar em Luanda?

RESP: Olha, estou aqui desde mil novecentos e noventa e dois. Por questões de guerra, tivemos que abandonar *a nossa cidade* e vir pra Luanda. E24-M3MMP

(60) PERG: Você ou alguém da sua família já teve uma doença grave?

RESP: Já sim, já. Meu pai anda doente. Meu pai anda com *trombose* já caminho dos sete a oito anos.

PERG: Como é que foi?

RESP: É::: não sei explicar, mas antes mesmo ter *essa doença* [...]. E14-M1MLP

- c) Em ocorrências repetidas com a mesma estrutura, somente a primeira foi considerada como em (61) e (62):

(61) RESP: Assim que eu viro atrás, o carro some. “O que é que eu faço?” Então eu disse: “Se eu seguir *o motorista*, então vai haver desencontro.” Assim fiquei na paragem. Esperei Ø, esperei, esperei... E10-M3BMB

(62) PERG: O que acha da maneira como os jovens tratam *os mais velhos*?

RESP: Eu não queria estar na idade deles pra ser tratada assim. Tratamos Ø muito mal, tratamos muito mal. E30-M2ULP

A seguir, apresentamos as ocorrências em estruturas que não foram consideradas.

#### 4.2.2.1.2 Critérios para exclusão de dados

Foram descartados alguns dados nestes contextos:

- a) Uso contrastivo – quando há dois ou mais antecedentes para o objeto direto anafórico e somente um ser selecionado pelo falante:

(63) RESP: É, sei falar *quimbundo* e *quioco*. Ia me esquecendo, sei falar *quioco* e estou a tentar umbundo. E22-M3MMP



(64) PERG: Foram fazer *um trabalho de investigação* ou simplesmente *uma visita*?

RESP: Fomos fazer ***um trabalho de investigação***. E14-M1MLP

- b) Objeto nulo ambíguo – quando o antecedente que foi apagado é de interpretação dúbia:

(65) RESP: [...] vai atingindo *um creme*, e antes de atingir um creme eu ponho *o açúcar*, vou mexendo Ø, vou misturando Ø, misturando, misturando até atingir uma boa pasta. E14-M1MLP

- c) Antecedente oracional – quando uma oração é o antecedente, sendo substituído pela categoria vazia, clítico e o sintagma nominal formado pelo pronome demonstrativo *isso*:

(66) RESP: [...] a música alta faz-lhes muito mal. Há taxistas, nesse caso os jovens, que quando um mais velho entra no táxi e pede pra *baixar a música*, ele simplesmente não aceita Ø. E26-M1ULP

(67) RESP: Sábado tem que *lavar, arrumar a casa, dirigir as crianças*, tem que fazer ***isso***, tem que fazer *isso*. E10-M3BMB

- d) Uso de pronome demonstrativo – quando os antecedentes são retomados pelos pronomes *isso/aquilo* ou quando esses são os antecedentes:

(68) RESP: Disse que ele trabalhava na C. e tinha privilégio de conseguir *emprego pros mos filhos* e que *é* uma empresa onde saem muitos bens industriais e que ele poderia me arranjar ***aquilo*** [...]. E06-M2BLP

(69) RESP: Ah, por que *isso* é proibido, não pode fazer Ø. E02-M1BLP

(70) RESP: [...] *aquilo* é uma cultura dos pais, avós, por isso têm que aprender Ø. E01-H1BLP

- e) Verbo-suporte – quando o verbo e o seu complemento formam uma unidade de sentido, criando geralmente uma expressão cristalizada:

(71) PERG: De que forma de tratamento a senhora costuma a dar a um amigo. Se por exemplo tiver que aconselhá-lo diz: “Tu tens que fazer *isso*!”, “Você ou O senhor tem que fazer *isso*”?

RESP: Eu gosto muito deste termo “*você*”. “Tu” na minha boca não. “*Você*”. Eu gosto *dar muitos conselhos* porque eu trato bem os meus amigos eu, pra mim, os mais velhos é que estou a ver o meu pai ou a minha mãe, os meus familiares. Eu luto ***dar conselhos*** os jovens a tratar bem os mais velhos porque amanhã também pode acontecer com eles. Eu ***dou muitos conselhos*** sobre esse assunto mesmo os meus filhos. E10-M3BMB

f) Pergunta/resposta vazia – quando uma resposta curta é dada, usando o mesmo verbo da pergunta:

(72) PERG: Não tem *dinheiro* para ir e voltar à escola?

RESP: Não tenho Ø. E03-H1BMB

(73) PERG: Então, acho que a maior parte viveu aqui em Luanda. Conhece mais ou menos *Luanda*?

RESP: Conheço Ø. E21-H3MLB

(74) PERG: Eu acho que essa música actualmente as crianças também cantam. Ensina *essas músicas* nos seus sobrinhos?

RESP: Sim, ensino Ø. E01-H1BLP

g) Efeito gatilho – quando a resposta é construída, repetindo o que o entrevistador tinha acabado de falar:

(75) PERG: Com que idade e circunstância aprendeu a falar *o Português*?

RESP: Desde pequena que eu comecei a falar *o Português*. E24-M3MMP

(76) PERG: Qual é a sua opinião acerca de criar *filhos* na cidade de Luanda ?

RESP: Aí, criar *filho* na cidade de Luanda não é nada fácil e também não é muito difícil, é isso dependente dos pais. E14-M1MLP

(77) PERG: Como você conheceu *ele*?

RESP: Eu conheci *ele* através de um amigo [...]. E26-M1ULP

h) Elipse de VP – quando alguns contextos sintáticos apresentam categorias vazias podem ser confundidas como objeto nulo na posição de objeto direto.

(78) RESP: Meu pai falava *português*, mas a minha mãe não falava Ø. E08-M2BMB

(79) RESP: Quando é *minha roupa*, eu engomo Ø. Ela [= a esposa] não gosta que eu engome Ø, mas eu engomo Ø. E11-H3BLB

Após a exposição dos critérios para seleção e exclusão de dados a serem analisados nesta tese, são mostradas, na próxima seção, as variáveis independentes consideradas na pesquisa com suas respectivas hipóteses.

#### 4.2.2.2 As variáveis independentes consideradas

Por meio de variáveis independentes, é possível observar o comportamento de fenômenos estudados porque se faz o controle da interação de fatores linguísticos e de fatores

sociais. Considerando alguns estudos sociolinguísticos realizados com variedades dialetais do PB, e também do PE, sobre o uso do objeto direto anafórico, determinadas variáveis já se mostram relevantes para a compreensão desse fenômeno, por exemplo, aquelas que controlam o *traço semântico do antecedente* (animacidade e especificidade) e a *estrutura sintática da sentença*. Sendo assim, nesta pesquisa, além dessas variáveis linguísticas, testei outras que se destacaram em estudos existentes sobre o tema: *forma verbal, função sintática do antecedente e gênero semântico do antecedente*.

Quanto às variáveis sociais, tive como base os grupos de fatores já considerados pelo Projeto Em Busca das Raízes do Português Brasileiro (*sexo do falante, faixa etária, escolaridade, origem e língua materna*) porque as amostras de fala pertencentes ao seu acervo do referido projeto seguem esses critérios de estratificação, conforme explanado na seção 4.2.1 deste capítulo. No entanto, além dessas variáveis, atentando a mais detalhes do perfil social dos angolanos nas entrevistas, percebi que também seria interessante controlar outros fatores, mostrados mais adiante na seção 4.2.2.2.2, a fim de testar se também influenciariam, de certa forma, na realização das estratégias de ODA presentes no *corpus* analisado. A seguir, as variáveis independentes testadas na pesquisa são apresentadas e caracterizadas.

#### 4.2.2.2.1 Caracterização das variáveis linguísticas

A variação no uso do objeto direto anafórico tem sido um dos temas mais investigados no âmbito dos estudos sociolinguísticos no Brasil, sendo que também foram realizados alguns estudos descritivos/comparativos considerando-se o português falado em Portugal. Dessa forma, algumas variáveis linguísticas já se mostraram importantes para a compreensão do fenômeno e listo aqui as que foram consideradas nesta investigação sobre o tema na variedade angolana do português.

##### (i) *Forma Verbal*

Em sua pesquisa, Duarte (1986) aponta a forma verbal como um contexto que possui influência para a recuperação dos clíticos no PB por estarem mais relacionados a verbos no infinitivo com 55 das 97 ocorrências encontradas. A autora constata que o Pronome Pleno é mais favorecido pelas formas simples dos verbos e pelo gerúndio, já o Objeto Nulo é usado de maneira ampla em todas as formas verbais. Baseando-me nesses resultados encontrados por Duarte (1986), além de outros por Figueiredo Silva (2004), Marques de Sousa (2021), entre

outros, a intenção é verificar se a realização de uma das variantes no PA estaria condicionada a uma determinada forma verbal. A escolha desta variável é para verificar se a variante Clítico Acusativo estaria sendo mais utilizada em verbos no infinitivo, já estando o Objeto Nulo e o SN Anafórico como estratégias usadas em todas as formas verbais. Estabeleci os seguintes fatores:

a) Presente

(80) RESP: Porque *é a língua materna*, é seu país como de outros países também as crianças também aprendem  $\emptyset$  e [...]. E01-H1BLP

b) Pretérito (perfeito e imperfeito)

(81) RESP: [A menina] Sabe, *ela* ficou um bocadinho atordoada, mas depois recuperou e *a* levantamos. E22-M3MMP

(82) RESP: Disse que hoje mesmo as coisas vão desembarcar, que era preciso *o dinheiro*. Dei-lhe *o dinheiro*. 90 mil e 300 dólares. E06-M2BLP

c) Futuro

(83) RESP: [...] faria *ele* atravessar a estrada e depois [eu] regressava. E20-M2MMB

d) Infinitivo

(84) RESP: [...] as línguas nacionais ajuda-nos a caracterizar *vários povos*. Não só caracterizar como também conhecer  $\emptyset$  e distinguir  $\emptyset$ . E14-M1MLP

e) Locução com infinitivo

(85) RESP: Eu quero mesmo, quero estudar, quero mesmo saber ler e ver também o que é que está *na bíblia*. As outras, às vezes, quando tem uma reunião, as outras tão a ler  $\emptyset$ , você só fica como muda. E10-M3BMB

f) Gerúndio

(86) RESP: [*homens*] [...] durante o tempo que estive no governo e:: e:: a exercer funções técnicas chefiando *homens*. E34-M3ULP

g) Locução com gerúndio

(87) RESP: [...] põe-se *a fubá*, vai mexendo  $\emptyset$ , vai mexendo até desaparecer a água.  
E22-M3MMP

h) Subjuntivo

(88) RESP: [*os cidadão*] Por exemplo, teremos que ter também por outro lado estatísticas que *os* permitissem verificar este crescimento de número de mulheres nos lugares de chefia [...]. E34-M3ULP

(ii) *Estrutura sintática da sentença*

A estrutura sintática também é uma variável considerada relevante na realização do ODA, considerando outros trabalhos já realizados, por ser um forte condicionamento das variantes. Baseado em Duarte (1986), Figueiredo Silva (2004), Arruda (2012), Lauer (2022), entre outros, que estruturas simples do tipo V+OD e as complexas V+OD+OI e V+OD+Adj. Adverbial podem favorecer mais o apagamento do objeto, sendo que V+OD+Predicativo e V+OD+V sejam mais favoráveis para uso do Pronome Pleno, apostando-se no SN Anafórico também. Então, para verificar a atuação dos fatores nesta variável linguística nos dados do PA, foram consideradas as seguintes estruturas:

## a) V + OD

(89) RESP: [...] *a ordem do pai* pra nós era lei, nós cumpríamos Ø. E26-M1ULP

## b) V + OD + OI

(90) RESP: [*Umbundu*] Eu normalmente falo *Umbundu* com a minha mãe. Às vezes quando ligo pra ela, ao cumprimentar, falo *um bocado de Umbundu* com ela.

E27-H1UMB

## c) V + OD + Predicativo

(91) RESP: Eu quero morrer depois de criar *os meus filhos*. Deixá-*los* organizados, aí tá bom, mas enquanto inda não se verem organizados, inda dependem de mim [...].

E18-M2MLP

## d) V + OD + Adj. adverbial

(92) RESP: [...] então ponho *a água* no fogo. Depois de pôr *a água* no fogo, então lavo muito bem *o repolho* e ponho *o repolho* na água. E10-M3BMB

## e) V + OD + V (infinitivo ou gerúndio)

(93) RESP: [organização da *mulher*] [...] permitirmos *a mulher* agir a pé de igualdade na sociedade [...]. E33-H3ULP

(iii) *Função sintática do antecedente*

A função sintática do antecedente foi controlada principalmente por considerar Omena (1978), que já demonstrou a preferência pela variante objeto nulo quando o antecedente é um objeto. Com base também em outros trabalhos, acreditamos encontrar maior ocorrência de

Objeto Nulo quando o antecedente possui as funções de complemento (OD/OI); a função de sujeito condicionaria o uso das variantes pronominais; o SN Anafórico seria mais favorecido quando o antecedente exercer funções de adjunto. A variável foi estabelecida nesta análise da seguinte maneira:

a) Antecedente com função de sujeito

(94) RESP: Também depois morreu cedo. *Ele* [= o pai] morreu na guerra também, *lhe* mataram. E08-M2BMB

b) Antecedente com função de objeto direto

(95) RESP: [...] a minha mãe simplesmente tentou fazer *a quarta classe*. Depois dali, houve problemas e ela não conseguiu concluir Ø. E17-H2MLP

c) Antecedente com função de objeto indireto

(96) RESP: Aquilo era uma confusão. O MPLA porque “Tenho que matar a vocês porque vocês dão *a comida* na Unita.” A Unita diz “Nós temos que matar a vocês porque dão *comida* no MPLA.” E08-M2BMB

d) Antecedente como adjunto adnominal/complemento nominal

(97) RESP: [...] tem a escola *de Umbundu*. Mas no tempo em que eu estudei não havia esse tipo de escola né, principalmente das línguas nacionais, né?! Eu gostaria de aprender *Umbundu*. E05-H2BLP

(98) RESP: Como eu gosto *de arroz solto*, deixo *o arroz* como se tivesse a ficar frito. E29-H2UMP

e) Antecedente como adjunto adverbial

(99) RESP: Dia seguinte, o senhor entrou *em minha casa*, conheceu *a casa* e daí quando conheceu a casa [...]. E06-M2BLP

(iv) *Traço semântico de animacidade do antecedente*

A variável traço semântico do antecedente [ $\pm$  animado] foi controlada em diversas pesquisas sobre variedades do português (Duarte, 1986; Cyrino, 1997; Fagundes, 1997; Freire, 2000; Figueiredo Silva, 2004; Arruda, 2006; 2012; Santana, 2014; Lima, 2016; Marques de Sousa, 2021, entre outros) por apresentar direta influência quanto ao uso das estratégias de realização do objeto direto anafórico. De acordo com os seus resultados, o traço [+animado] favorece o uso das variantes clítico, pronome pleno e o traço [-animado] favorece

o objeto nulo e o SN anafórico. Tendo como base esses estudos do PB e PE, não surpreenderia afirmar que o traço semântico de animacidade também favoreça o uso das variantes no PA. Considero que o traço [–animado] seja o principal condicionante para o Objeto Nulo e SN Anafórico e aponto, ainda, que o traço [+animado] também se mostrará relevante para o uso das variantes pronominais.

Fazem parte da variável dois fatores:

a) [+animado]

(100) RESP: [...] Hoje e amanhã será *a mulher* a comandar porque *a* temos que aceitar nós homens. E33-H3ULP

(101) RESP: *Meu sogro* já é velho, não tem mulher. Eu nunca chamei *ele* de velho[...]. E02-M1BLP

(102) RESP: [...] eu se estou a falar aquilo é porque eu gostei, porque *o amigo* está envolvido comigo, então eu também não posso *lhe* ver mal. E13-H1MMP

b) [–animado]

(103) PERG: O que você acha *o português* uma língua difícil?

RESP: Quer dizer, difícil, difícil pode ser um bocadinho. Quer dizer, é aquilo né, a gente pode falar *o português*, mas quem mais estudou né conhece melhor o português né. E05-H2BLP

(104) RESP: No meu bairro tem *um colégio*. Então vou perguntar quanto é. E vou fazer a matemática do meu salário pra ver se dá pra mim pagar Ø. E08-M2BMB

(v) *Traço semântico de especificidade do antecedente*

Cyrino (1997) controlou essa variável e observou que o traço [–referencial] ou [+genérico] foi o principal fator na implementação da variante objeto nulo no PB em relação aos contextos com traço [+referencial]. Os resultados de Figueiredo Silva (2004) mostram que os traços [+específico/+referencial] foram mais estatisticamente relevantes para o uso do pronome pleno, enquanto os traços [–específico/+referencial] e [–referencial] favoreceram o apagamento do objeto. Também me baseio em trabalhos com resultados semelhantes (Freire, 2000; 2005; Arruda, 2006; 2012, entre outros) que mostraram estar o uso do Pronome Pleno e do Clítico Acusativo mais relacionado ao traço semântico [+específico] e o uso do Objeto Nulo ao traço [–específico].

Dessa maneira, tenho como hipótese que, nos dados com amostras de fala do português angolano, o traço [–específico] do SN antecedente está diretamente relacionado ao apagamento do objeto direto e o antecedente [+específico] relacionado ao uso das variantes pronominais e, inclusive, do SN anafórico, coadunando com o que também se tem observado em resultados de pesquisas com amostras de fala de outras variedades do português. É importante ressaltar que o traço [±animado] já é inerente ao substantivo, porém o traço [±específico] é interpretado a partir do contexto em que se encontra, como nos exemplos que seguem:

a) [+específico]

(105) RESP: Pra mim posso dizer que começou logo quando falece *a minha mãe*. É... não conheci *a minha mãe*. E22-M3MMP

(106) RESP: Quando a UNITA nos atacou no nosso bairro, eu morava no bairro dos comunistas, então, a UNITA foi e atacou. Queria levar *o ministro, o antigo ministro, o primeiro ministro Moco, Marcolino Moco*. Eles foram, e aí eu era vizinha dele. Eles foram lá pra irem *the* buscar, só que graças a Deus não *the* encontraram. Aí... Houve muita guerra e tiroteios. E24-M3MMP

b) [–específico]

(107) RESP: *As meninas* faziam as bonecas e nós acompanhávamos Ø. E21-H3MLB

(108) RESP: [...] *o dia* tem vinte e quatro horas, né, e eu consigo dividir Ø. Eu não sei se devo explicar como é que eu faço, né? [...] mas pra quem sabe, sabe que *o tempo* é a melhor coisa que nós temos e quando saberes poupar Ø, tudo consegue-se. E31-H2UMB

(vi) *Gênero semântico do antecedente*

Esta variável foi considerada a partir da proposta de Menuzzi; Creus (2006). De acordo com os autores, gênero semântico é a classificação semântica dos substantivos e aplica-se somente àqueles que denotam classes de seres animados em que é possível identificar o sexo natural do referente (ex: mulher, homem; menino, menina etc.). Porém, existem substantivos que denotam classes incluindo ambos os sexos, não possuindo um gênero semântico específico (ex: pessoas, gente, habitantes etc.) (Menuzzi; Creus, 2006). A partir disso, é estabelecida uma possível relação entre antecedentes que possuem ou não gênero semântico com o uso da retomada anafórica, podendo, inclusive, essa categoria ser um



fator decisivo na realização do Objeto Nulo e do Pronome Pleno. A hipótese é a de que o objeto nulo é usado se o antecedente não possui gênero semântico e o pronome pleno é usado se o antecedente possui gênero semântico identificável.<sup>22</sup>

São dois fatores que compõem esta variável, considerando-se apenas antecedentes animados:

a) com [gS]

(109) PERG: E *seu patrão*, como é que tratava? [= forma de tratamento]

RESP: [...] nunca ensinaram-nos que nós tínhamos que tratar o patrão como tu ou senhor ou o quê. Nós tratávamos assim por tio, tratávamos *ele* por tio porque lá na província [= Benguela] tem muito disso, não sei quê. Então ele pedia sempre que tratássemos *a ele* como tio. E20-M2MMB

b) sem [gS]

(110) RESP: Às vezes o pai não gosta *daquela criatura*, mas nós somos obrigados a aceitar Ø porque elas não {obedecem}. E11-H3BLB

Na próxima seção, é feita a caracterização das variáveis sociais.

#### 4.2.2.2.2 Caracterização das variáveis sociais

Nesta pesquisa, foram consideradas como variáveis sociais determinados aspectos, a fim de entender a configuração do ODA no português falado em Angola. É imprescindível considerar as particularidades da comunidade analisada, por isso, além das variáveis de presença quase que obrigatória nos estudos sociolinguísticos (sexo, idade e nível de escolarização), são controlados fatores sociais entendidos também como possíveis condicionantes do fenômeno na escolha de uma ou de outra variante pelos angolanos, tais como as variáveis origem do falante, língua materna, dentre outras.

(i) *Sexo do falante*

Tradicionalmente, estudos sociolinguísticos partem do pressuposto de que as mulheres lideram o uso de formas prestigiadas em processos de mudança em progresso, rejeitando formas estigmatizadas em variações estáveis com taxas mais altas de variantes de prestígio em relação aos homens. Porém, esse não é um comportamento regular em todas as comunidades

<sup>22</sup> A abreviatura [gS] que Menuzzi; Creus (2006) utilizam para [gênero semântico] também é por mim adotada.

em relação à posição conservadora da mulher porque as formas inovadoras podem ser mais utilizadas pelas mulheres. Conforme enfatiza Labov (2008 [1972], p. 347): “Seria um grave erro formular o princípio geral de que as mulheres sempre lideram o curso da mudança linguística.” Dessa maneira, o fator sexo do falante pode revelar elementos importantes a respeito de fenômenos linguísticos numa determinada comunidade de fala, sendo que “qualquer explicação das diferenças linguísticas entre homens e mulheres deve ser relativizada em função do grupo social estudado” (Paiva, 2003, p. 41). Por conta disso, é levado em consideração o estatuto social do homem e da mulher no contexto angolano baseado na sócio-história ao analisar o comportamento linguístico dos falantes, estando ligado ao papel social que é exercido e suas práticas onde estão inseridos.

Os fatores desta variável estão divididos em:

- a) *Masculino*
- b) *Feminino*

(ii) *Faixa etária*

Esta variável foi controlada com o objetivo de fazer uma projeção histórica quanto ao uso do ODA e a comparação entre as faixas etárias possibilita observar as possíveis diferenças entre a linguagem de falantes mais jovens, adultos e idosos, analisando se o fenômeno estudado se encontra em um estágio de variação estável ou se há uma situação de mudança em progresso.

A definição e implementação do Português como língua oficial em Angola ocorreu logo após a independência do país, em 1975. Ao considerar o ano em que as primeiras entrevistas foram gravadas, em 2008, podemos inferir que somente os falantes da Faixa 1 (20 a 35 anos) nasceram em um contexto pós-independência, no qual o Português já era bem mais prestigiado, os falantes da Faixa 2 (36 a 51 anos) nasceram no período entre o processo de independência e o pós-independência, enquanto os falantes da Faixa 3 (a partir de 52 anos) vivenciaram mais o período colonial e participaram desses momentos de transição.

Relatos de angolanos entrevistados ilustram esse contexto. Destaco o de um luandense que possui 21 anos de idade (faixa 1) e tem o Português como língua materna: (111) RESP: “[...] eu não domino nenhuma língua nacional, os meus pais também não. [...] É, é raro encontrar, na minha família, alguém que domine estas línguas, é mesmo muito raro. Só a minha avó mesmo, avó paterna.” A realidade de outra luandense com 23 anos (também da faixa 1) é a seguinte: (112) RESP: “Sendo o português a nossa língua mãe não é?, desde que eu

nasci, tive contato com a língua portuguesa né? porque era a língua que predominava ou predomina o meu meio.” E ela comenta que aprendeu kimbundu somente ao ter um maior contato com a avó: (113) RESP: “Quando a minha avó foi morar conosco, saiu da província e foi viver conosco aqui em Luanda, mas não digo que aprendi [o kimbundu] cem por cento, né?” (E14-M1MLP). Seguem estes outros relatos de entrevistados mais velhos: (114) RESP: “Aprendi a falar o Português desde pequena porque é minha língua [materna]. Meus avós só falavam Umbundu, mas a minha mãe como já cresceu na cidade então aprendi a falar o Português com ela desde pequena e na escola também” (E20-M2MMB); (115) RESP: “Aprendi a língua portuguesa através do ensinamento escolar e a língua materna através da geração” (E09-H3BLB).

Portanto, a pretensão é verificar como as estratégias anafóricas de objeto direto se distribuem entre as três faixas etárias, atentando para os contextos ocorridos na sociedade angolana a partir da frequência de uso das variantes. A variável está delimitada com os fatores:

- a) *Faixa 1*: falantes de 20 a 35 anos;
- b) *Faixa 2*: falantes de 36 a 51 anos;
- c) *Faixa 3*: falantes a partir de 52 anos.

### (iii) *Escolaridade*

Com esta variável, parto do pressuposto de que a escolaridade pode atuar como um fator favorável à aquisição/aprendizagem da variante Clítico Acusativo. O cenário apresentado da língua portuguesa como oficial a partir da independência angolana revela uma valorização social do português, que passou a ser obrigatoriamente ensinado nas escolas. Portanto, deve haver um contato maior com a prescrição gramatical, favorecendo o uso do clítico *o/a* e suas flexões entre os entrevistados mais escolarizados.

Foram controlados os seguintes níveis de escolaridade:

- a) *baixa ou nula*: falantes que nunca frequentaram a escola ou que possuem até 6 anos de estudo;
- b) *ensino médio*: falantes que têm doze anos completos de estudo;
- c) *nível universitário*: falantes que possuem o ensino superior completo ou em curso.

Por acreditar que os fatores sociais analisados em pesquisas sociolinguísticas não podem ser vistos de forma padronizada, decidi controlar dois aspectos que podem influenciar

no que diz respeito ao uso das variantes pelos angolanos. Nesse sentido, atrelado ao nível de escolaridade é controlado se as atividades profissionais e a exposição à mídia lhes proporcionam ou não maior contato com a cultura letrada. Por meio da *profissão/ocupação dos entrevistados* permite-se verificar se há influência na escolha das variantes porque o tipo de trabalho pode exigir ou não uma maior atenção ao uso mais formal da língua. As atividades exercidas foram divididas em dois grupos que compõem os seguintes fatores: a) *práticas mais letradas* – entrevistados cujas profissões/ocupações diárias fazem mais uso da língua formal e possuem um maior contato com a língua escrita no desenvolvimento da atividade; e b) *práticas menos letradas* – para aqueles entrevistados que exercem profissões ou se ocupam com determinadas atividades que não exigem o uso formal da língua e pouco ou nenhum contato com a língua escrita.

(iv) *Origem*

A distribuição das estratégias de ODA em relação ao local de nascimento dos entrevistados é feita a partir do controle desta variável. Há o grupo de falantes que nasceram em Luanda e há aqueles falantes que migraram para o centro urbano luandense em busca de melhores condições de vida, principalmente durante ou após a guerra civil. Considerando o intenso cenário linguístico de Angola, diversos indivíduos chegaram à capital e tiveram que aprender o Português ou aprimorá-lo, se já o possuía como L1, para melhor se situar na cidade. Foi observado nas entrevistas que constituem o *corpus* da pesquisa que os falantes migrantes eram oriundos de zona urbana ou rural das localidades provinciais do território angolano e isso faz deduzir que os angolanos das áreas rurais podem fazer um uso mais frequente de línguas bantu (Inverno, 2009).

Os fatores considerados nesta variável são:

- a) *Luanda*
- b) *Províncias angolanas*

(116) PERG: É natural de onde?

RESP: Luanda.

PERG: Qual é a tua língua nativa?

RESP: Português.

PERG: Como é que aprendeu a falar o português?

RESP: Em casa com os pais e aprofundou-se na escola. E26-M1ULP

(117) PERG: E é natural de onde?

RESP: Malanje.

PERG: Há quanto tempo está a morar em Luanda?

RESP: Desde 98.

PERG: Qual é a sua língua materna? A primeira língua que aprendeu a falar.

RESP: Kimbundu

PERG: E fala bem o Kimbundu?

RESP: Sim, falo.

PERG: Com quantos anos aprendeu a falar o Português?

RESP: Com quantos anos?... Acho que com dez anos.

PERG: E onde que aprendeu?

RESP: Aprendi mesmo aqui em Luanda. E04-M1BMB

(118) PERG: É natural de onde?

RESP: Eu sou natural do Cuanza Sul, município da Gabela.

PERG: E há quanto tempo está a viver em Luanda?

RESP: Estou desde dois mil e três.

PERG: Poderias me dizer qual é a sua língua materna?

RESP: Português. E13-H1MMP

Na leitura das entrevistas do *corpus* analisado, percebi que os angolanos que migraram para Luanda vieram da zona rural como também da zona urbana de determinadas províncias. Conforme enfatiza Araujo (2014, p. 220): “Não há dúvida de que o ambiente rural reúne peculiaridades socioculturais que levam a que os seus padrões linguísticos e culturais sejam diversos dos urbanos.” Por essa razão, a fim de verificar a existência de diferenças na fala dos entrevistados migrantes da zona rural em relação aos da zona urbana das províncias, principalmente no tocante à ocorrência do apagamento do objeto, controlei esse aspecto relacionado à origem como *zonalidade*, estabelecendo os fatores: a) *zona urbana*; e b) *zona rural*. Esse controle não foi feito com os entrevistados nascidos em Luanda porque todos pertencem à área urbana.

#### (v) *Língua materna*

Ngunga (2004) afirma que, na maioria das línguas do grupo Bantu, qualquer nome pertencente a qualquer classe pode ser cliticizado, ou seja, pode ter o morfema co-referente de objeto (OD/OI) na estrutura da forma verbal. No entanto, o comportamento gramatical dos clíticos na função de objeto nessas línguas é diferente do apresentado no português (Changana: ‘Mazuze aphuzile **saravexja**’ / ‘Mazuze bebeu **cerveja**’ = ‘Mazuze **aliphuzile**’ / ‘Mazuze bebeu-**a**’). Dessa maneira, a forma de aquisição do Português pode influenciar o uso

das estratégias de ODA pelo fato de essa língua ter maneiras distintas de denotar noções gramaticais em relação às línguas do grupo Bantu. É importante salientar que é considerada a aquisição do Português como L1 ou L2 com base nas declarações feitas pelos próprios angolanos nas entrevistas. Alguns afirmaram ser monolíngues e outros bilíngues, assumindo que primeiro adquiriram o Português em situação familiar e, no convívio social, tenham aprendido Kimbundu/Umbundu ou vice-versa, conforme os exemplos abaixo. Os fatores considerados nesta variável são:

- a) *Português*
- b) *Línguas Bantu*

(119) PERG: Qual é sua língua materna?

RESP: Português.

PERG: Em que idade e circunstância aprendeu a falar o português?

RESP: Eu aprendi no meio de outras crianças e na escola com os amigos com quem eu:: eu lidava, os colegas [...]. Tinha mesmo que só falar português com a minha família.

E17-H2MLP

(120) PERG: Qual é a sua língua nativa?

RESP: Umbundu.

PERG: Com que idade aprendeu a falar o português?

RESP: Desde a infância mesmo. Aprendi as duas línguas quase ao mesmo tempo.

E07-H2BMB

(121) PERG: E qual é a sua língua materna?

RESP: Minha língua materna... eu tenho duas línguas materna. Chôkwe e umbundu.

PERG: Em que circunstância aprendeu o português ou como é que aprendeu a falar o português?

RESP: O português? Aprendi o português na infância, aperfeiçoei mais no:: na escola, primeiro nível, segundo, terceiro. E31-H2UMB

Como é sabido, esta pesquisa utiliza um *corpus* que retrata a complexa realidade luandense porque há falantes de Português como L1 ou L2 nascidos na própria capital e oriundos de variadas regiões do país. Nas entrevistas, há pessoas que declararam possuir somente o Português como L1 e que demonstram ter desenvolvido uma habilidade linguística de apresentar algum tipo de conhecimento com as línguas locais, assim como há falantes de Português como L2 que, frequentemente, conciliam a utilização dessa língua com línguas bantu. Alguns relatos, que foram extraídos de determinadas entrevistas, são destacados a seguir:

(122) RESP: Quimbundo eu entendo, falar é que não consigo, mas entender eu entendo.

DOC: Me diz uma coisa é::: que você não fala o quimbundo, mas em que situação você, se você falasse, em que situações você usaria o quimbundo, em que situação você usaria o português?

INF: As duas línguas porque são necessárias.

DOC: Mais assim em que sítio você falaria o quimbundo.

INF: Sítio em que eu falo o quimbundo... às vezes eu saio daqui, vou nas minhas tias que são mais e velhas não falam português. Elas falam comigo em quimbundo. Se eu soubesse também falar quimbundo, então eu falava com eles quimbundo, mas como não falo. Eu respondo em português, mas eles também entendem.

DOC: Eles entendem. Elas perguntam em quimbundo, você responde português.

INF: Respondo português, mas fico aflita porque eu também quero falar e não dá.

DOC: Não sabe [falar], entende. E02-M1BLP

(123) PERG: Com que idade aprendeu a falar a Língua Portuguesa?

RESP: Eu aprendi::: a pessoa aprendia primeiro a sua língua popular, como se chamava a língua tradicional, depois ia pra escola. Depois da língua popular, vem a língua portuguesa que aí eu aprendi mais na escola, se bem que a minha família uma boa parte já falava, eu já tinha alguma noção de português, mas eu aprendi mesmo na escola.

PERG: E quando que a professora utiliza a sua língua materna [Umbundu]?

RESP: Em minha casa com os meus filhos, as minhas vizinhas quase em sua maioria somos ali do mesmo bairro, tem lá mais velhas, idosas. Eu gosto muito de falar com as senhorinhas mais velhas. E20-M2MMB

(124) PERG: Qual é a sua língua materna?

RESP: É o quimbundo.

PERG: Fala bem o quimbundo?

PERG: Não, falo muito pouco. Tenho mais a língua portuguesa.

PERG: E quando tem que falar, fala com quem?

RESP: Falo com meu conterrâneo quando vem para cá. E35-H3UMB

(125) RESP: Falo o português porque eu cresci com ele né, o quimbundo é pro necessidade assim então com os mais velhos, senão não tem outro tipo de língua que eu possa falar. E05-H2BLP

(126) PERG: E qual é a sua língua materna?

RESP: Minha língua é quimbundo mesmo.

PERG: E onde é que a tia fala quimbundo? A tia fala quimbundo?

RESP: Eu falo mesmo quimbundo. Quimbundo é que a minha língua. Eu falo mesmo na minha casa, na praça, eu falo em qualquer sítio. E10-M3BMB

Assim, baseando-me em Brandão (2018), foi realizada uma distribuição dos entrevistados pelos seguintes fatores: a) *Fala apenas o português (o falante não entende*

*nenhuma língua bantu*); b) *Fala o português e, em alguns contextos, uma ou mais das línguas bantu*; c) *Fala o português e apenas compreende, mas não fala, uma ou mais das línguas bantu*; e d) *Fala mais uma das línguas bantu do que o português*. Dessa maneira, considerei o aspecto *língua de intercomunicação* atrelado à língua materna para demonstrar como se configura o uso das variantes na performance linguística dos entrevistados com a intenção de analisar a possível interferência do contato entre Português e Kimbundu/Umbundu na realização do ODA porque independentemente da L1 do falante pode haver uma utilização diária frequente de línguas bantu com parentes/conhecidos de sua terra natal no cotidiano da capital.

Além dessas variáveis, também criei um grupo para controlar cada entrevistado, mantendo um olhar mais atento aos falantes e verificar como o seu perfil sociolinguístico pode favorecer ou inibir o uso das variantes de objeto direto anafórico. Com base no que foi exposto nesta seção, seguem as hipóteses aventadas para as variáveis sociais. Preferi apresentá-las por último porque pode haver correlações entre elas, a saber:

- (i) **Sexo:** as mulheres com baixa ou nenhuma escolarização exibiriam maiores chances de usar a variante Objeto Nulo e SN Anafórico em sua fala em relação àquelas com um grau de escolaridade maior. Com as modificações na organização social em Luanda, há uma crescente inserção da mulher nos estudos e no mercado de trabalho. Então, essa inserção nos contextos escolares e profissionais e, conseqüentemente, a cobrança à correção linguística, favoreceriam um maior uso da variante padrão. Já os homens por exercerem papéis socialmente diferenciados, interagindo mais com pessoas de diversos níveis socioculturais, usariam com maior frequência o Clítico Acusativo.
- (ii) **Faixa etária:** foram observadas como as variantes se concentram em cada faixa etária, partindo-se da hipótese de que o Clítico Acusativo seria mais usado por falante luandenses das Faixas 1 e 2 por adotarem atitudes que levam a um padrão linguístico “mais urbano”, tendo um contato mais intenso com o Português em diversas situações sociointeracionais e por ser a L1. Em relação às variantes SN Anafórico e Objeto Nulo, não haveria diferenças significativas entre as faixas etárias.
- (iii) **Escolaridade:** o modelo de língua ensinado é inspirado no padrão do PE, que possui alto índice de uso do clítico, então, aqueles falantes angolanos



com nenhuma ou baixa escolaridade, por possuírem pouco contato com o Clítico Acusativo, presente no ambiente escolar, tenderiam mais ao uso do Pronome Pleno e do *Lhe* Acusativo Anafórico. Enquanto os falantes com maior nível de escolaridade (nível universitário) apresentariam maior frequência de uso da variante padrão. Em relação ao nível intermediário de escolarização (Ensino Médio), pode ser verificado, considerando um *continuum*, de onde mais se aproximam os entrevistados na atuação do fenômeno.

- (iv) Origem: foram considerados luandenses e migrantes angolanos, sendo que o falante que viveu em um ambiente mais exposto ao Português estaria propenso a utilizar mais o Clítico Acusativo, diferentemente daqueles que viveram em outras cidades e comunas do território angolano porque podem ter uma tendência maior para usar o Objeto Nulo ou as formas pronominais *ele/ela* e *lhe*, como reflexo do contato linguístico. Na realidade multilíngue de Luanda, devido ao intenso contato dos falantes diariamente, em diversas situações sociointeracionais na área urbana, as pessoas com Português L1 falam e/ou entendem línguas Bantu e vice-versa.
- (v) Língua materna: a hipótese levantada foi a de que os entrevistados que adquiriram o Português como língua materna tenderiam a realizar mais o Clítico Acusativo; já os que afirmaram ter adquirido a língua Umbundu ou Kimbundu como L1, possuindo o Português como L2, usariam as variantes Pronome Pleno, *Lhe* Acusativo Anafórico e Objeto Nulo com mais frequência possivelmente como um reflexo do processo de aquisição/aprendizagem tardia do Português na fase escolar. Ocorre também que boa parte dos angolanos que possuem o Português como L1 está habilitada a falar/apenas, encontrando facilidade para haver uma intercomunicação. Essa imersão linguística favoreceria, inclusive, que indivíduos menos escolarizados apreendessem de oitiva o comportamento do uso pronominal, produzindo também a variante padrão.

Após a etapa de levantamento e de codificação de dados, é necessário submetê-los à ferramenta estatística para que o processamento seja realizado e eles precisam estar devidamente codificados. Assim, depois de estabelecidos os critérios para o levantamento das

ocorrências de ODA e definidas as variáveis linguísticas e sociais a serem controladas na pesquisa, mostrados nesta seção, foram atribuídos códigos a cada variante e aos fatores das variáveis independentes. A codificação pode ser feita utilizando-se letras, números e símbolos dos caracteres disponíveis no computador, estando sempre atento para que cada código corresponda a um único fator dentro da variável (Coelho *et al.*, 2015, p. 135) e que, preferencialmente, seja mnemônico para ajudar a lembrar do fator durante as rodadas e na leitura dos resultados porque eles são gerados pelo programa por meio desses códigos.

A seguir, são feitas algumas considerações sobre os procedimentos adotados no uso da ferramenta estatística para o cálculo da frequência bruta e dos pesos relativos quanto à realização das estratégias de objeto direto anafórico.

#### 4.2.3 O suporte estatístico

Nesta pesquisa, foi realizada uma análise estatística dos dados. De acordo com Guy (2007), existem três fases em análise quantitativa: (i) coleta de dados; (ii) redução e apresentação de dados; (iii) interpretação e explicação de dados. Na seção 5.1.1.1 deste capítulo demonstrei como foi constituído o *corpus* para a coleta de dados e mostrei exemplos de dados levados em consideração com as escolhas das variáveis que podem favorecer ou inibir a realização de uma ou de outra variante. O próximo passo é a interpretação e explicação dos resultados. Ainda segundo o autor:

A fase de interpretação e explicação é aquela em que tentamos responder à questão: o que isso significa? A explicação, obviamente, está além do domínio da metodologia; explicações satisfatórias virão do nosso conhecimento e experiência como linguistas e das teorias que desenvolvemos sobre a natureza da linguagem humana. Há, no entanto, uma variedade de métodos quantitativos que podem nos ajudar a ir ao encontro desse fim, permitindo-nos tirar interferências dos dados, testar hipóteses e interpretar os resultados (Guy, 2007, p. 21).

Porém, apenas o resultado das frequências relativas de uso das variantes não é o suficiente porque elas evidenciam apenas os resultados gerais de como é a variação na comunidade de fala estudada, sendo necessário trabalhar com a análise de regra variável. Na definição de Guy (2007, 33-34), “é um tipo de análise multivariada amplamente empregada em estudos de variação linguística hoje em dia. Seu propósito é separar, quantificar e testar a significância dos efeitos de fatores contextuais em uma variável linguística.” Os grupos de fatores condicionantes podem ser tanto sociais ou linguísticos e o processamento estatístico é

feito com a ajuda de programas computacionais, demonstrando ao pesquisador que a variação linguística não é caótica permitindo-se que se façam projeções para compreender a variação estudada.

Um desses programas de análise multivariada existentes é o GoldVarb X, desenvolvido por Sankoff; Tagliamante; Smith (2005) e adotado por mim como suporte estatístico. Uma grande vantagem de se fazer estudos com esse tipo de ferramenta é que permite observar, com base nas variáveis independentes, além das frequências relativas, os pesos relativos que são valores resultantes da comparação entre todos os fatores controlados no estudo. Na análise quantitativa com pesos relativos, “cada fator recebe um ‘peso’ (‘valor do fator’ ou ‘probabilidade’), um número entre 0 e 1, que caracteriza o efeito desse fator sobre a regra variável em questão (quanto mais alto o número, maior a chance de a regra se aplicar quando esse fator estiver presente no contexto)” (Guy, 2007, p. 51).

Assim, com o auxílio dessa ferramenta, obtêm-se os seguintes resultados: (i) as frequências das ocorrências das variantes associadas a cada um dos fatores das variáveis independentes; (ii) o peso relativo de cada um dos fatores das variáveis independentes; (iii) a seleção das variáveis independentes estatisticamente relevantes numa ordem estabelecida; (iv) o *input*, o *log-likelihood* e o nível de significância dos resultados obtidos. Convém destacar que o GoldVarb X é uma ferramenta de trabalho disponível para análises multivariadas, sendo indispensável o pesquisador fazer suas interpretações a partir dos resultados numéricos fornecidos pelo programa.<sup>23</sup> Dessa maneira, “[...] o trabalho quantitativo não é um substituto, mas apenas um acessório para a análise linguística. [O programa] apenas realiza manipulações matemáticas sobre um conjunto de dados. Ele não nos diz o que os números significam, muito menos faz linguística por nós” (Guy, 2007, p. 65).

Por conta disso, Guy; Zilles (2007) definem a interpretação dos resultados como uma tarefa complexa porque não depende somente dos princípios estatísticos, há também a necessidade de recorrer às teorias sociais e linguísticas que serviram de base para a concepção do estudo realizado seja na definição das hipóteses, nos grupos de fatores estabelecidos, no perfil das variantes da variável dependente etc. De fato, o programa GoldVarb X calcula as frequências brutas independentemente se o fenômeno linguístico é de caráter binário, ternário ou eneário em relação às variantes, no entanto, realiza somente rodadas binárias para gerar o peso relativo. Então,

---

<sup>23</sup> Pode-se verificar uma descrição mais detalhada dos procedimentos metodológicos adotados para alcançar os resultados desta pesquisa e maiores informações sobre o tratamento estatístico das ocorrências que é feito no programa computacional em Guy; Zilles (2007), especificamente na parte II – Guia prático para o uso da metodologia quantitativa em sociolinguística.

[...] deve-se sempre lembrar que os percentuais nos dão as frequências de ocorrência das variantes nos contextos examinados, e que elas resultam de um cálculo univariado (não levam em conta, simultaneamente, a distribuição dos dados em relação a outros grupos de fatores), ao passo que os pesos calculam os efeitos dos fatores de cada grupos em relação ao nível geral de ocorrência das variantes e resultam de uma análise multivariada (Guy; Zilles, 2007, p. 211).

Como foram identificadas seis variantes na variedade angolana do português como estratégias de objeto direto anafórico (Clítico Acusativo, Pronome Pleno, Pronome Pleno Preposicionado, *Lhe* Acusativo Anafórico, SN Anafórico e Objeto Nulo), optei por fazer as rodadas binárias no GoldVarb X em função do apagamento do objeto (aplicação da regra) contraposto às outras variantes. Essa decisão foi tomada com base numa rodada eneária preliminar realizada quando foi verificado que a frequência de uso do Objeto Nulo é bastante expressiva na fala de angolanos.

No capítulo seguinte, será realizada a análise dos resultados estatísticos obtidos por meio do programa GoldVarb X. Tais resultados são apresentados em tabelas e gráficos, sendo interpretados como a variação linguística está refletida na quantificação dos dados. Inicialmente, é feita a descrição dos dados no *Corpus* Luanda e, posteriormente, a descrição das variantes de acordo com o desempenho linguístico de luandenses e de migrantes, separadamente, em amostras de fala específicas, permitindo, assim, a sistematização do fenômeno estudado.

## 5 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados os resultados da análise da variação no uso do objeto direto anafórico na fala de angolanos residentes na cidade de Luanda (luandenses e migrantes), com o objetivo de descrever e discutir a situação sociolinguística do português angolano. As ocorrências das variantes foram levantadas e codificadas de acordo com os grupos de fatores linguísticos e sociais pré-estabelecidos, submetendo-as, posteriormente, ao programa GoldVarb X como suporte estatístico.

### 5.1 OBJETO DIRETO ANAFÓRICO NO PORTUGUÊS ANGOLANO

“Com base na análise de dados reais retirados de situações naturais de fala, [é possível] observar que o caráter heterogêneo da língua falada é simplesmente uma questão de aparência: à heterogeneidade subjaz um sistema, devidamente estruturado.”

*A pesquisa sociolinguística,*  
Fernando Tarallo (1985)

#### 5.1.1 Descrição e análise dos dados

Esta análise tem como foco a regra variável do objeto direto anafórico no português falado por luandenses e migrantes na zona urbana da capital angolana. Durante o processo de levantamento das ocorrências de objeto direto, em dados orais, constatei quais estratégias são usadas pelos angolanos na retomada anafórica de um antecedente SN e verifiquei como se configura o contexto de realização. A partir da metodologia descrita no capítulo anterior, foram levantadas e codificadas as ocorrências de objeto direto anafórico, sendo consideradas e excluídas as que condiziam aos critérios apresentados na seção 4.2.2. Um total de 903 ocorrências constituem a base de dados desta pesquisa, obtendo os seguintes resultados:

**Tabela 19** - Distribuição geral das variantes de ODA nos dados analisados

VARIANTES	Ocorrências	%
Clítico Acusativo	27	3%
Pronome Pleno	09	1%
Pronome Pleno Preposicionado	2	0.2%
<i>Lhe</i> Acusativo Anafórico	23	2.5%

SN Anafórico	375	41.5%
Objeto Nulo	467	51.8%
<b>TOTAL</b>	903	100%

Fonte: Elaboração própria.

Há um uso mais expressivo, no falar angolano, das variantes Objeto Nulo e SN Anafórico, com 51.8% e 41.5%, respectivamente. As outras variantes têm uma baixa frequência entre os dados analisados, com 3% para o Clítico Acusativo, 2.5% para o *Lhe* Acusativo Anafórico; o Pronome Pleno apresenta um percentual de 1% e são registradas apenas duas ocorrências do Pronome Pleno Preposicionado, com 0.2%.

Do total de ocorrências, foram obtidos os seguintes resultados com as subamostras:

**Tabela 20** - Distribuição das ocorrências das variantes nas subamostras

VARIANTES	SUBAMOSTRAS			
	Luandenses		Migrantes	
	N° de ocorr.	%	N° de ocorr.	%
Clítico Acusativo	20	5.2%	7	1.4%
Pronome Pleno	5	1.3%	4	0.8%
Pronome Pleno Preposicionado	1	0.3%	1	0.2%
<i>Lhe</i> Acusativo Anafórico	9	2.3%	14	2.7%
SN Anafórico	163	42.1%	212	41.1%
Objeto Nulo	189	48.8%	278	53.9%
<b>TOTAL</b>	387	100%	516	100%

Fonte: Elaboração própria.

Nas duas subamostras, a variante mais utilizada é o Objeto Nulo, registrando-se uma frequência de 48.8% entre os luandenses e 53.9% entre os migrantes. O SN Anafórico foi a segunda variante com maior frequência, apresentando, inclusive, percentuais muito próximos (42.1% e 41.1%) como exposto na tabela acima. Os resultados da pesquisa também apontam que o contexto linguístico mais favorecedor para o uso dessas variantes é com SN antecedente [–animado], ambas exibindo uma média percentual de 70%. Em se tratando do traço de especificidade, há uma diferença no uso porque o SN Anafórico se mostrou mais frequente com antecedentes [+específico] e o Objeto Nulo se mostrou ser a variante mais frequente para antecedentes [–específico].

(127) RESP: [...] e levantar *vigota* pra meter por cima, acertos que temos que fazer, Quando estamos a fazer primeiro andar, meter *as vigotas* por cima e é muito pesado [...]. E01-H1BLP

(128) RESP: [...] eram indivíduos que não tinham uma formação ligada à *antropologia*, [...] e faziam *antropologia* por uma questão de hobby.  
E25-H1ULP

(129) RESP: [...] para dar *dinheiro* ao Estado, não é para dar Ø ao povo. E21-H3MLB

(130) RESP: Eu gosto, só que quando assisto *televisão* hoje em dia já não consigo. Pronto, já não assisto Ø mais. E08-M2BMB

No geral, é registrado um baixo índice das variantes pronominais, sendo que juntas somam menos de 10% em cada subamostra. A variante Clítico Acusativo foi pouco utilizada entre os migrantes, sendo registradas apenas 07 ocorrências (1.4%) contra as 20 entre os luandenses (5.2%). O uso do clítico apresentou ambientes linguísticos bem específicos: (i) há uma nítida preferência pelas formas “*lo*” e “*la*” seguindo o verbo no infinitivo, com 19 ocorrências (70%), e as demais 8 ocorrências (30%) são usadas com o presente do indicativo e o pretérito; (ii) o traço semântico revelou influenciar, não havendo dúvida de que os antecedentes SNs com traço [+animado] e [+específico] favorecem mais o uso do Clítico Acusativo

(131) RESP: *Ela* [= a esposa] pertencia a outra igreja né...depois fui atrevido, fui conversar com ela né... [...] Nunca levei, mas tô com precisão de levá-*la*. E05-H2BLP

(132) RESP: Como militar tenho que pertencer portanto a escolher [inint] por isso é eu tô a formar *algumas ideias*, já tenho algumas propostas pra tentar impulsioná-*las* que nós vemos se damos outra dinâmica no funcionamento das Forças Armada em função do curso que estou a tirar. E31-H2UMB

(133) RESP: *Todos esses órgãos* que tu citaste, utilizo-*os*. E14-M1MLP

(134) RESP: Hoje e amanhã será *a mulher* a comandar porque *a* temos que aceitar nós homens. [...] [...] quem *a* oprime tem condições de melhor ver os preços da opressão. E33-H3ULP

(135) RESP: [*os cidadãos*] Por exemplo, teremos que ter também por outro lado estatísticas que *os* permitissem verificar este crescimento de número de mulheres nos lugares de chefia [...]. E34-M3ULP

Quanto à variante Pronome Pleno, foram registradas 05 ocorrências (1.3%) entre os luandenses e 04 (0.8%) entre os migrantes. A expectativa era de que os índices de uso fossem mais altos, principalmente para os falantes oriundos de outras províncias angolanas e falantes do português como L1. De um total de 09 ocorrências, essa variante apresentou 07 (78%) com antecedentes SNs de traço [+animado] e [+específico].

(136) RESP: Só pensava nos *mos filhos*. Se eu morrer com que é que vão ficar? Do jeito que *eles* são, no vai ser fácil uma tia aguentar *eles*. E06-M2BLP

Nos dados levantados, foram encontradas duas ocorrências do *ele* acusativo com a preposição *a* como uma estratégia de objeto direto anafórico, denominando-se a variante como Pronome Pleno Preposicionado, sendo uma ocorrência nos dados de fala luandense (0.3%) e a outra entre migrantes (0.2%). Ao estudar a variedade moçambicana do português, Marques de Sousa (2021) registrou nove ocorrências desse mesmo uso no *corpus* utilizado. Segundo o autor, essa variante já foi apontada na fala de moçambicanos pela pesquisadora Perpétua Gonçalves, principalmente com referente [+animado], e que essa variante tem um caráter contrastivo no PE (“Eu vi a ele e não a ela”), embora ele não tenha encontrado nenhuma ocorrência entre os falantes lusitanos ao realizar o seu estudo comparativo de variedades do português. Inverno (2009) observa que o uso do pronome *ele* como forma de objeto direto se mantém como registro bastante informal dos falantes de PE como uma função enfática (“Olha ele!”), principalmente quando precedido da preposição *a* (“Vi-a a ela a passear”).

As duas únicas ocorrências com dados angolanos foram apresentadas nos exemplos (49) e (109), . O primeiro dado apareceu na entrevista E06. Trata-se de uma mulher da faixa etária 2 (45 anos), estudou até a 5ª classe e trabalha como peixeira. Nasceu em Luanda, possui o português como L1 e em alguns contextos fala kimbundu com pessoas mais velhas, principalmente a mãe. Ela utiliza dois pronomes plenos dentre os 14 dados levantados de sua entrevista.

Dado 1:

(49) RESP: Eu mesmo aqui onde eu estou, muitas vezes ralho com os meus filhos. Eu às vezes estou a chamar o *S*. [= um dos filhos] ele fica, fica, dois, três minutos no consegue me responder e eu já chamei *a ele* três vezes e quando ele responde pra me no vai responder: “Ôh mama, não eu estou aqui.” “O que é isso? Eu no sou da tua confiança, ñõ sou tua amiga pra você me responder assim.” E06-M2BLP



O segundo dado está registrado na entrevista E20. Trata-se de uma mulher da faixa etária 2 (39 anos), estudou até a 10ª classe e trabalha no ramo de hotelaria. Nasceu na província do Huambo, já morou em Benguela por 10 anos e morava em Luanda há 3 anos na época da entrevista. Fala umbundu como L1 e aprendeu português em casa e na escola. Utiliza o umbundu com os mais velhos (avós, tios, mãe) e também com os mais jovens que conheçam a língua. Ela também utiliza dois pronomes plenos dentre os 50 dados levantados de sua entrevista (incluindo um clítico acusativo).

Dado 2:

(109) PERG: E *seu patrão*, como é que tratava? [= forma de tratamento]

RESP: [...] nunca ensinaram-nos que nós tínhamos que tratar o patrão como tu ou senhor ou o quê. Nós tratávamos assim por tio, tratávamos *ele* por tio porque lá na província [= Benguela] tem muito disso, não sei quê. Então ele pedia sempre que tratássemos *a ele* como tio. E20-M2MMB

Foi observado que o SN antecedente das duas ocorrências de Pronome Pleno Preposicionado possui os traços [+animado] e [+específico], então decidi considerar apenas uma variante referente à realização do *ele* acusativo, amalgamando os dados. Além de registrada a realização dessa variante nos dados de Angola, foram encontradas 23 ocorrências de *lhe* como acusativo anafórico com 09 (2.3%) para os luandenses e 14 (2.7%) para os migrantes. Esse uso também é visto no levantamento de dados feito por Marques de Sousa (2021) ao analisar o português são-tomense, encontrando duas ocorrências. Tratada por *lheísmo*, essa troca do *o/a* pelo *lhe* é uma estratégia já atestada em variedades africanas e pode ser interpretada como influência das línguas autóctones sobre as variedades portuguesas faladas nos países africanos, já que em muitas línguas bantu, não há uma distinção formal entre os complementos acusativos e dativos (Gonçalves, 2013 *apud* Marques de Sousa, 2021, 169).

Ao analisar a interferência do kimbundu no português de Luanda, Mingas (2000) destaca o seguinte:

A partir do kimbundu, onde o pronome pessoal em função de complemento directo e/ou indirecto é representado pelo mesmo morfema /mu/, o locutor do kimbundu ao falar português não faz distinção entre /o/, /a/, pronome pessoal em função de complemento directo, e /lhe/, o mesmo tipo de pronome, mas, desta feita, em função de complemento indirecto, o qual pode aparecer amalgamado com os pronomes /o/, /a/ (complemento directo) em /-lho/ e/ou /-lha/ (Mingas, 2000, p. 71).

A autora destaca estes exemplos do kimbundu:

ngamumono kya	ngamubane mahonjo	o mundele yo, eye wondomwambata?
nga- <b>mu</b> -mono/kya	nga- <b>mu</b> -bane/ma-honjo	o mundele/yo/eye/u-ondo- <b>mu</b> -ambata
eu/ <b>o</b> /ver+perfectivo/já	eu/ <b>lhe</b> /dar+perfectivo/bananas	branco/ese/tu/tu-futuro- <b>o</b> -levar
“eu já o vi”	“eu dei-lhe (umas) bananas”	“esse branco aí, vais levá-lo?”

Depois enfatiza que os angolanos tendem a utilizar a mesma lógica de construção, visto que têm como referência a língua bantu que apresenta construções onde o pronome *mu* possui a mesma estrutura formal em função de complemento direto ou indireto. Inverno (2009) adverte que o uso do *lhe* como objeto direto é considerado agramatical mesmo entre os falantes pouco escolarizados do PE. Vale ressaltar que não foram encontrados casos de *lho* e *lha*, no *corpus* analisado, conforme descrito acima; foi percebido que todas as 23 ocorrências de *Lhe* Acusativo Anafórico foram realizadas com o antecedente possuindo o traço [+humano] e 13 contextos de uso da variante com verbo no infinitivo.

(137) PERG: *Os meninos* já conseguem voltar para casa sozinhos?

RESP: Não, ficam na casa da minha irmã na hora de sair da escola. Vou *lhes* apanhar para irmos para nossa casa. E02-M1BLP

(138) PERG: O que é que achas que leva *os jovens* agora a envolverem-se com grupos? É pela falta de estudo ou falta de trabalho?

RESP: Falta de trabalho, estudo não falta. A maioria entram em grupos porque quando vêm à escola tem outros grupos, ou então pessoas que... pessoas que recebem coisas na escola, mas pra que quando que venha receber e ter como alguém *lhe* defender, entende? Também entra num grupo. Pelo menos se ele receber, aí chama o grupo dele pra vir *lhe* acudir. E15-H1MLP

(139) RESP: [...] *aquele amigo* que eu sinto que tamos sempre a conviver, quando eu quero aconselhar, chamo-*lhe* de maneira particular né e digo-lhe mesmo você, já outras pessoas, assim que eu disse da igreja, da escola, digo “Como é tá aí”? E14-M1MLP

(140) RESP: [...] *o jovem* a entrar no táxi e a querer me tirar a pasta, mas graça que como também tava com uma gasosa a beber aquela hora e só fiz assim, sem se preparar mesmo, lhe despejei a Coca-Cola e *lhe* atingiu toda a face, foi já o suficiente me defender, o cobrador também... foi dinâmico e ajudou muito. E36-M3UMB

A seguir, passo a apresentar a frequência de uso das variantes na amostra angolana para que se tenha uma visão geral do fenômeno em estudo sob a atuação dos aspectos sociais controlados na pesquisa em relação ao tratamento dos dados.

## I. SEXO DO FALANTE

**Tabela 21** - Frequência de uso das variantes em relação ao sexo do falante na amostra angolana

Fatores	Variantes				
	CA	PP	LA	SN	ON
Masculino	19 5%	3 0.8%	8 2.1%	151 39.7%	199 52.4%
Feminino	8 1.5%	8 1.5%	15 2.9%	224 42.8%	268 51.2%
TOTAL	27	11	23	375	467

Fonte: Elaboração própria.

Na leitura horizontal da tabela, é possível observar que existe uma estabilidade quanto ao uso da variante Objeto Nulo entre angolanos do sexo masculino e feminino com 52.4% e 51.2%, respectivamente. O Clítico Acusativo se destacou entre os homens (5%) e o *Lhe* Acusativo Anafórico entre as mulheres (2.9%), no entanto, não há muita diferença para com o sexo masculino (2.1%). Ao comparar as subamostras, separadamente, o apagamento do objeto se destaca na fala de angolanos migrantes entrevistados de ambos os sexos, com 56% para os homens e 52.6% para as mulheres, sendo constatada uma maior realização do Clítico Acusativo entre os homens luandenses, com 15 dados (8%), já as mulheres migrantes que mais utilizaram o pronome *lhe* como acusativo anafórico, com 10 dados (3.1%).

## II. FAIXA ETÁRIA

**Tabela 22** - Frequência de uso das variantes em relação à escolaridade na amostra angolana

Fatores	Variantes				
	CA	PP	LA	SN	ON
Faixa 1 (20 a 35 anos)	9 3.2%	3 1.1%	10 3.5%	105 37.2%	155 55%
Faixa 2 (36 a 51 anos)	6 1.7%	7 1.9%	6 1.7%	158 43.6%	185 51.1%
Faixa 3 (a partir de 52 anos)	12 4.3%	1 0.2%	7 2.5%	112 43.2%	127 50%
TOTAL	27	11	23	375	467

Fonte: Elaboração própria.

As frequências da faixa etária, quanto ao uso do Objeto Nulo, demonstram que a variante foi mais utilizada nas três faixas etárias, com 55% (F1), 51.1% (F2) e 50% (F3). Na leitura vertical da tabela, é percebido que o *Lhe* Acusativo Anafórico também se destacou na faixa 1 (3.5%) e a variante Clítico Acusativo se destacou na faixa 3 (4.3%).

### III. ESCOLARIDADE

**Tabela 23** - Frequência de uso das variantes em relação à escolaridade na amostra angolana

Fatores	Variantes				
	CA	PP	LA	SN	ON
Baixa ou nula	2 0.7%	4 1.3%	9 3%	125 41.3%	163 53.7%
Ens. Médio	6 1.9%	5 1.6%	9 3%	141 45.3%	150 48.2%
Nível Universitário	19 6.6%	2 0.7%	5 1.7%	109 37.7%	154 53.3%
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>11</b>	<b>23</b>	<b>375</b>	<b>467</b>

Fonte: Elaboração própria.

Supus que a frequência do Clítico Acusativo crescesse com o aumento da escolaridade dos angolanos. Esse comportamento foi comprovado com os dados de fala, sendo que a maior frequência de uso ficou entre os entrevistados universitários, com 6.6%, dando-se a entender que o clítico é aprendido na escola pelos angolanos. O *Lhe* Acusativo Anafórico se destacou na fala dos entrevistados de baixa ou nula escolaridade e com ensino médio, apresentando uma frequência de 3%. Já o apagamento do objeto mais se destacou entre os entrevistados de baixa ou nula escolaridade e de nível universitário, com 53%.

Também foi controlado um aspecto que pode atuar quanto ao uso das variantes atrelado ao nível de escolaridade que é a profissão/ocupação e constatei que aqueles entrevistados que lidam com práticas mais letradas fizeram mais uso do Clítico Acusativo (4.8%), já os que mais utilizaram o Objeto Nulo estão relacionados às práticas menos letradas (54.7%).

**Tabela 24** - Frequência de uso das variantes em relação à profissão/ocupação na amostra angolana

Fatores	Variantes				
	CA	PP	LA	SN	ON
Prática mais letradas	21 4.8%	4 0.9%	10 2.3%	191 43.5%	213 48.5%
Prática menos letradas	6 1.3%	7 1.5%	13 2.8%	184 39.7%	254 54.7%
TOTAL	27	11	23	375	467

Fonte: Elaboração própria

Houve um uso equilibrado em relação ao *Lhe* Acusativo Anafórico com 2.3% para os angolanos que atuam diariamente com práticas mais letras e com 2.8% para aqueles que atuam com práticas menos letradas, como mostrado na tabela abaixo, fato que chama a atenção porque dá a entender que o uso dessa variante inovadora não seja estigmatizado socialmente.

#### IV. ORIGEM

**Tabela 25** - Frequência de uso das variantes em relação à origem na amostra angolana

Fatores	Variantes				
	CA	PP	LA	SN	ON
Luanda	20 5.7%	6 1.7%	9 2.5%	146 41.4%	172 48.7%
Províncias angolanas	7 1.3%	5 0.9%	14 2.5%	229 41.6%	295 53.6%
TOTAL	27	11	23	375	467

Fonte: Elaboração própria.

As frequências das variantes demonstram que aqueles entrevistados nascidos em Luanda utilizaram o Clítico Acusativo com mais frequência (5.7%) e algo semelhante ocorre com a variante Pronome Pleno (1.7%), sendo também mais utilizados. Quanto ao *Lhe* Acusativo Anafórico e ao SN Anafórico, mantêm-se um índice de uso idêntico entre os fatores com 2.5% e por volta dos 41%, respectivamente. O Objeto Nulo se destacou entre os nascidos em províncias e que migraram para a capital, com 53.6%.

Todos os entrevistados luandenses que compõem a amostra nasceram na zona urbana da capital, mas esse mesmo controle não pôde ser feito com os migrantes angolanos residentes em Luanda no período de gravação das entrevistas para a constituição do banco de dados do Projeto Em Busca das Raízes do Português Brasileiro, conforme explanado no capítulo da

metodologia. Dessa maneira, foram entrevistados migrantes oriundos tanto da zona urbana quanto da zona rural das províncias angolanas.

Decidi verificar como se configura o uso das variantes tendo em vista a zonalidade dos migrantes, partindo da premissa de que os falantes da zona urbana tenderiam a utilizar mais o Clítico Acusativo, enquanto os falantes da zona rural utilizariam mais o Pronome Pleno, o SN Anafórico, o Objeto Nulo e, inclusive, a forma mais inovadora *Lhe* como acusativo anafórico, sendo reflexo do possível contato entre línguas, por serem línguas bantu mais faladas em áreas rurais.

**Tabela 26** - Frequência de uso das variantes em relação à zonalidade dos migrantes na amostra angolana

Variantes	Migrantes				
	CA	PP	LA	SN	ON
Zona urbana	4 1.4%	3 1%	10 3.5%	89 39.1%	142 55%
Zona rural	3 1.2%	2 0.8%	4 1.6%	115 46.2%	125 50.2%
TOTAL	7	5	14	211	267

Fonte: Elaboração própria.

A partir do que se evidencia na tabela acima, o Objeto Nulo é a variante mais utilizada, apresentando frequência de uso em ambas as áreas por volta de 50%. O Clítico Acusativo demonstrou ser apenas um pouco mais usado na zona urbana, assim como o Pronome Pleno, contrariando, nesse sentido, a hipótese de que os migrantes da zona rural tenderiam a usar mais a variante *ele* acusativo e menos clítico *o/a* e flexões. A variante *Lhe* Acusativo Anafórico mostrou-se mais produtiva entre os falantes migrantes da zona urbana, contrariando também a hipótese de que essa variante inovadora fosse mais favorecida pelos entrevistados migrantes oriundos da zona rural. O SN Anafórico que se demonstrou ser mais produtiva na zona rural, porém com uma diferença de menos de 10% comparando-se à zona urbana.

## V. LÍNGUA MATERNA

**Tabela 27** - Frequência de uso das variantes em relação à língua materna na amostra angolana

Fatores	Variantes				
	CA	PP	LA	SN	ON
Português	21 5.6%	6 1.6%	13 3.4%	152 40.3%	185 49.1%
Línguas bantu	6 1.1%	5 1%	10 1.9%	223 42.4%	282 53.6%
TOTAL	27	11	23	375	467

Fonte: Elaboração própria.

Na leitura vertical da tabela, pode ser observado que os angolanos que possuem línguas bantu como L1 realizaram mais o apagamento do objeto, com 53.6%, corroborando a hipótese. O uso do SN anafórico manteve-se equilibrado. Em se tratando das formas pronominais, a hipótese também foi corroborada quanto ao uso do Clítico Acusativo apresentando maior índice de uso entre os angolanos que possuem o português como L1 (5.6%), em contrapartida, foram os que mais favoreceram o uso do Pronome Pleno (1.6%) e do *Lhe* Acusativo Anafórico (3.4%). Esse resultado contrariou as expectativas porque esperava que os angolanos falantes do kimbundu e umbundu como língua materna fosse os que mais favorecessem o uso das formas *ele/ela* e *lhe*.

A fim de complementar essa variável, também considerei o contexto multilíngue angolano ao controlar a variável Língua de intercomunicação, baseando-me em uma pesquisa realizada por Brandão (2018) sobre a concordância nominal nas variedades moçambicana e santomense do português. Durante o processo de codificação dos dados, atentei que foram poucos os participantes da amostra utilizada que declararam falar apenas o português. Então, tendo em vista o multilinguismo, para o controle dessa variável, amalgamei o fatores 1 (fala só Português) ao fator 3 (fala o Português e apenas compreende, mas não fala, uma ou mais das línguas locais) passando-se a ser considerado como único fator *fala só Português ou fala só Português, mas compreende línguas locais*. Também não houve participantes que declararam em entrevista usar uma ou mais de uma língua local no dia a dia com mais frequência em relação ao Português, por isso eliminei o fator 4 (fala mais uma das línguas locais do que o Português) nos baseando na configuração do *corpus* analisado. No entanto, não se pode negar que essa situação possa existir na capital luandense, mesmo que de forma localizada, ou, principalmente, em alguma(s) área(s) do interior de Angola, como dá a entender neste trecho da entrevista de uma participante: (141) PERG: A avó aprendeu a falar

primeiro o português ou o umbundo? RESP: Não... onde eu vim, eu aprendi falar memo o umbundo. Lá na minha terra, é:: no mato, só falava memo umbundo [...]<sup>24</sup> E12-M3BMB.

**Tabela 28** - Frequência de uso das variantes em relação à língua de intercomunicação na amostra angolana

Fatores	Variantes				
	CA	PP	LA	SN	ON
Fala apenas o português ou fala o português, mas compreende línguas bantu locais	8 4.5%	6 3.5%	7 4%	74 42%	176 46%
Fala o português e, em alguns contextos, uma ou mais das línguas bantu locais	7 1.1%	5 0.8%	12 2%	255 41.6%	334 54.5%
TOTAL <sup>25</sup>	15	11	19	329	415

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados confirmam a expectativa em relação a essa variável. O Clítico Acusativo foi mais utilizado por aqueles angolanos que diariamente têm mais contato com o português em seus contextos de intercomunicação, com 4.5%, e o uso do Objeto Nulo foi mais favorecido pelos entrevistados que, apesar de falarem o português diariamente, também usam línguas bantu (54.5%). O uso do SN anafórico apresenta uma frequência equiparada entre os fatores, conforme pode ser evidenciado na tabela e, fazendo a sua leitura vertical, é percebido que a frequência do Pronome Pleno e do *Lhe* Acusativo Anafórico, apresentando índices de 3.5% e 4%, respectivamente, o que contraria a hipótese de que o uso dessas formas pronominais seria mais inibido pelos falantes que tivessem mais contato com o português como língua de intercomunicação.

Após esses resultados gerais mostrados acima, dando continuidade à análise dos dados, decidi agrupar as formas pronominais Clítico Acusativo, Pronome Pleno e *Lhe* Acusativo Anafórico por apresentarem comportamento linguístico semelhante, denominando a variante de Pronome Acusativo Anafórico. Feito isso, foram realizadas as rodadas binárias levando-se em consideração o Objeto Nulo como regra de aplicação.

<sup>24</sup> Foi notado que alguns entrevistados fazem uso da expressão “mato” como referência à zona rural da província de origem.

<sup>25</sup> Há uma diferença no total de dados desta tabela no tocante às outras porque não foi possível controlar os fatores relacionados à variável em todos os entrevistados.



## 5.1.1.1 Objeto Nulo versus Pronome Acusativo Anafórico: variáveis selecionadas

Na primeira rodada, comparei as variantes *objeto nulo* com as *formas pronominais* (528 dados) para verificar quais fatores estariam diretamente relacionados ao apagamento do objeto na fala de angolanos em determinados contextos de uso dessas estratégias.

**Tabela 29** - Cômputo da rodada Objeto Nulo x Pronome Acusativo Anafórico

Variantes	Número de ocorrências / (%)
Objeto Nulo	467 (88.4%)
Pronome Acusativo Anafórico	61 (11.6%)
TOTAL	528 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Tabela 29, foi registrada uma alta frequência de uso da variante objeto nulo (88.4%) contra os pronomes (11.6%) nos dados de amostra de fala angolana. Nesta rodada, quatro variáveis foram selecionadas com *Input 0.955*, *Log likelihood = -128.308* e *Nível de significância = 0.029*, como condicionantes do objeto nulo, seguindo-se esta ordem de relevância estatística: *traço semântico de animacidade do antecedente*, *traço semântico de especificidade do antecedente*, *função sintática do antecedente*, *origem e forma verbal*.

*1ª variável selecionada: Traço semântico de animacidade do antecedente*

O traço semântico de animacidade do SN antecedente foi a variável que mais se mostrou importante no apagamento do objeto. Esse fator foi considerado por sempre se mostrar bastante relevante em pesquisas anteriores, associando-se o traço [–animado] à realização do Objeto Nulo. A tabela abaixo apresenta os resultados relativos ao traço [±animado] do antecedente.

**Tabela 30** - Realização do objeto nulo em relação ao traço de animacidade do antecedente

Traço semântico do antecedente [±animado]	OBJETO NULO		
	Ocorrências	%	Peso Relativo
[+animado]	116/166	69.9%	0.147
[–animado]	351/362	97.0%	<b>0.691</b>
TOTAL	467/528	88.4%	---

Fonte: Elaboração própria.

Conforme se pode observar na Tabela 30, o traço semântico [–animado] favorece o apagamento do objeto, apresentando peso relativo 0.691, e inibe o uso de formas pronominais

como acusativo anafórico, sendo essa variante mais favorecida geralmente por antecedentes com traço [+animado]. O resultado confirma nossa hipótese, mostrando que na variedade angolana do português também é mais recorrente apagar o objeto quando o traço é [-animado], como nos exemplos (142a) e (142b). Assim sendo, quando o traço do antecedente for [+animado] é bem mais provável que o falante angolano utilize uma forma pronominal como acusativo anafórico, como em (143a) e (143b), por exemplo. Esse resultado confirma o que foi referendado por Omena (1978), Duarte (1986), Fagundes (1997) entre outros autores.

(142) [-animado]

- a) RESP: Eu quando saí de lá pra cá falava só português porque a senhora [= antiga patroa] falava muito bem português e lá na casa da senhora não nos deixava falar *quimbundo*. Mas eu entendo Ø, falar é que não consigo, mas entender, eu entendo. E08-M2BMB
- b) PERG: E está a gostar do *curso*?  
RESP: Tou a adorar Ø. É um curso bonito. [referindo-se ao curso de Sociologia, da Faculdade de Letras] E30-M2ULP
- c) RESP: [*umas outras disciplinas*] [...] mas eu acho que vamos superar **elas**. E27-H1UMB
- d) RESP: [...] duas mulheres que não vou dizer o nome, uma em Israel e outra Inglaterra, quando foi possível tomar *decisões da guerra*, tomaram-**nas**. E34-M3ULP

(143) [+animado]

- a) RESP: [...] mas fazer ou procriar *um filho*, não basta pô-**lo** no mundo, é preciso ter condições para educá-**lo**, [...] E25-H1ULP
- b) RESP: *O amigo* está a ficar [ININT] né, a nossa tendência é aconselhar o amigo, chamar-**lhe** conforme {a necessidade}. E31-H2UMB
- c) RESP: [...] porque assim os quatro filhos que eu tenho não são com *ela* [= primeira ex-esposa], só são dois com ela e dois com outra mulher. Aquilo aconteceu né, *ela* foi embora, mandei Ø embora. E05-H2BLP
- d) RESP: “Mas como você cresceu na cidade, às vezes amanhã você pode só vingar *a nossa filha* e deixar Ø.” E10-M3BMB

2ª variável selecionada: Traço semântico de especificidade do antecedente

Esta variável se mostrou relevante para o uso do Objeto Nulo, cujos resultados estão na tabela seguinte:

**Tabela 31** - Realização do objeto nulo em relação ao traço [ $\pm$ específico] do antecedente

Traço semântico do antecedente [ $\pm$ específico]	OBJETO NULO		
	Ocorrências	%	Peso Relativo
[+específico]	283/325	87.1%	0.426
[-específico]	184/203	90.6%	<b>0.618</b>
TOTAL	467/528	88.4%	---

Fonte: Elaboração própria.

Em se tratando do uso do Objeto Nulo em relação às formas pronominais como acusativo anafórico, os dados demonstraram uma preferência dos falantes angolanos pelo apagamento quando o antecedente possui o traço [-específico], com peso relativo 0.618, corroborando, mais uma vez, a hipótese levantada de que esse traço semântico seria um fator favorecedor para o uso do Objeto Nulo como realização do objeto direto anafórico e conforme resultado apresentado por outras pesquisas (Omena (1978); Duarte (1986); Corrêa (1991); Freire (2000); Figueiredo Silva (2004); Arruda (2006); Neiva (2007), Brito (2010) entre outros). Com o peso relativo de 0.426, confirma-se que o traço [+específico] tende a favorecer mais o preenchimento do objeto com o uso das variantes Clítico Acusativo, Pronome Pleno ou *Lhe* Acusativo Anafórico, como nos exemplos abaixo:

(144) [-específico]

- a) RESP: [...] às vezes não há tempo pra eles fazer *comida*, aí eu faço comida pro meus irmãos. Sirvo  $\emptyset$  pra eles, sirvo  $\emptyset$  pra mim e comemos  $\emptyset$ . E15-H1MLP
- b) RESP: Eu com um amigo relaciono-me como conselheiro, quando eu tenho problemas. Um amigo mesmo que eu sei que é amigo, que posso contar, levar pra sair... Se *os conselhos* forem bons eu vou acatar  $\emptyset$ , se forem maus eu vou duvidar  $\emptyset$ . E17-H2MLP
- c) RESP: Acho que a morte, a morte é quando... *a pessoa* morre, quando alguém desaparece, né? Desaparece do seio da família e nunca mais vai encontrá-*la*, nunca mais volta. E20-M2MMB

- d) RESP: Já há *meninos* com dez, oito anos já têm um comportamento que você como um adulto fica parvo a olhar pra criança se é normal dele ou se tem alguma coisa lá dentro que tá a *lhe* teleguiar. E30-M2ULP

(145) [+específico]

- a) RESP: O ano passado, *meu filho* cai mais outra vez, esse mesmo, que agora continua doente. E agora continua doente. Mas eu sempre faço mesmo, *lhe* deixo em casa e venho pra escola. E10-M3BMB
- b) PERG: Como conheceu *a sua pretendente*?  
RESP: Conheci *ela* numa ocasião [...]
- c) RESP: *Quimbundo* que é a minha língua. Eu falo Ø na minha casa, na praça, eu falo Ø em qualquer sítio. E10-M3BMB
- d) RESP: Assim que eu vi *a filha da minha vizinha* na paragem, eu disse: “Olha, motorista, faz favor, vou chamar Ø ali. Espera só um bocado [...]”. E10-M3BMB

### 3ª variável selecionada: Função sintática do antecedente

A função sintática do antecedente foi outro fator que mostrou ser importante na escolha da variante. Para verificar a atuação desse fator, os antecedentes foram distribuídos desta maneira:

(146) Antecedente sujeito

- a) PERG: B., falando um bocadinho da sua infância, quais eram as brincadeiras que fazia naquela altura?  
RESP: *O Girlfriend* era feito por várias pessoas e nem importa sexo e nós fazíamos Ø assim [...]. E14-M1MLP
- b) RESP: *Atanásio* foi o senhor que desgraçou a minha vida e como é que ele tá? A moça me disse: “Aquele senhor já fez chorar muita gente, já fez chorar muita gente e hoje você não sabe por onde se encontra o senhor.” “Aonde?” “O senhor tá fora do emprego, tá a espera que *vão lhe* colocar no outro emprego.” E02-M1BLP

(147) Antecedente objeto direto

- a) PERG: Atualmente, nós vemos a maneira com que os jovens tratam *os mais velhos*. O que tu acha dessa maneira?  
RESP: Ah, uma maneira muito errada porque às vezes até::: eles já::: eles num respeitam Ø. E28-M1ULB

- b) RESP: Tem que se respeitar *o mai velho*, tem que se comportar você próprio... não falta respeito, *the* trata bem, tanto é que se tá com ele dentro de casa e maltrata. E04-M1BMB

(148) Antecedente objeto indireto

- a) RESP: Eu normalmente falo mais com *a minha mãe*. Às vezes, quando ligo pra ela, ao cumprimentar Ø, falo um bocado de umbundo com ela. E27-H1UMB
- b) RESP: Olha, eu agora pra dar o sim *no meu esposo* [...] Os pais dele já eram mos vizinhos e eu já conhecia *ele*. E30-M2ULP

(149) Antecedente adj. adnominal/complemento nominal

- a) RESP: Acho muito bom, acho muito bom porque::: porque nós somos de país *de línguas nacionais* e não soubemos falar Ø. E28-M1ULB
- b) RESP: Eu estava sempre com o nome *da minha mãe*, mas eu não conhecia a cara *da senhora*, mas fiz tudo por tudo, fui lá, fui *the* conhecer. E08-M2BMB

(150) Antecedente adj. adverbial

- a) RESP: Eu quero mesmo, quero estudar, quero mesmo saber ler e ver também o que é que está *na bíblia*. As outras, às vezes, quando tem uma reunião, as outras tão a ler Ø, você só fica como muda. E10-M3BM
- b) [...] meter a panela no fogão e acender. Se tiver cenoura, né, também metemos. Temos que meter *na água*. Deixamos Ø até que ferve, em seguida lavamos o arroz e metemos. E01-H1BLP

Parti do pressuposto de que o antecedente objeto direto seja o ambiente linguístico mais favorecedor para realização de Objeto Nulo, de acordo com Omena (1978), havendo uma forte tendência de que o apagamento do objeto tenderia a ser mais usado quando o antecedente exerce a mesma função. Os resultados confirmaram a hipótese estabelecida, apresentando peso relativo 0.559; o adjunto adnominal também demonstrou ser um contexto favorecedor nesta rodada, com peso relativo 0.550, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

**Tabela 32** - Realização do objeto nulo em relação à função sintática do antecedente

Função sintática do antecedente	OBJETO NULO		
	Ocorrências	%	Peso Relativo
Antecedente sujeito	72/98	73.5%	0.281
Antecedente objeto direto	343/373	92.0%	<b>0.559</b>
Antecedente objeto indireto	7/9	77.8%	0.396
Antecedente adj. adnominal/ complemento nominal	34/37	91.9%	<b>0.550</b>
Antecedente adj. adverbial	11/11	100%	---
TOTAL	467/528	88.4%	---

Fonte: Elaboração própria.

#### 4ª variável selecionada: Origem

De todos os fatores sociais testados, apenas um deles se mostrou mais relevante no uso do Objeto Nulo como representação do objeto direto anafórico: a origem do falante. Como é evidenciado pela sócio-história angolana, uma grande quantidade de pessoas migrou de suas províncias de origem para a capital Luanda em busca de uma melhor expectativa de vida devido a contextos adversos, incluindo a existência de uma guerra civil. Conforme pode ser visto na tabela abaixo, o peso relativo indica que os migrantes favorecem o uso do Objeto Nulo, com 0.589.

**Tabela 33** - Realização do objeto nulo em relação à origem do falante

Origem	OBJETO NULO		
	Ocorrências	%	Peso Relativo
Luanda	172/207	83.1%	0.363
Províncias angolanas	295/321	91.9%	<b>0.589</b>
TOTAL	467/528	88.4%	---

Fonte: Elaboração própria.

A hipótese para esta variável foi confirmada, sendo os falantes oriundos de províncias angolanas que mais realizaram o apagamento do objeto e tal uso possivelmente está relacionado ao processo de aquisição da língua materna desses falantes. Mesmo a variável Língua Materna não sendo selecionada como relevante, foi feito um cruzamento entre as variáveis para se observar a distribuição das variantes Objeto Nulo e Pronome Acusativo Anafórico. Dessa maneira, pelos percentuais observados na distribuição, ficou constatado que o apagamento do objeto é mais realizado entre os falantes que possuem o kimbundu ou o umbundu como L1 que, por sua vez, são os migrantes. Boa parte declarou nas entrevistas possuir línguas locais como língua materna e é de se destacar que, mesmo possuindo o português como L1, eles falam alguma(s) língua(s) bantu como L2.

5ª variável selecionada: Forma verbal

A forma em que se encontra o verbo da sentença onde ocorre o objeto direto anafórico, de acordo com os estudos de Duarte (1986), Figueiredo Silva (2004), Lauer (2015), mostrou-se relevante na escolha da variante Objeto Nulo. As formas verbais testadas foram distribuídas da seguinte forma:

(151) Presente

- a) RESP: Mesmo o próprio presidente da República não fala o quimbundo, mas sim compreende Ø. E21-H3MLB
- b) RESP: Angola está preparada para aceitar *liderança feminina* em todas as áreas. Aliás, vemo-**la** e a liderança feminina será aplaudida [...]. E34-M3ULP

(152) Pretérito perfeito

- a) RESP: Que a mãe tinha saído, pegou *o menino* e levou Ø na assistência, onde é que ele foi tratado. E17-H2MLP
- b) RESP: Bom, *minha esposa* conheci-a... Bom, tive várias já, né, estou falando a realidade. Não eram esposas, eram mulheres com quem eu tive filho, mas com essa com quem eu vivo, nós nos conhec... Eu conheci **ela** no Kuito, quando pai dela ainda funcionava lá na rádio como... tava a construir lá a emissora. E23-H3MMB

(153) Pretérito imperfeito

- a) RESP: Havia *muitas músicas*. Nós às vezes construíamos Ø e cantávamos Ø. E27-H1UMB
- b) INF: *Plástico* metíamos no fogo. *Ele* se dobrava, nós tirávamos **ele**. E15-H1MLP

(154) Infinitivo

- a) RESP: É fácil falar *umbundo*. É fácil. Falar é fácil. Só é complicado escrever Ø. E27-H1UMB
- b) RESP: *O amigo*, com a idade idêntica a minha, eu posso **lhe** tratar como *tu, você*. E09-H3BLB

(155) Locução com infinitivo

- a) RESP: Lembro que um dia eu estava conversando com a minha sogra, que já é um pouco idosa, ela a dizer: “Eu me admiro muito com a juventude aqui em Luanda quando vê um mais velho com um peso ou com muito trabalho dificilmente ajuda.

Enquanto que nas províncias tem aquelas crianças que veem que *o mais velho* tem um saco na cabeça, outro na mão, a criança vai ajudar Ø”.

- b) [...] é uma referência incontornável da *arquitectura francesa* não é, devíamos aproveitá-la. E25-H1ULP

(156) Subjuntivo

RESP: [...] mas se *a bola* chegar vais ter que ficar na ponta para os outros também jogarem Ø.  
E02-M1BLP

RESP: [...] porque agora *mototaxistas* com engarrafamento, depois querer apresentar a conta ao patrão, por isso que eles [ININT] o patrão lhe dar um preço e ele tem que fechar no mesmo dia. Se ele *lhe* ver andar assim devagar vai ser assim difícil pra completar conta do patrão por isso que eles andam assim porque os dono do carro preço que lhe pede é para conseguir a comidinha não é fácil. E02-M1BLP

(157) Gerúndio

PERG: E fala bem quimbundo?

RESP: Olha, falar não, compreendo Ø. Vivi com meu avô que falava quimbundo, então eu compreendo Ø, mas falare não. E18-M2MLP

RESP: [...] tínhamos umas brincadeiras assim com *a bola*, batendo Ø e em outras atiramos pro ar. E32-M2UMB

(158) Locução com gerúndio

RESP: *Ele* [= funge] vai fervendo e nós vamos virando Ø, vamos mexendo Ø, fazendo cozer a fubá. E20-M2MMB

RESP: É::: basta uma *panela com água* no fogo a ferver, depois de ferver, tira, põe-se *a fubá*, vai mexendo Ø até desaparecer a água. E22-M3MMP

(159) Imperativo

RESP: “Eu pretendo tirar *essa gravidez*”. Ele me disse: “Não, não tira Ø”. E02-M1BLP

RESP: [...] eu subo [= no taxi], o meu compadre sobe e o rapaz tinha música baixa. Depois de *o carro* estar cheio, pronto, põe-se em movimento, começam, põem a música tão alta. Quando eu e o meu compadre reclamamos e o rapaz disse: “Não, os senhores deixem no chão.” “Epa! Já que estar a mandar, então deixemos Ø e apanhemos outro carro.” E19-H2MMB

Como se pode notar na tabela abaixo, é ampla a frequência de apagamento do objeto independentemente da forma em que se encontra o verbo, destacando-se apenas o tempo presente do indicativo.



**Tabela 34** - Realização do objeto nulo em relação à forma verbal

Forma verbal	OBJETO NULO		
	Ocorrências	%	Peso Relativo
Presente	215/224	96.0%	<b>0.687</b>
Pretérito perfeito	56/68	82.4%	0.417
Pretérito imperfeito	29/32	90.6%	0.452
Infinitivo	72/91	79.1%	0.286
Locução com infinitivo	63/78	80.8%	0.332
Subjuntivo	4/6	66.7%	0.179
Gerúndio	14/14	100%	---
Locução com gerúndio	12/12	100%	---
Imperativo	2/2	100%	---
TOTAL	467/528	88.4%	---

Fonte: Elaboração própria.

A observação da tabela permite verificar que o presente do indicativo favorece o Objeto Nulo, com peso relativo 0.687. Em narrativas, os tempos verbais que podem predominar são pretérito perfeito e pretérito imperfeito por causa da narração de fatos já acontecidos. No entanto, é possível usar o presente na modalidade chamada de presente histórico ou narrativo, “como se o narrador voltasse ao momento dos acontecimentos e narra como se presenciasse as cenas. [...] Esse recurso torna o texto mais dinâmico [...]” (Galli, online). Desse modo, esse contexto favoreceu o apagamento do objeto nos dados analisados em comparação às formas pronominais como acusativo anafórico.

#### 5.1.1.2 Objeto Nulo versus SN Anafórico: variáveis selecionadas

Na segunda rodada feita, confrontei o uso do *objeto nulo* e do *SN anafórico* (842 dados) para verificar quais variáveis influenciariam no apagamento na posição de objeto. Abaixo, o resultado é exposto:

**Tabela 35** - Cômputo da rodada Objeto Nulo x SN Anafórico

Variantes	Número de ocorrência (%)
Objeto Nulo	467 (55.5%)
SN Anafórico	375 (44.5%)
TOTAL	842 (100%)

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a tabela acima, é percebida uma disputa acirrada entre as variantes *objeto nulo* (55.5%) contra o *SN anafórico* (44.5%). Nessa rodada, quatro variáveis

linguísticas foram selecionadas com *Input 0.565*, *Log likelihood = -536.720* e Nível de significância = *0.010*, seguindo-se esta ordem de relevância: *traço semântico de especificidade do antecedente, forma verbal, estrutura sintática da sentença*, como condicionantes do objeto nulo.

*1ª variável selecionada: Traço semântico de especificidade do antecedente*

Os resultados da primeira variável selecionada são mostramos a seguir.

**Tabela 36** - Realização do objeto nulo em relação ao traço [ $\pm$  específico] do antecedente

Traço semântico do antecedente [ $\pm$ específico]	OBJETO NULO		
	Ocorrências	%	Peso Relativo
[+específico]	283/583	48.5%	0.422
[-específico]	184/259	71%	<b>0.670</b>
TOTAL	467/842	55.5%	---

Fonte: Elaboração própria.

Esse resultado evidencia que a especificidade do antecedente pode condicionar o uso das estratégias do objeto direto anafórico. Confirmando novamente as expectativas, o uso do Objeto Nulo é mais favorecido por antecedentes com traços [-específico], com peso relativo de 0.670. Como pode ser observado no exemplo (160), os termos *tomate* e *uma palavra* não apresentam elementos que as especificam, tratando-se de uma generalização, por isso é mais propício ao apagamento. Porém, em (161) a palavra *endereço* possui traço [+específico] devido à expressão *da tua casa* que especifica por não se tratar de um endereço qualquer e *funge* é uma típica comida angolana.

(160) [-específico]

- a) RESP: Se quiseres ginguba fresca a moamba fresca, fazes. Se quiseres de moamba torrado, também fazes [...] põe *tomate* à parte, depôs introduzir  $\emptyset$  na panela ou despejar  $\emptyset$  na panela do repolho. E30-M2ULP
- b) a) RESP: Ao pronunciar *uma palavra*, acho que eles não pronunciam  $\emptyset$  muito bem como os outros falantes da língua portuguesa. E27-H1UMB
- c) Não tinha professora ou como dar *atividade* às senhoras e passar *atividade* em si. E22-M3MMP
- d) RESP: [...] antes era bom educar *filhos* em Luanda, mas com a presença de várias pessoas, né, é difícil criar através do comportamento. A juventude que imigraram por

Luanda tem um comportamento... já não é prestável daquilo que nós fomos e é essa dificuldade de criar *filhos* em Luanda. E19-H2MMB

(161) [+específico]

- a) RESP: Disse: ‘A tia vai me dar *o endereço da tua casa*, depois da tia me dar *o endereço*, eu vou procurar qualquer coisa.’ E10-M3BMB
- b) RESP: Ah... *funge* também gosto. Mas como dá muito trabalho, dificilmente cozinho *funge*. Normalmente, nos fins de semana os irmãos sempre estão aqui em casa e eles fazem *o funge*. E27-H1UMB
- c) RESP: *O repolho com muamba de ginguba* é assim: eu tiro *o repolho*, protejo Ø muito bem, corto o repolho, então ponho a água no fogo. Depois de pôr a água no fogo, então lavo muito bem o repolho, lavo muito bem e ponho o repolho na água e depois meto no fogo. Então, depois de ferver, tiro *a muamba escorrida* e ponho Ø em cima. Tiro uma cebola, tiro um pouco de tomate, tiro um bocadinho de óleo, ponho em cima e tapo a panela. Eu faço Ø assim. E10-M3BMB
- d) PERG: Você sabe escrever *umbundo*, T.?  
RESP: Não, C., não sei escrever *umbundo*. Não sei. Ler *umbundo* também leio, mas um bocadinho só sei falar Ø.

2ª variável selecionada: *Forma verbal*

A forma verbal também se mostrou relevante nesta rodada binária. No entanto, além do tempo presente se destacar como contexto favorável, outras formas apresentaram o peso relativo favorecedor.

**Tabela 37** - Realização do objeto nulo em relação à forma verbal

Forma verbal	OBJETO NULO		
	Ocorrências	%	Peso Relativo
Presente	215/345	62.3%	<b>0.568</b>
Pretérito perfeito	56/108	51.9%	0.474
Pretérito imperfeito	29/51	56.9%	<b>0.537</b>
Infinitivo	72/156	46.2%	0.378
Locução com infinitivo	63/140	45%	0.393
Subjuntivo	4/10	40%	0.348
Gerúndio	14/17	82.4%	<b>0.815</b>
Locução com gerúndio	12/13	92.3%	<b>0.877</b>
Imperativo	2/2	100%	---
TOTAL	467/842	55.4%	---

Fonte: Elaboração própria.

O Objeto Nulo apresentou ser favorecido em mais contextos em oposição ao SN Anafórico ao fazer uma comparação com as outras rodadas acima realizadas. O presente se destacou novamente, com peso relativo de 0.568. O pretérito imperfeito, que é um tempo verbal próprio de narrativa, também favoreceu o apagamento do objeto (0.537). O Objeto Nulo também encontrou outros dois contextos favorecedores com gerúndio, apresentando resultados robustos de 0.815 e 0.877.

(162) Presente

- a) Há *pessoas* que::: com as quais eu convivo todos os dias qu'eu ão considero Ø.  
E26-M1ULP
- b) RESP: [...] eu não estou de acordo, isso pareceria um pouco *de esmola*. A mulher...a mulher não merece *esmola* [...] E33-H3ULP

(163) Pretérito perfeito

- a) PERG: E também não sabe como que é *o carnaval de Luanda*?  
RESP: Nunca acompanhei Ø. E03-H1BMB
- b) RESP: Eu aprendi *português* nos primeiros meses de vida, porque os meus pais sempre falaram *português*, sempre vivi no meio onde falava português. Eu acho que foi assim que aprendi a falar o português, né? E18-M2MLP

(164) Pretérito imperfeito

- a) RESP: [...] tínhamos umas brincadeiras com *a bola*, batendo e atiramos pro ar [...] alguém apanhava Ø e outros fugiam. Depois de você apanhar e dar-se o toque, aí os outros já não se mexiam. Aí depois cê atirava Ø aonde ele apontava, ele saía fora do... do jogo. E32-M2UMB
- b) RESP: Então você pode discordar na altura, comprar *minhas coisas*, por outro lado eu perdia *minhas coisas* e eu não gostava. Não gostava porque tinha que dá-las. E11-H3BLB

(165) Infinitivo

- a) RESP: [...] isso é *uma realidade*, nós temos que aceitar Ø.
- b) RESP: Eu que tô sem *dinhero*, a quem mais que eu vou pedir *dinhero*, onde mais que eu vou pedir dinheiro. E01-H1BLP

## (166) Locução com infinitivo

- a) PERG: A senhora tem vergonha de falar na rua a *sua língua materna*?  
 RESP: Eu não tenho vergonha, só que na rua dificilmente vou encontrar quem fala também, aí prefiro falar Ø em casa onde têm pessoas que falam também. E16-M1MLB
- b) RESP: [...] distribuição *de livros* que tem a ver com a evangelização em si. Então nós estaremos a distribuir *esses livros* até no período das 12h. E27-H1UMB

## (167) Subjuntivo

- a) [...] crianças, adultos, velhos, todos vão *para a marginal*, porque quanto mais enchermos Ø, mais vantagem tem. E21-H3MLB
- b) RESP: Eu acho que [pausa]...Pras crianças aprenderem *a língua materna* não é na escola é::: o próprio Estado ou o próprio governo tinha que dar mais valor às próprias línguas. É::: eu acredito que as crianças se aprenderem *a língua materna* na escola tinham que ter algum sítio onde esta língua::: onde elas pudessem aplicar. Acredito que nós não temos. E26-M1ULP

## (168) Gerúndio

- a) RESP: Quando cheguei, em [19]74, me apareceu *um noivo*. Assim que me apareceu o noivo, começamos a namorar, apresentando Ø aos meus pais. E10-M3BMB
- b) RESP: [*homens*] [...] acho que nesse contexto actual de gestão talvez não seja muito difícil pras mulheres chefiarem homens. Durante o tempo que estive no governo e:: e:: a exercer funções técnicas, chefiando *homens*. E34-M3ULP

## (169) Locução com gerúndio

- a) RESP: Ele [= o funge] vai fervendo e nós vamos virando Ø, vamos mexendo Ø, fazendo cozer a fubá. E20-M2MMB
- b) RESP: Eu tentei aprender *o Inglês*, mas por falta mesmo de paciência é que eu não tô a falar Inglês. Mas uma outra palavra eu ainda consigo falar. Hoje já estava falando minimamente *o Inglês*. E17-H2MLP

*3ª variável selecionada: Estrutura sintática da sentença*

A estrutura sintática da sentença em que ocorre o objeto direto anafórico se mostrou como relevante na escolha da variante. Esta foi a terceira e última variável selecionada como

relevante nesta rodada. A fim de verificar como atua esse fator, as estruturas sintáticas foram distribuídas da seguinte maneira:

(170) V+OD

- a) RESP: [...] e o fato de *o curso de antropologia* em Angola ser novo faz com que muita gente ignore Ø. E25-H1ULP
- b) RESP: Então daí, nunca mais o meu pai foi me levar *na mamãe*. E até hoje não conheço *a minha mãe*. E08-M2BMB

(171) V+OD+OI

- a) PERG: Fala um pouco de *quimbundo*?  
RESP: Falo Ø com a minha mãe. E06-M2BLP
- b) RESP: Falo *quimbundo*, escrevo quimbundo, mas não dou *quimbundo* aos meus netos [= ensinar quimbundo]. E21-H3MLB

(172) V+OD+Predicativo

- a) PERG: Se tivesse que morar em *outro bairro*, qual seria?  
RESP: Pelo menos ia escolher Ø urbanizado, invés daquele bairro cheio de poeira.
- b) RESP: Nós acompanhávamos os passageiros de Luanda, Cabinda e Benguela. Nós acompanhávamos *os passageiros*. Metíamos *as pessoas* acomodadas, íamos começando a explicar por causa dos enjoos, caso tivessem alguma alteração durante a navegação. E30-M2ULP

(173) V+OD+Adj. Adverbial

- a) PERG: Acha que as crianças deveriam aprender *as línguas nacionais* na escola?  
RESP: Quem não aprendeu Ø em casa, ão vai aprender Ø na escola em três meses, num semestre, num ano letivo. E25-H1ULP
- b) PERG: Então, eu acho que lembra-se muito bem ainda *daquela paisagem* pra quem sai do Sumbe.  
RESP: Eu conheço Ø perfeitamente. E31-H2UM

(174) V+OD+V

- b) PERG: Quando é que utiliza a sua língua materna?

RESP: Quase que já não utilizo. Quando *minha mãe* estava em vida porque não falava:: Muitas vezes tinha dificuldade de falar o português, tinha que ir ao encontro que ela quer entender e eu falava a língua materna, fazendo Ø entender certas coisas. Depois disso já não tem necessidade, não tem mais com quem falar língua materna. E29-H2UMP

a) PERG: Como é que tu faz o funge?

RESP: Faz o funge misto. Primeiro põe água ao fogo, depois faz o {elelê}, que é a *puba de milho* com água fria. Despejo, espero a *puba de milho* cozer pra depois misturar a massa [...]. E28-M1ULB

**Tabela 38** - Realização do objeto nulo em relação à estrutura sintática da sentença

Estrutura sintática da sentença	OBJETO NULO		
	Ocorrências	%	Peso Relativo
V+OD	283/512	55.3%	0.494
V+OD+OI	12/23	52.2%	0.430
V+OD+Predicativo	10/28	35.7%	0.263
V+OD+Adj.Adverbial	161/275	58.5%	<b>0.551</b>
V+OD+V	1/4	25%	0.102
TOTAL	467/842	55.5%	---

Fonte: Elaboração própria.

Dentre as estruturas sintáticas, o tipo V+OD+Adj.Adverbial demonstrou ser um fator de destaque para o uso do Objeto Nulo em oposição ao SN Anafórico, com peso relativo de 0.551. Lauar (2022) também identificou esse contexto como favorável para o apagamento em seus dados, desfavorecendo a repetição do SN, conforme mostrados nos exemplos (173a) e (173b) mostrados acima.

Após a interpretação dos resultados, este quadro apresenta, de forma sintética, a ordem em que o programa GoldVarb X selecionou as variáveis como estatisticamente relevantes para o uso do Objeto Nulo por parte dos falantes, ou seja, qual contexto linguístico e social.

**Quadro 08** - Variáveis selecionadas no cômputo geral dos dados de fala analisados

Rodadas binárias realizadas	Variáveis selecionadas
OBJETO NULO X PRONOME ACUSATIVO ANAFÓRICO	<ul style="list-style-type: none"> <li>– traço semântico de animacidade do antecedente</li> <li>– traço semântico de especificidade do antecedente</li> <li>– função sintática do antecedente</li> <li>– origem</li> <li>– forma verbal</li> </ul>

OBJETO NULO X SN ANAFÓRICO	– traço semântico de especificidade do antecedente – forma verbal – estrutura sintática da sentença
----------------------------------	---

Fonte: Elaboração própria.

Nas considerações finais, a seguir, apresento uma sumarização dos pontos centrais expostos neste trabalho.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo descrever e analisar a realização do objeto direto anafórico no português falado em Luanda-Angola e o eixo do estudo foi o de que a interpretação sobre a realidade sociolinguística angolana estivesse alicerçada a um entendimento acerca das condições sócio-históricas que se encontrou/encontra a língua portuguesa no país. Em relação à situação sócio-histórica e sociolinguística, Angola é um país multilíngue porque reúne diversas línguas estruturalmente diferentes entre si. Existem línguas pertencentes à família bantu e não bantu, bem como o Português, língua de origem europeia, e a única que possui o estatuto de língua oficial. Pelo fato de ser a única língua oficial, é também a única ensinada nas escolas e de acesso às informações pelas vias escrita e televisiva.

Desde o período colonial que a língua portuguesa é mais valorizada em comparação às línguas nativas, sendo o fato de o bom conhecimento/desempenho do falante ser a principal condição para conquistar posições de destaque dentro do regime colonial. Na política linguística adotada após a independência, houve uma implementação geral do Português e isso fez com que essa língua passasse a ser usada pela maior parte da população. Atualmente, existe uma presença mais generalizada da língua portuguesa no território angolano, porém, na dinâmica social, o seu uso é marcado por imprecisões por determinados falantes porque não é toda a população que possui um domínio. Além de a língua apresentar uma dinâmica própria enquanto organismo vivo, condicionada a diversos fatores linguísticos e sociais, existe outro fator que é a coexistência do Português com outras línguas que também fazem parte do repertório linguístico de muitos usuários desse idioma.

Assim, foi sendo estabelecida historicamente uma convivência entre as línguas nativas e o Português, resultando interferências, devido à interação, e fixando-se uma variedade que se fala hoje em Angola diferente significativamente da de Portugal. Dessa maneira, o fenômeno foi estudado de forma contextualizada, buscando associá-lo à formação da realidade sociolinguística angolana. As observações foram feitas a partir de amostras de fala de luandenses e de migrantes oriundos de outras províncias angolanas que são residentes na capital do país, considerando o suporte estatístico do GoldVarb X, o que possibilitou verificar quais estratégias de objeto direto anafórico se apresentam no vernáculo angolano.

Do total de 36 entrevistas, foram levantados 903 dados com esta configuração: *Clítico Acusativo* (3%), *Pronome Pleno* (1.2%), *Lhe Acusativo Anafórico* (2.5%), *SN Anafórico* (41.5%) e *Objeto Nulo* (51.7%). No total, convivem no português angolano, cinco formas

distintas de se dizer a mesma coisa, cada uma sendo utilizada em seus contextos mais específicos. Foram realizadas rodadas binárias, a fim de saber quais variáveis linguísticas e sociais são estatisticamente relevantes para a escolha do Objeto Nulo em oposição às outras variantes. Como condicionamento linguístico, o *traço semântico de animacidade do antecedente*, o *traço semântico de especificidade do antecedente*, a *função sintática do antecedente*, a *forma verbal* e a *estrutura sintática da sentença* revelaram-se ser mais favorecedores para o apagamento do objeto no *corpus* analisado; somente a variável social *origem* que se destacou como favorecedora dentre os fatores controlados.

Os resultados também permitiram mostrar até que ponto as estratégias de objeto direto anafórico presentes na língua falada se encontram implementadas em comparação a resultados de pesquisas sobre esse tema já realizadas com variedades do Português (Brasil, Moçambique, São Tomé e Príncipe, inclusive Portugal), podendo identificar o peso de questões sócio-históricas na produção ou não de semelhanças entre as gramáticas constituídas nesses países a partir do contato da língua portuguesa com línguas africanas.

Espero que os resultados aqui encontrados, aliados a outros já existentes, auxiliem em novas pesquisas e ajudem para uma maior compreensão da variedade angolana do português, especialmente no que tange à configuração das estratégias de realização do objeto direto anafórico. Este tema demanda mais análises sobre o uso do clítico acusativo e a existência/implementação de outras estratégias anafóricas na fala dos angolanos. Assim, novos olhares podem ser lançados sobre o “angolanizar-se” dessa variedade do português.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Título original: The danger of a single story.
- ALKMIM, Tânia. Sociolinguística: parte I. *In*: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 23-50.
- ALMEIDA, Jadione Cordeiro; SANTIAGO, Huda da Silva. O objeto direto anafórico em amostras do português falado em Luanda e em Matinha. *In*: TEIXEIRA, Eliana Pitombo; ARAUJO, Silvana Silva de Farias (org.). **Diálogos entre Brasil e Angola: o português d'aquém e d'além-mar**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p. 211-243.
- ALVES BRITO, Juvanete Ferreira. **O objeto direto (ana)fórico no falar rural baiano: um estudo sociolinguístico**. Orientadora: Jânia Martins Ramos. 2010. 123 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: Casa Editora do Livro, 1920.
- ANTÓNIO, João Lourenço. **Interferência da língua kimbundu no português falado em Kwanza Norte: alguns casos no município-sede Cazengo-Ndalatando**. Orientadora: Reina Marisol Troca Pereira. 2018. 70 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lusófonos) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2018.
- ARRUDA, Niguelme Cardoso. **A realização do objeto direto anafórico em línguas românicas: um estudo sincrônico no português e no espanhol**. Orientadora: Rosane de Andrade Berlink. 2012. 165 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2012.
- ARRUDA, Niguelme Cardoso. **A realização do objeto direto no português brasileiro culto falado: um estudo sincrônico**. Orientadora: Rosane de Andrade Berlink. 2006. 201 f. Tese (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.
- ARSÊNIO, Domingos Pedro. **O uso dos pronomes pessoais retos e oblíquos: um estudo de caso com alunos da 9ª classe do Complexo Escolar Samora Moisés Machel da Província do Kwanza Norte/Angola**. Orientadora: Ana Rita Carrilho. 2018. 120 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lusófonos) – Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2018.
- AZEVEDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- BAGNO, Marcos. **Dicionário crítico de sociolinguística**. São Paulo: Parábola, 2017.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro?:** um convite à pesquisa. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2001.

BARBOSA, Alessandra Conceição. **A influência dos fatores linguísticas e sociais na realização do objetivo direto anafórico.** Orientadora: Gislaine Aparecida de Carvalho. 2015. 95 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2015.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa.** 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I.** Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II.** Tradução de Eduardo Guimarães et al. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

BRIGHT, William. As dimensões da sociolingüística. Tradução: Elizabeth Neffa Araújo Jorge. In: FONSECA, Maria; NEVES, Moema (org.). **Sociolingüística.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 17-23.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística:** uma introdução crítica. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002. Título original: La sociolinguistique.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Da lingüística formal à lingüística social.** São Paulo: Parábola, 2013.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolingüística: parte II. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à lingüística.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 51-84.

CAMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. *Ele* como um acusativo no português do Brasil. **Dispersos.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2004 [1972].

CARDEIRA, Esperança. **História do português.** Coleção O essencial. Luanda: Editorial Nzila, 2006.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do português brasileiro.** 1ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa.** 48ª ed. ver. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Edair Maria; SOUZA, Christiane Maria N. de; MAY, Guilherme Henrique. **Para compreender Sociolingüística.** São Paulo: Contexto, 2019.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolingüística:** estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília: Thesaurus, 2007.

COUTO, Hildo Honório do. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins**. Brasília: Editora da UnB, 1996.

COUTO, Hildo Honório do. **Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 99-112.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. **O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico**. Orientadora: Mary A. Kato. 1994. 229 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CYRINO, Sonia Maria Lazzarini. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica (Homenagem a Fernando Tarallo)**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p. 163-181.

CREUS, Susana; MENUZZI, Sérgio. O papel do gênero na alternância entre objeto nulo e pronome pleno em português brasileiro. **Revista da ABRALIN**, Florianópolis, v. 3, n. 1-2, p. 149-176, 2004.

FERREIRA, Kimawidi; OSÓRIO, Paulo. A variedade angolana do português: contexto histórico e (socio)linguístico. *Vertentes & Interfaces II: Estudos Linguísticos e Aplicados. Fólio* – Revista de Letras, Vitória da Conquista-BA, v. 10, n.1, p. 381-407, jan/jun. 2018.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina Vieira. O objeto direto anafórico no dialeto rural afro-brasileiro. Orientador: Dante Lucchesi. 2004. 148 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina Vieira. **O objeto nulo no português rural baiano: teoria temática e elipse de DP**. Orientador: Dante Lucchesi. 2009. 189 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

FIGUEIREDO, Cristina. Objeto nulo versus estratégias pronominais no português rural do estado da Bahia e no de Portugal. **Confluência** – Revista do Instituto de Língua Portuguesa, n. 46 – 1.º semestre de 2014 – Rio de Janeiro, RJ. p. 79-114. Disponível em: <https://www.revistaconfluencia.org.br/rc/issue/view/4>. Acesso em: 19 dez. 2020.

FIORIN, José Luiz. Teoria dos signos. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à Linguística I** (Objetos teóricos). São Paulo: Contexto, 2002. p. 55-74.

FOURSHEY, Catherine Cymone; GONZALES, Rhonda M.; SAIDI, Christine. **África bantu: de 3500 a.C. até o presente**. Tradução: Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. Título original: Bantu Africa: 3500 BCE to presente.

FREIRE, Gilson Costa. **Os clíticos de terceira pessoa e as estratégias para sua substituição na fala culta brasileira e lusitana**. Orientadora: Maria Eugênia Lamoglia

Duarte. 2000. 113 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

GASPAR, Sofia Isabel Neves Fernandes. **A língua portuguesa em Angola**: contributos para uma metodologia de segunda língua. Orientadora: Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho Carver Gale. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Português como Língua Segunda e Estrangeira) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

GOMES, Christina Abreu. Sociolinguística e aquisição da linguagem. *In*: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso (org.). **Sociolinguística, sociolinguísticas**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 63-72.

HEYE, Jürgen. Línguas em contato: considerações sobre bilingüismo e bilinguidade. *In*: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (org.). **Português brasileiro**: contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 229-235.

HOLM, John. **Pidgins and Creoles**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 [1974].

INVERNO, Liliana. Português vernáculo do Brasil e Português vernáculo de Angola: reestruturação parcial vs. mudança linguística. *In*: FERNÁNDEZ, Mauro; FERNÁNDEZ-FERREIRO, Manuel; VÁZQUEZ VEIGA, Nancy (Ed). **Los Criollos de base ibérica**: ACBLPE. Madrid: Iberoamericana/Frankfurt Am Main: Vervuert, p.201-213, 2004.

INVERNO, Liliana. Português vernáculo do Brasil e português vernáculo de Angola: um estudo morfossintático do sintagma nominal. *In*: CARVALHO, Ana. (Ed.). **Português em contato**. Madrid, Frankfurt: Iberoamericana, Editorial Vervuert, 2009.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

KROCH, Anthony. Syntactic change. *In*: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris. (org.). **The handbook of contemporary syntactic theory**. Blackwell Publishers, 2001, p. 699-729. Disponível em: [ftp://babel.ling.upenn.edu/papers/faculty/tony\\_kroch/papers/diachronic-syntax-99.pdf](ftp://babel.ling.upenn.edu/papers/faculty/tony_kroch/papers/diachronic-syntax-99.pdf). Acesso: 16 maio 2023.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução: Marcos Bagno, Marta Maria Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972]. Título original: Sociolinguistic Patterns.

LAUAR, Aline Berbert Tomaz Fonseca. **Não o vejo mais em Vitória**: a substituição do clítico acusativo de terceira pessoa na fala capixaba. Orientadora: Lilian Coutinho Yacovenco. 2014. 110 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

LAUAR, Aline Berbert Tomaz Fonseca. **Variação da expressão do objeto direto anafórico**: uma análise da fala rural de Santa Leopoldina-ES. Orientadora: Lilian Coutinho Yacovenco.

2022. 167 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

LIMA, Tereza Maria de. **O emprego do objeto direto anafórico de terceira pessoa na língua falada de Fortaleza**. 2016. 157 f. Dissertação de Mestrado – Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção-CE, 2016.

LÓPEZ MORALES, Humberto. Hacia un concepto de la sociolingüística. *In: ALVAR et al. Lecturas de sociolingüística*. Madrid: EDAF, 1977. p. 101-124.

LÓPEZ MORALES, Humberto. **Sociolingüística**. 2.ed. Madrid: Editorial Gredos, 1993.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LUCCHESI, Dante. Crioulística. *In: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso (org.). Sociolingüística, sociolingüísticas*. São Paulo: Contexto, 2016. p. 73-85.

LUCCHESI, Dante. **Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

LUZ, Cláudia Novais. **Velejando sobre as águas da retomada anafórica do objeto direto: um cruzeiro na fala em Salvador**. Orientadora: Norma da Silva Lopes. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Estudo de Linguagens) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2019.

MARQUES DE SOUSA, Antonio Anderson. **As realizações do acusativo anafórico em variedades do português**. Orientadora: Maria Eugênia Lammoglia Duarte. 2021. 201 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MARROQUIM, Mário. **A língua do nordeste: Alagoas e Pernambuco**. São Paulo: Nacional, 1934.

MENEZES, Solival. **Mama Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

MINGAS, Amélia. **Interferência do kimbundu no português falado em Lwanda**. Luanda: Caxinde, 2000.

MIRA MATEUS, Maria Helena. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamentos estatísticos. *In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (org.). Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-25.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1953.

NAUEGE, João Muteteca; TIMBANE, Alexandre António. Um olhar crítico sobre política e planificação linguística em Angola e Moçambique. *In*: SANTOS, Deivid Alex; SOUZA, Adelene; COSTA, Herica Cristina Oliveira da (org.). *Educação em perspectivas: reflexões entre a teoria e a prática*. Itapiranga: Schreiben, 2022.

NEIVA, Nordélia Costa. **Objeto direto anafórico na fala culta de Salvador**: o clítico em desuso. Orientadora: Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso. 2006. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

OLIVEIRA, Sílvia de. A implantação do modelo formal de ensino em Angola (séculos XV-XX). **Revista Brasileira História e Educação**, Maringá-PR, v. 15, n. 2 (38), p. 55-80, maio/ago. 2015.

OMENA, Nelize Pires de. **Pronome pessoal de terceira pessoa**: suas formas variantes em função acusativa. Orientador: Anthony Julius Naro. 1978. 138 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

PARKVALL, Mikael. **Da África para o Atlântico**. Tradução Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. Título original: *Out of Africa: african influence in Atlantic creoles*.

PETTER, Margarida. As línguas africanas no Brasil: o papel do quimbundo na formação do português brasileiro. *In*: TEIXEIRA, Eliana Pitombo; ARAUJO, Silvana Silva de Farias (org.). **Diálogos entre Brasil e Angola**: o português d'aquém e d'além-mar. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p. 21-48.

PETTER, Margarida. Introdução. *In*: PETTER, Margarida (org.). **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Contexto, 2015a. p. 13-26.

PETTER, Margarida. A classificação das línguas da África. *In*: PETTER, Margarida (org.). **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Contexto, 2015b. p. 49-86.

PETTER, Margarida. As línguas no contexto social africano. *In*: PETTER, Margarida (org.). **Introdução à linguística africana**. São Paulo: Contexto, 2015c. p. 193-220.

PISSURNO, Karen Cristina da Silva. **Estudo sociolinguístico do português em Moçambique**: a concordância e o multilinguismo. Orientadora: Silvia Rodrigues Vieira. 2022. 269 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PRAIA, Ana de Nazaré Egas. **A variação do objeto direto anafórico na fala dos moradores do município de Tefé-AM**. Orientador: Orlando da Silva Azevedo. 2020. 98 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.



RODRIGUES, Lorena da Silva. **O caso acusativo nos pronomes pessoais de terceira pessoa do português brasileiro e europeu**. Orientadora: Márluce Coan e Coorientadora: Aline Maria Pinguinha Bazenga. 2018. 165 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

ROMAINE, Suzanne. **El lenguaje en la sociedad**: una introducción a la sociolingüística. Tradução: Julio Borrego Nieto. Barcelona: Editorial Ariel, 1996. Título original: Language in society: an introduction to sociolinguistics.

SANTANA, Jan Carlos Dias de. **“Todos os caminhos levam a Feira de Santana”**: uma viagem sociolingüística para o estudo dos pronomes-objeto no português urbano falado. Orientadora: Eliana Pitombo Teixeira. 2014. 211 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

SANTANA, Jan Carlos Dias de. **As estratégias de realização dos objetos direto e indireto anafóricos em uma comunidade quilombola do interior da Bahia**. Orientadora: Eliana Pitombo Teixeira. 2010. 68 f. Monografia (Especialização em Estudos Linguísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2010.

SANTANA, Jan Carlos Dias de. Variação no uso do objeto direto anafórico: dados de Luanda-Angola. **Enlaces**, Salvador, v. 02, e021012, 2021. p. 1-23.

SANTANA, Jan Carlos. **Representações anafóricas na posição de objeto direto na língua falada em Feira de Santana-BA**. Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 9, n. 4, 2020, p. 320-343.

SANTOS, Eduardo Ferreira dos. Aspectos da língua portuguesa em Angola. **Papia**, São Paulo, 28(1), p. 25-49, jan/jun. 2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Organizado por Charles Bally e Albert Sechehary. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012 [1916]. Título original: Cours de linguistique générale.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; CHRISTINO, Beatriz; SPINASSÉ, Karen Pupp; ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Estudos em sociolingüística de contato no Brasil. **Cadernos de Linguística**, v. 2, p. 01-28, 2021.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; SPINASSÉ, Karen Pupp. Estudos de contato no GT de Sociolingüística. **Revista da Anpoll**, Florianópolis, v. 52, n. esp., p. 103-117, jan.-dez., 2021.

SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. **Iniciación a la sociolingüística**. Tradução José Rubio Sáez. Madrid: Editorial Gredos, 1977 [1958]. Título original: Introduction to sociolinguistics.

SCHMALTZ NETO, Genis Frederico. Sobre o conceito de comunidade de fala: teorias, desdobramentos e reflexões. In: COUTO, Elza Kioko N. N. do; DOURADO, Zilda; SILVA, Anderson Nowogrodzki da; AVELAR FILHO, João Nunes (org.). **Linguística ecossistêmica**. Campinas, SP: Pontes Editores. p. 103-119.

SEVERO, Cristine Görski. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. **Revista Voz das Letras**, Concórdia-SC, Universidade do Contestado, n. 9, (não paginado), jan.-jun., 2008.

TARALLO, Fernando; ALKMIM, Tania. **Falares crioulos: línguas em contato**. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. Aspectos da pronominalização no português vernacular de Luanda: uma comparação com o português do Brasil. *In*: LOPES, Norma da Silva; BULHÕES, Lígia Pelon de Lima; CARVALHO, Cristina dos Santos. (orgs.). **Sociolinguística: estudo da variação, da mudança e da sócio-história do português brasileiro, sociolinguística paramétrica, sociofuncionalismo**. Feira de Santana: UEFS, 2013.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. Introdução. *In*: TEIXEIRA, Eliana Pitombo; ARAUJO, Silvana Silva de Farias (org.). **Diálogos entre Brasil e Angola: o português d'aquém e d'além-mar**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2017. p. 13-20.

TEIXEIRA, Eliana Pitombo. O pronome você no português de Luanda. *In*: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELLETTI, Guaraciaba, MARTINS, Vilma Lia de Rossi. (orgs.). **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

TIMBANE, Alexandre António; SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; AFONSO, Euclides Victorino Silva. A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. **Afluente: Revista de Letras e Linguística**. UFMA/Campus III, v. 4, n. 12, p. 104-128, maio/ago. 2019.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **História da África e dos africanos**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

WEINREICH, Uriel. **Lenguas en contacto: descubrimientos y problemas**. Caracas: Universidad Central de Venezuela – Ediciones de la Biblioteca, 1974 [1953]. Versão em espanhol de Francisco Rivera do original em inglês. Título original: Languages in contact: findings and problems.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos de uma teoria da mudança linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 1968 [1968]. Título original: Empirical Foundations for a Theory of Language Change.

# APÊNDICES

**APÊNDICE A - RELAÇÃO GERAL DAS ENTREVISTAS DO BANCO DE DADOS NORMA ORAL DO PORTUGUÊS ANGOLANO PERTENCENTE AO ACERVO DO PROJETO DE PESQUISA 'EM BUSCA DAS RAÍZES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO'**

ENTREVISTAS		IDADE	SEXO	ESCOLARIDADE	ORIGEM (capital e províncias angolanas)	LÍNGUA MATERNA
01	V. F.	20	M	Ensino Médio	Luanda	Português
02	C. M.	20	F	Baixa ou nula	Benguela	Português
03	N. A. A.	20	F	Ensino Médio	Luanda	Kimbundu
04	J. P. T.	21	F	Nível universitário	Luanda	Português
05	J. V.	22	M	Ensino Médio	Luanda	Kikongo
06	A. F. C.	22	F	Ensino Médio	Moxico	Chôkwe
07	J. J. G. A.	23	M	Baixa ou nula	Luanda	Português
08	D. F. M. S.	23	M	Ensino Médio	Luanda	Português
09	B. B. O.	23	F	Ensino Médio	Luanda	Português
10	E. M. S.	26	F	Nível universitário	Luanda	Português
11	M. M.	26	F	Baixa ou nula	Luanda	Português
12	E. M.	27	F	Ensino Médio	Luanda	Português
13	T. M.	27	F	Ensino Médio	Luanda	Kimbundu
14	A. E. R.	28	F	Baixa ou nula	Luanda	Português
15	S. S.	29	M	Nível universitário	Uíge	Kikongo
16	F. T.	29	M	Ensino médio	Cuanza Sul	Português
17	A. H.	29	M	Nível universitário	Huambo	Umbundu
18	D. C.	30	M	Baixa ou nula	Huambo	Umbundu
19	F. F.	31	M	Baixa ou nula	Cuanza Norte	Kimbundu
20	P. A. B.	31	F	Baixa ou nula	Zaire	Kikongo
21	F. A. S.	32	M	Baixa ou nula	Benguela	Umbundu
22	A. L.	32	M	Nível Universitário	Zaire	Kikongo
23	A. J.	32	M	Ensino Médio	Luanda	Português
24	C. A. R.	32	M	Nível universitário	Luanda	Português
25	J. M.	32	F	Baixa ou nula	Cuanza Sul	Português
26	F. M.	33	M	Ensino Médio	Luanda	Português
27	M. P.	34	M	Ensino Médio	Uíge	Kikongo
28	J. A.	34	F	Baixa ou nula	Malanje	Kimbundu
29	S. T. T.	35	F	Baixa ou nula	Malanje	Kimbundu
30	D. C.	35	F	Ensino Médio	Luanda	Umbundu
31	A. F.	36	M	Baixa ou nula	Luanda	Português
32	V. M.	37	M	Ensino Médio	Zaire	Kikongo
33	F. M. V. G.	39	F	Ensino Médio	Bié	Português
34	I. L.	39	F	Ensino Médio	Huambo	Umbundu
35	F. M. M.	40	F	Nível universitário	Luanda	Português
36	J. C.	40	F	Nível universitário	Huambo	Umbundu
37	B. A.	41	M	Nível universitário	Cuanza Sul	Português
38	L. C. C.	41	M	Nível universitário	Moxico	Chôkwe
39	T. M. N.	43	F	Baixa ou nula	Bié	Umbundu
40	A. O. G.	43	M	Ensino Médio	Luanda	Português
41	T. A. G.	44	M	Baixa ou nula	Malanje	Kimbundu
42	S. S.	44	F	Baixa ou nula	Cuanza Norte	Português
43	M. C.	45	F	Baixa ou nula	Luanda	Português
44	A. C. S.	45	M	Baixa ou nula	Malanje	Kimbundu
45	A. A.	45	F	Ensino Médio	Huambo	Kikongo
46	Y. F. G. G.	45	F	Ensino Médio	Luanda	Português

47	A. V.	46	M	Nível universitário	Cuanza Norte	Kimbundu
48	N. A. G.	48	F	Nível universitário	Zaire	Kimbundu
49	S. V.	49	M	Baixa ou nula	Luanda	Kimbundu
50	P. J.	50	M	Baixa ou nula	Malanje	Kimbundu
51	M. J. L.	50	F	Baixa ou nula	Luanda	Português
52	V. K.	50	M	Ensino Médio	Huambo	Umbundu
53	R. M. L.	50	F	Ensino Médio	Huambo	Umbundu
54	E. A. C.	50	M	Ensino Médio	Bengo	Kimbundu
55	L. U.	51	F	Nível universitário	Bié	Umbundu
56	A. J.	52	M	Ensino Médio	Cuanza Sul	Kimbundu
57	A. V. M.	52	F	Baixa ou nula	Malanje	Kimbundu
58	A. J.	54	F	Baixa ou nula	Cuanza Norte	?
59	A. B.	54	F	Baixa ou nula	Malanje	Kimbundu
60	A. C.	54	F	Nível universitário	Moxico	Chôkwe
61	F. K.	55	M	Nível universitário	Bengo	Kikongo
62	M. J.	56	M	Nível universitário	Cuanza Norte	Kimbundu
63	S. D. M.	57	M	Baixa ou nula	Luanda	Kimbundu
64	A. S. C.	58	M	Baixa ou nula	Luanda	Kimbundu
65	C. C.	60	M	Nível universitário	Luanda	Português
66	A. A. A.	63	F	Nível universitário	Luanda	Português
67	L. R.	69	M	Ensino Médio	Luanda	Português
68	J. T.	77	F	Baixa ou nula	Huambo	Umbundu

Fonte: Elaboração própria.

## APÊNDICE B - LÍNGUAS TRADICIONAIS ANGOLANAS POR PROVÍNCIAS

<p style="text-align: center;"><b>AS LÍNGUAS TRADICIONAIS EM CADA PROVÍNCIA DE ANGOLA</b></p> <p>A República de Angola é um país localizado em África e possui uma rica diversidade cultural e linguística. Segue-se um panorama das línguas tradicionais faladas pelo povo angolano em cada província:</p>	
01	<p>Bengo</p> <p>A língua tradicional mais predominante é o Kikongo, seguido pelo Kimbundu e o Português.</p>
02	<p>Benguela</p> <p>As línguas tradicionais mais faladas são o Umbundu, Kikongo e Português.</p>
03	<p>Bié</p> <p>O Umbundu é a língua tradicional mais comum, seguido pelo Kikongo e Português.</p>
04	<p>Cabinda</p> <p>O Kikongo é a língua tradicional mais proeminente, seguido pelo Kimbundu e Português.</p>
05	<p>Cuando Cubango</p> <p>Mbunda é a língua tradicional mais comum, seguido pelo Umbundu e Português.</p>
06	<p>Cuanza Norte</p> <p>O Kimbundu é a língua tradicional mais proeminente, seguido pelo Kikongo e Português.</p>
07	<p>Cuanza Sul</p> <p>As línguas tradicionais mais faladas são o Kimbundu, Kikongo e Umbundu.</p>
08	<p>Cunene</p> <p>As línguas tradicionais mais faladas são o Oshiwambo, Kuvale e Português.</p>
09	<p>Huambo</p> <p>O Umbundu é a língua tradicional mais comum. O Kimbundu e o Português também são falados.</p>
10	<p>Huíla</p> <p>O Umbundu é a língua tradicional predominante, seguido pelo Kikongo e Português.</p>
11	<p>Luanda</p> <p>A língua tradicional mais falada é o Kimbundu. Também são faladas outras línguas, como o Kikongo, Umbundu e o Português, que é a língua oficial do país.</p>

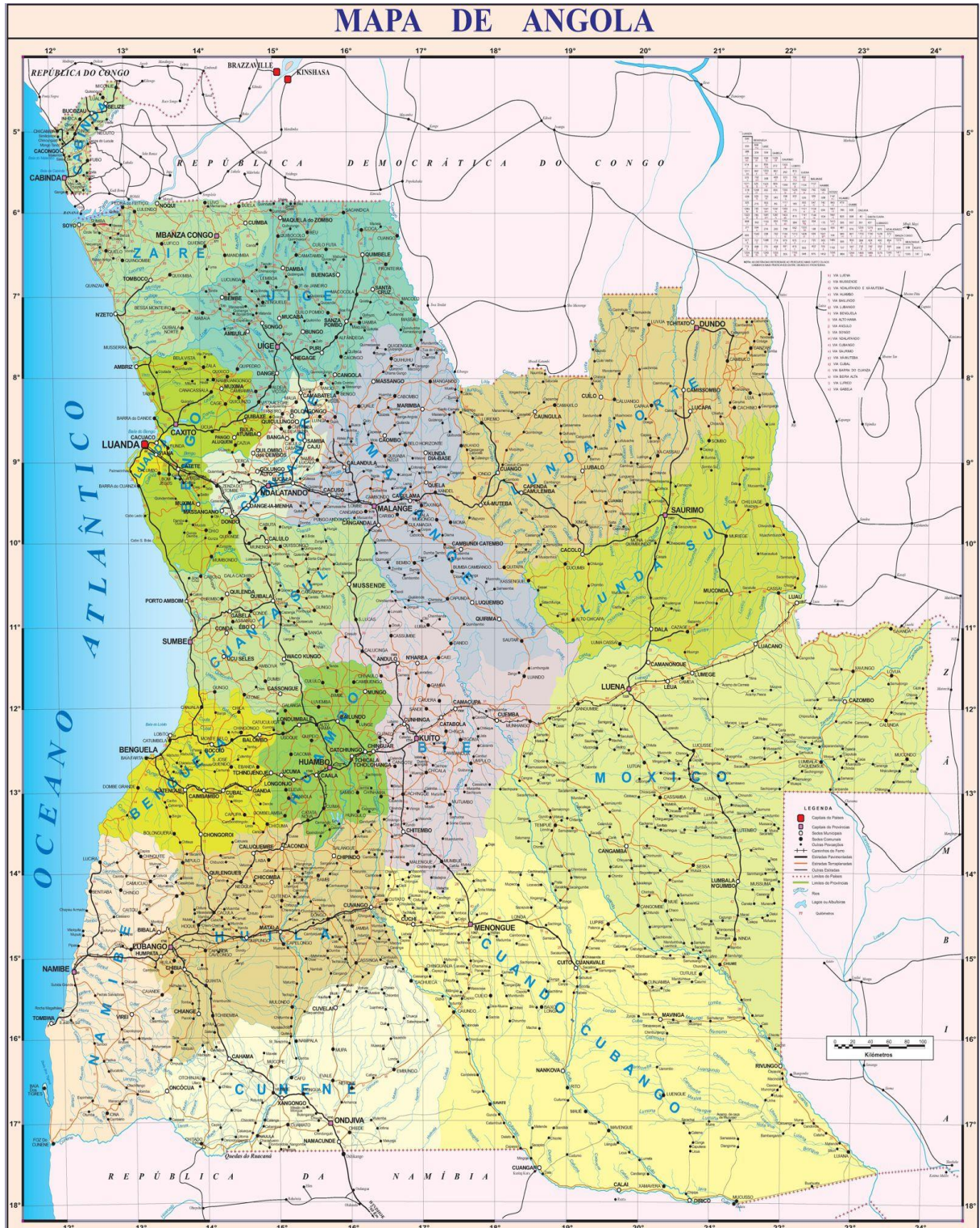
12	Lunda Norte O Chôkwe é a língua tradicional predominante, seguido pelo Kimbundu e Português.
13	Lunda Sul As línguas tradicionais mais faladas são o Tchokwe, Umbundu e Português.
14	Malanje As línguas tradicionais mais faladas são o Kimbundu, Kikongo e Umbundu.
15	Moxico As línguas tradicionais mais faladas são o Umbundu, Kikongo e Português.
16	Namibe O Kuvale é a língua tradicional mais proeminente, seguido pelo Nyaneka-Humbe e Português.
17	Uíge O Kikongo é a língua tradicional mais proeminente, seguido pelo Umbundu e Português.
18	Zaire O Kikongo é a língua tradicional mais falada, seguido pelo Kimbundu e Português.

Fonte: Adaptado do *site* HuamboYeto.com. Disponível em: <https://huamboyetu.com/as-linguas-tradicionais-em-cada-provincia-de-angola/>.

# **ANEXOS**



### ANEXO A - MAPA COMPLETO DE ANGOLA



Fonte: <http://www.ukuma.net/wp/wp-content/uploads/2019/07/Carta-Angola01.jpg>.